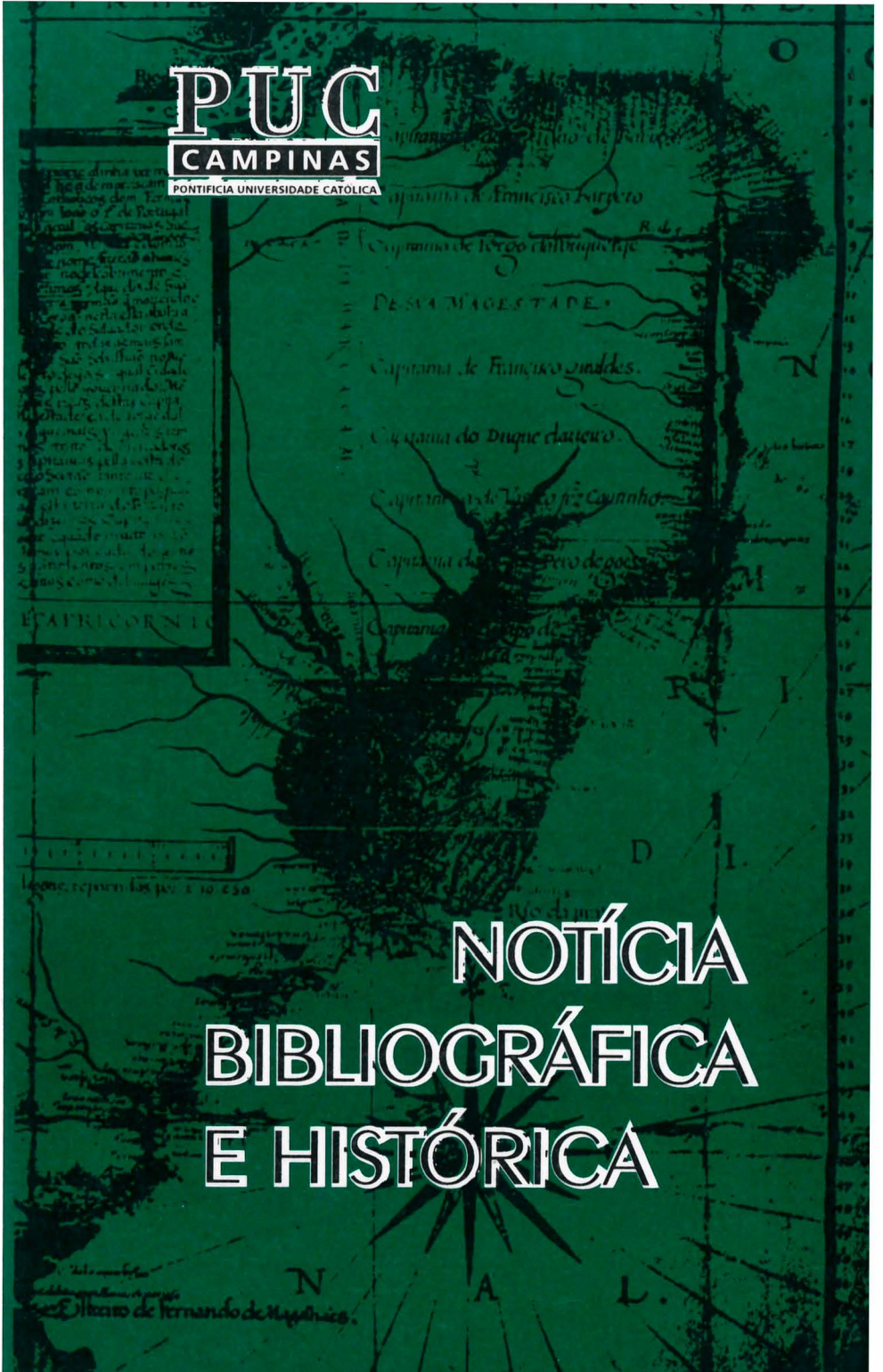
CAMPINAS ANO XXXII Nº 178 p. 225- 332 JULHO/SETEMBRO/2000

PUC
CAMPINAS
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA



NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER
Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR
Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS
Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
Profª Maria Salete Zulzke Trujillo

Endereço para Correspondência:
Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável
ODILON NOGUEIRA DE MATOS
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXII - Nº 178 ISSN-0101-4919 JULHO - SETEMBRO 2000

SUMÁRIO

Desmembramentos de Estados 227
Odilon Nogueira de Matos

Breve relato sobre a era dos descobrimentos 232
João Ribeiro Júnior

O achamento do Brasil 236
Arthur Virmond e Supplicy de Lacerda

Rebeliões negras em Pernambuco 245
Leonardo Dantas Silva

O poder político formador do Brasil 257
João de Scantimburgo

Carlos Gomes em Machado de Assis 263
Carlos Wehrs

O livro do tenente alemão 281
Paulo Pitaluga Costa e Silva

Os profetas de Congonhas 289
Hélcio Pupo Ribeiro

O historiador de Itu tem sua obra reeditada 295
Nilson Cardoso de Carvalho

De uma pasta de velhos recortes

Economia do gentio brasileiro na obra de Jean de Léry 297
Antônio Piccarolo

Memória Campineira

Um "causo" entre muitos 305
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci

Textos (Sugestões para seminários)

A propósito da revolução de 1817 (Frei Caneca) 308
Da necessidade do estudo das letras (Carlos Magno) 309

Vultos da Historiografia Brasileira

Arthur César Ferreira Reis 311

Seleta

Amazônia: viajantes e sugestões separatistas (Arthur C. F. Reis) 316

Rabiscos de um escrevinhador

"Em Assis, fomos todos pioneiros!" 325
Um grande Almeida Prado 327
Dante de Laytano 328
Perde Mogi das Cruzes seu maior historiador 330

DESMEMBRAMENTOS DE ESTADOS

Odilon Nogueira de MATOS

Foram poucos em nosso País os casos de desmembramento de Estados para a formação de novas unidades federadas. Durante cem anos, apenas dois casos ocorreram, ambos em meados do século passado, com a criação das províncias do Amazonas (desmembrada do Pará) e do Paraná (desmembrada de São Paulo).

Foram freqüentes, entretanto, os projetos visando a uma redivisão territorial do Brasil, alguns elaborados ainda no século passado, mas a maior parte já neste século, especialmente depois de 1930. Alguns deles, sem dúvida, bem fundamentados e dignos de consideração; outros, todavia, destituídos de qualquer critério, quer de ordem geográfica, econômica ou social. E assim foi o Brasil "picado" da maneira mais curiosa, com ou sem fundamento. Curiosamente, era muito fácil perceber a procedência dos autores desses projetos: em geral, deixavam eles os seus Estados intactos, "picando" todo o restante do País...

Diversos autores ocuparam-se já do assunto em excelentes e criteriosos estudos. Entre eles, Augusto Fausto de Souza, ainda no século passado (1877) e, mais recentemente, Segadas Viana e Teixeira de Freitas, na década de 40.

É importante lembrar que o ponto central de quase todos os projetos elaborados era evitar a desproporção realmente absurda de haver Estados das dimensões do Amazonas, Pará ou Minas Gerais, ao lado de um Sergipe, que mal se enxerga no mapa, tão pequeno que é. Consideremos que o Amazonas, apesar de desmembrado em duas porções, ainda é o mais vasto de todos os Estados e chegou a ter mais de um milhão e oitocentos mil quilômetros quadrados, maior que qualquer país da Europa, fora, naturalmente, a Rússia. Considerou-se como superfície média ideal a faixa

dos duzentos mil quilômetros quadrados, ou seja, para exemplificar, a superfície de Estados como São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul ou Ceará.

Contudo, tais projetos nunca mereceram a menor consideração por parte do governo federal e valem hoje, poder-se-á dizer, como simples curiosidade.

Cumpre observar, por outro lado, que foram numerosos os casos de reivindicações emancipacionistas em várias regiões do Brasil. Minas Gerais foi onde mais freqüentes ocorreram tais movimentos, desde o século passado, com os projetos de criação das províncias do Sapucaí, do Vale do São Francisco e da Campanha, e ainda outros na Zona da Mata, no Vale do Mucuri, no Jequetinhonha e, notadamente, o mais sério de todos, no Triângulo Mineiro.

O grande argumento desses emancipacionistas decorria das condições de isolamento em que tais regiões viviam com relação à capital do Província (ou do Estado), numa ausência total de comunicações, tornando-as completamente desamparadas da ação governamental. Tanto que, com o desenvolvimento da rede de comunicações rodoviárias a partir de 1960, tais movimentos praticamente esvaziaram-se, quase nem mais se falando deles.

O problema vem de longe. As primeiras capitanias, na período colonial, tiveram seus limites traçados da maneira que foi possível em face da precariedade do conhecimento geográfico das regiões onde eles deveriam ser demarcados. A essas capitanias sucederam as províncias após a Independência, às quais sucederam, por sua vez, os Estados com a República.

A primeira Constituição republicana, de 1891, foi bem clara ao afirmar, logo em seu artigo primeiro, que a nação brasileira deveria constituir-se "por união perpétua e indissolúvel das suas antigas províncias em Estados Unidos do Brasil". E assim chamou-se o País até há bem pouco tempo, pois só com a Constituição de 1969 passou a denominar-se "República Federativa do Brasil".

Mais ainda: a Constituição de 1891, em seu artigo quarto, especificava: "Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se, ou desmembrar-se para anexar a outros, ou formar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas." Quase com os

mesmos termos, este dispositivo figurou em todas as outras constituições, com exceção da de 1969, que silenciou sobre o assunto. Aliás, a própria Constituição monárquica, de 1824, já tocava no problema ao afirmar que o Império deveria constituir-se das províncias então existentes na forma em que se achavam, "podendo ser subdivididas, como pedir o bem do Estado".

Apesar das facilidades concedidas pelas diversas Constituições, foram poucos, conforme demonstramos, os casos de desmembramento de Estados. Aos dois do século passado, já citados (Amazonas e Paraná), cumpre mencionar, neste século, a divisão de Mato Grosso e, mais recente, a de Goiás, com a criação do Estado de Tocantins. Não deixa de ser curioso lembrar que esta divisão de Goiás já havia sido sugerida pelo Visconde de Taunay, em relatório apresentado em 1875, quando representava a referida província na Câmara Imperial. O argumento invocado por Taunay certamente hoje não prevaleceria: a facilidade de navegação do Araguaia e do Tocantis, para ligar a parte setentrional de Goiás à foz do Amazonas, no Pará.

Citamos estes quatro casos porque os demais, que resultaram na criação de Rondônia, Roraima e Amapá não foram fruto de reivindicações das respectivas populações. O ato que criou os primitivos territórios foi imposto no tempo do "Estado Novo", alegando-se razões de ordem estratégica em virtude da Segunda Guerra Mundial. Dois deles tiveram existência efêmera (Iguaçu e Ponta Porã), pois foram extintos pela Constituição de 1946. Se bem que - ficamos sabendo há pouco pela leitura das memórias do General Luís Carlos Pereira Tourinho, saudoso presidente do Instituto Histórico Paranaense - a idéia da criação do território de Iguaçu surgiu por ocasião da Revolução de 1930, mas sem que iniciativa alguma fosse tomada. E quanto ao Acre, é bom lembrar que ele não resultou de desmembramento algum, mas sim da anexação ao Brasil de antigo território boliviano, em virtude do Tratado de Petrópolis, de 1903.

Assunto paralelo, mas não menos importante, é o que se refere aos conflitos surgidos entre os Estados e propósito de seus limites, o que ocorreu com tal freqüência que se pode afirmar não ter sido tão pacífica a história territorial do Brasil. Tudo decorreu da imprecisão com que as divisas foram demarcadas, derivada do pouco conhecimento geográfico

das regiões onde os limites deveriam passar. E note-se que essas imprecisões chegaram até nos nossos dias.

Sobe a mais de uma dúzia os casos de que temos conhecimento. Alguns, pacíficos; outros, graves. Mas, em todos eles, como é natural, cada qual defendendo a sua parte da melhor maneira possível. Na impossibilidade de tratar de todos, registraremos os mais complicados e, conseqüentemente, mais demorados: São Paulo/Minas, Paraná/Santa Catarina, Minas/Goiás, Minas/Espírito Santo, Minas/Bahia, Bahia/Sergipe.

O problema São Paulo/Minas foi o mais demorado, só vindo a resolver-se em 1937, em virtude de acordo assinado pelos governadores Armando de Sales Oliveira e Benedito Valadares. Junto à antiga estação de Cascata, da Estrada de Ferro Mogiana, nas imediações de Poços de Caldas, pode-se ver, ainda, o marco comemorativo do acordo então assinado.

As divisas entre os dois Estados oscilaram muito, desde o século XVIII, ora demarcadas pelo rio Grande, ora pelo rio Sapucaí. Os diversos laudos da época parece que agravaram ainda mais a situação. Foi o que demonstrou, de maneira bem sintética, o Professor Ersio Lensi, em monografia publicada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e originalmente estampada por esta publicação em seu número 113, correspondente ao primeiro trimestre de 1984.

E lembre-se que um notável homem público do século passado, Joaquim Floriano de Godoy, que foi presidente de Minas Gerais, chegou a propor a criação da Província do Sapucaí, com territórios desmembrados de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, e da qual Taubaté seria a capital. Em defesa de sua idéia, combatida, aliás, pela imprensa paulista, publicou importante livro em 1883. Seria uma maneira, entendia ele, de resolver o problema das divisas São Paulo/Minas Gerais. Mas, não tendo merecido consideração o seu projeto, voltou novamente a questão a preocupar paulistas e mineiros.

Quanto a Paraná/Santa Catarina, há uma imensa bibliografia a respeito, pois, de fato, foi talvez a mais séria das questões, envolvendo principalmente o problema do "Contestado" (nome significativo...) e que se tornou uma espécie de "Canudos" do sul do Brasil. Naturalmente menos conhecido, pois não teve nenhum Euclides da Cunha a descrevê-lo. É

verdade que ultimamente diversos historiadores paranaenses e catarinenses têm cuidado do "Contestado", e, uma vez superado o problema dos limites, têm eles voltado suas atenções para os aspectos "messiânicos" da questão (daí a semelhança com Canudos). É importante considerar que a "guerre sainte" do "Contestado" já foi objeto de importante trabalho sociológico apresentado à Universidade de Paris pela professora Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Minas apresenta a anomalia cartográfica do "Triângulo", verdadeira ponta-de-lança em território que deveria pertencer a Goiás ou a São Paulo. A tradição atribui à Dona Beja, a famosa "feiticeira do Araxá", como a denominou um autor que dela se ocupou, o ter conseguido de um célebre ouvidor que por ela se enfeitiçara e usando sabiamente dos seus encantos, a incorporação a Minas de sua "comarca do Araxá". "Se non è vero..." Pode não ser verdadeira, mas a "estória" se tornou simpática justamente pelos seus aspectos românticos.

Com o Espírito Santo, a questão durou até época mais recente, perturbando os dois Estados por muito tempo. Bem ou mal, todas as questões aqui citadas foram solucionadas, delas não mais restando senão a lembrança. Mas, tiveram seu lugar na crônica da formação territorial do Brasil.

BREVE RELATO SOBRE A ERA DOS DESCOBRIMENTOS

João RIBEIRO JÚNIOR

Ao mesmo tempo que os homens de ciência começavam a comprovar a mecânica do universo, os segredos do próprio planeta iam-se revelando, motivados pela expansão do espírito científico experimentalista do Renascimento.

Até o século XV a maior parte dos eurcpeus acreditavam que a Terra era um disco plano, tendo ao centro a cidade santa de Jerusalém. A África, ao sul do Saara, era praticamente ignorada, e através dos árabes, tinha-se da Índia um conhecimento sumário. Por outro lado, o veneziano Marco Polo conseguira visitar a China (Catai), donde regressara com relatos, considerados por muitos como mentirosos, sobre grandes cidades e sobre o esplendor da corte de KUBLAI KHAN.

Quando Cristovão Colombo atingiu as Antilhas, em 1492, ia já pressionado pela idéia de que, seguindo pelo ocidente, chegaria a Gatai de Marco Polo, que fez sua viagem em direção ao oriente. Esta proeza, no entanto, somente cerca de trinta anos mais tarde (1519-1522) se concretizou realmente, quando a expedição do português Fernão de Magalhães e do basco Sebastião de Elcano ao serviço de Carlos I, de Espanha, (o futuro imperador Carlos V), depois de ter ultrapassado o continente americano ao sul da Argentina, atravessa todo o oceano, a que se chamou "Pacífico", e regressa ao ponto de partida na Espanha.

Estava assim consagrado o método experimental contra o dogmatismo que dominara toda a Idade Média.

O incentivo dos Descobrimentos teve várias origens. Os europeus precisavam garantir o abastecimento das especiarias e sedas

orientais; por essa altura, contudo, a via terrestre de comunicação com o Oriente fora fechada em conseqüência da expansão do Império Otomano. Alguns missionários desejavam encontrar e obter o apoio dos reinos cristãos nestorianos de Preste João, que, segundo se dizia, encontravam-se na Ásia ou na África, em lugar desconhecido.

Segundo a lenda, o Prestes João morava num palácio de cristal, revestido de pedras preciosas. Seu leito era de safira: seus trajes feitos de lã de salamandra e purificados ao fogo; seus guerreiros cavalgavam dragões alados. Uma "fonte da juventude" era acessível a todos os cidadãos. O Preste João (cujo primeiro nome significa, segundo alguns, sacerdote) era o chefe dos nestorianos, uma primitiva seita cristã, e descendente de um dos três reis (magos), que visitaram Jesus-menino. Por volta de 1165, circulou na Europa, pela várias cortes, uma carta falsificada, (da qual existem cópias no Museu Britânico) supostamente escrita pelo Preste João era dirigida ao imperador bizantino Manuel I, dinastia dos Comnenos (1143-1180). Em 1177, o papa Alexandre III (1159-1181) enviou uma carta a "João, o ilustre e magnificente rei das Índias", autorizando-o a construir um santuário em Roma. Em 1221, o bispo de Acre informou Roma de que o rei Davi da Índia (provavelmente o conquistador Gengis Khan) era supostamente neto do Preste João.

No século XIV, depois do relato de Marco Polo e de Giovani de Monte Corvino, procurou-se o Preste João na Abissínia (Etiópia). Hoje, alguns eruditos ventilaram a hipótese de que este soberano, chamado João, trata-se, na verdade, de uma alteração fonética de Zan, título real da Etiópia, cuja dinastia real, fundada em 1270, afirma ser descendente direta do rei Salomão e da rainha de Sabá.

Portugal foi o maior impulsionador, e o país que maior contributo forneceu à empresa dos Descobrimentos. Planificou-os cientificamente, pois, ao contrário do que acontecia na Espanha e outros países, não era a conquista de novos territórios que lhe interessava, mas sim o conhecimento das rotas, cosmografia e técnicas navais e de navegação, que lhe permitissem maior segurança nas viagens da sua frota mercante e na abertura de uma nova estrada marítima para o transporte de especiarias do Oriente.

Pode-se dizer que, enquanto os navegadores dos outros países procuravam descobrir terras que viessem engrandecer os domínios

dos seus reis, os portugueses estavam mais interessado na descoberta dos mares.

País que pela sua situação histórico-geográfica reunia condições excepcionais para a persecução desta empresa, Portugal desenvolveu exaustivamente os conhecimentos técnicos e científicos que de toda a parte a ele confluíam. Do Báltico veio-lhe o leme fixo, e do Mediterrâneo, a vela latina, elementos essenciais para a navegação "à bolina", que permitiria aos marinheiros aventurarem-se no alto-mar.

O tipo de barco revolucionário, capaz de uma mobilidade até à data insuspeitada - a caravela - resulta provavelmente do "garib" arábe. Também da tradição árabe ou de contatos com o Mediterrâneo muçulmano, juntamente com o contributo dos homens de ciência judeus, vieram os conhecimentos que permitiram o estabelecimento de verdadeiras equipes de investigação no sentido moderno do termo, de apoio à arte de navegar.

No entanto, cedo foram compreendidas em toda a Europa as vantagens econômicas e políticas que dos Descobrimentos poderiam decorrer. Para além dos espanhóis, que atingiram neste empreendimento um lugar tão preponderante que levaram o papa Alexandre VI (1492-1503) a sancionar um tratado (Tratado de Tordesilhas), que divida o mundo em duas esferas de influência, atribuída uma à Espanha e outra a Portugal. Outros países tentaram também participar na empresa dos Descobrimentos.

João Cabot, que descobriu o Labrador, em 1497, era um veneziano à serviço da Inglaterra; Américo Vespúcio, de que a América recebeu o nome, era um florentino a soldo da Espanha; Giovanni Verrazano, que explorou a costa norte-americana, era também florentino, que trabalhou para Francisco I, da França; e Henry Hudson, que deu seu nome ao rio que banha Nova York e à baia de Hudson, não era senão um inglês navegando sob bandeira holandesa.

Mas, talvez, o maior dividendo dos Descobrimentos tivesse sido a Espanha quem o recebeu. Os espanhóis exploraram as costas do Norte e Sul da América, e enviaram expedições para o interior. Hernan Cortéz conquistou com 500 homens o México aos Aztecas, em 1521; dez anos mais tarde, Francisco Pizarro, apenas com 180 homens, conseguiu arrancar o Peru ao poderoso inca Atahualpa. A prata e o ouro do novo continente passaram para as mãos dos espanhóis.

Mas, o plano português, aquele que iria provocar uma verdadeira revolução no comércio europeu e ativar o mercado das especiarias, atingira já a sua meta. Ao sair de Lisboa em 1499 com destino a Calicute, no sudoeste da península industânica, para chegar de regresso ao ponto de partida dois anos mais tarde, carregado de especiarias e pedras preciosas, Vasco da Gama acabou de destruir o monopólio veneziano e de outros portos italianos sobre o comércio com o Oriente.

Junto a essa frota do Gama a de Pedro Álvares Cabral, que ao passar entre as Canárias, propositadamente se desviou do rumo habitual (uns historiadores dizem que para evitar as calmarias africanas, outros por ordem do próprio rei D. Manuel, na esperança de novos descobrimentos), e de tal modo se afastou da costa africana que alcançou terras deconhecidas, em 22 de abril de 1500.

A terra, suposta ilha, foi chamada de "Terra dos Papagaios", "Vera Cruz", e de "Santa Cruz", porém prevaleceu o nome de Brasil (*de brasil*, nome do pau vermelho como fogo, ou de*Breasail*, lendária ilha dos celtas. Sir Richard Burton, notável viajante, que foi cônsul em Santos em 1865, em um artigo sobre o assunto, diz ser *Hy-Brazile* uma referência à costa de Galway, na Irlanda, que na Idade Média era tida como uma terra encantada). O grande mestre João Ribeiro, em sua **Seleta Clássica**explica que "o vocábulo brasil, designação de um pau que deu nome à nossa Pátria, não se origina do grego, e sim do germânico bras (fogo); que o nome *brasil* surgiu provavelmente na Europa no século VIII, traduzindo o nome árabe *bakkam*, corruptela de *bha-khaan* (o que é vermelho, cousa da cor do fogo) foi que pela primeira vez escrito no século XI, em documentos espanhóis e flamengos, e registrado, no século XII, na baixa latinidade; que, em Portugal, aparece a palavra brasil escrita nos mais antigos documentos da língua, quais sejam os primeiros romances, as primeiras legislações e as primeiras descrições".

Em suma, os Descobrimentos, impulsionados simultaneamente pelo desejo de glória e pela cobiça do ouro, personificaram o que constituiu a maior novidade do Renascimento, essa época de individualismo desmedido (aspecto que se lhe reconhece uma nota agressivamente moderna): a determinação de conquistar fama pessoal e de desvendar o desconhecido.

O ACHAMENTO DO BRASIL

Arthur Virmond e Supplicy de LACERDA

Desde o século XVI até meados do passado, creditou-se a aportagem da frota de Cabral ao Brasil, a uma casualidade, acossada que teria sido ela pela intempérie, em cuja razão ter-se-ia alterado seu rumo original.

Tal explicação entrou a sofrer dúvidas a partir de 1852, quando no Brasil lançou-se a tese do achamento , ou seja, a de que Cabral teria navegado com itinerário certo em direção a terras já sabidas ou, quando menos, já suspeitadas.

Retrataremos aqui o desenvolvimento da versão da casualidade, desmistificando-a para demonstrar a intencionalidade da viagem cabralina ao Brasil e, portanto, seu achamento.

Ora, escrevendo em 1551, refere-se Luis de Castanheda ao desgarre de uma nau da frota, a de Vasco de Ataíde, acossada por uma tempestade no Cabo Verde, sem contudo atribuir a aportagem de Cabral no Brasil a qualquer mau tempo.

Do mesmo modo, outros três autores quinhentistas, João de Barros, Damião de Góis e Jerônimo Osório, noticiam haver Cabral aportado em terras novas, sem qualquer referência a intempéries nem a desvio de rota. Transcorreu, nestes autores, a viagem sob plena normalidade.

Na centúria subseqüente, enriquece-se a narrativa da viagem com um elemento decisivo, a de uma tormenta que teria impelido a esquadra para fora de seu rumo, levando-a ao Brasil. Assim escreveram Bernardo Ravasco, Faria e Souza, Antonio Caetano de Sousa, Barbosa Machado, Pedro Taques e Rocha Pitta.

Ora, nenhum destes plumitivos fundamenta a alegada tormenta em documentos, em relatos de tripulantes da frota ou em historiadores precedentes, que ao contrário, silenciam quanto a uma alegada borrasca: dos autores do século XVI, os mais próximos dos fatos, para os do século XVII, introduz-se arbitrariamente um fator meteorológico como responsável pelo descobrimento. Cria-se a lenda, quiçá por generalização à frota inteira, do fato passado com a nau de Ataíde, lenda que alguns exageram, mencionando tormentas, no plural.

Note-se que em sua epístola, Caminha, testigo presencial da viagem, em momento algum alude a maus ventos ou piores correntes, que desviassem a frota. Se tal desvio ocorrera, motivado por aqueles fatores, ocasionando a descoberta de terras ignotas, seria estranhável que nada referisse acerca da intempérie, do descaimento e do fato sensacional da descoberta de novas terras.

Seu silêncio quanto a algum mau tempo e a algum desvio, e a serenidade com que noticia o encontro do Brasil, encarnam indícios de que em verdade, não houve mau tempo nem desvio, nem as terras eram tão ignoradas quanto se poderia supor.

Dos três documentos conhecidos relacionados à viagem de Cabral, um consistiu nas recomendações de Vasco da Gama a Cabral, quanto ao trajeto a seguir-se entre as ilhas do Cabo Verde e o Cabo da Boa Esperança.

Recomendava Gama que na altura do golfo da Guiné, região de calmarias e de ausência de ventos, onde os navios permaneciam imóveis, deveria a frota inflectir para sudoeste, distanciando-se da costa africana, mercê de uma curva, para reaproximar-se da África ao sul, próximo do Cabo da Boa Esperança.

De posse desta orientação, desenvolveu Cabral semelhante curva, porém com excesso em direção ao sudoeste, vale dizer, na direção do Brasil, excesso desnecessário e intrigante, praticando a inflexão muito além do que recomendara o próprio Vasco.

Poder-se-ia explicar o excesso da curva, de que resultou aportar-se no Brasil, pela deficiência dos meios técnicos da época. É argumento contudo nada convincente: uma observação efetuada em 1538

demonstrou que teriam eles permitido à frota corrigir um desvio da bússola e conseqüentemente manter-se em sua rota normal.

Ademais, acompanhavam Cabral pilotos experimentados como Pedro Escolar, Nicolau Coelho, Duarte Pacheco Pereira e outros, em quem parece inaceitável uma incompetência coletiva e súbita na arte de navegar, que os cegasse a um desvio imenso de rumo que, uma vez observado, fossem incapazes de corrigir.

Disto facilmente colhe-se uma conclusão: a de que praticou Cabral um desvio a sudoeste desnecessário caso sua rota consistisse em apenas rumar à Índia. Se ampliou a curva em direção ao Brasil, não se deveu tal a incapacidade técnica ou náutica.

Tal conclusão se fortalece à luz da experiência de navegadores modernos: Baldaque da Silva, oficial da Marinha Portuguesa, o almirante Brasileiro J. J. Fonseca, o comandante Oliveira Belo e o almirante Gago Coutinho, todos quatro baseados em observações próprias e na ciência das correntes e dos ventos do trajeto cabralino, convergem à unanimidade em declarar impossível um eventual arrastamento da frota por ventos ou correntes, na direção seguida por Cabral.

Ora, se ele seguiu o rumo que seguiu em conseqüência, não de erros náuticos nem da improficiência de seus pilotos, tampouco arrastado por fatores naturais, que explicação resta senão a de que dirigiu-se para o Brasil de propósito?

Sofreram os arquivos portugueses três destruições, uma no incêndio de Lisboa em 1580, outra por ocasião do sismo de 1755 e terceira no incêndio de 1813 dos arquivos de Simancas, onde se encontravam depositados os papéis lusos. Desapareceu assim um volume imenso de documentos, inclusivamente as outras vinte e uma cartas redigidas pelos membros da frota de Cabral juntamente com a de Caminha, a única remanescente. Com isto, à falta de documentos explícitos no sentido do achamento, prova-se ele por meio de indícios.

Cifra-se o primeiro deles na ilha Antília, mapeada em 1424 na região da América Central, o que talvez tenha correspondido a um conhecimento ainda que vago, daquela mesma porção geográfica, o que não terá passado desapercebido entre os navegadores lusos, suscitan-

do-lhes a curiosidade, como também a ilha das Sete Cidades, situada em mapas na referida região, antes da descoberta de Colombo.

Denunciariam o registro em mapas das ínsulas em questão, ou a conjectura de sua existência, ou a suspeita desta existência (menos possivelmente seu conhecimento certo), suspeita que facilmente levaria a especulações e à curiosidade quanto à possível presença de outras terras na região.

Um segundo indício, meramente conjectural ainda, consiste na "ixola otinticha", ou ilha Autêntica, mapeada em 1448 por André Bianco.

Sotoposta ao desenho da ilha, lê-se uma legenda, indicando situar-se ela a oeste, a 500 ou 1500 milhas, número de leitura duvidosa. No caso da lonjura maior, corresponderia a terra desenhada a uma ilha atlântica, a de Fernando de Noronha ou a Ascenção, ou talvez, à própria costa brasileira, mal conhecida. No caso da outra distância, corresponderia plausivelmente à ilha de Santiago, no Cabo Verde.

Menos conjectural e mais positivamente apresenta-se o argumento extraído da interpretação do Tratado de Tordesilhas.

Remonta o célebre tratado a uma bula de Nicolau V, de 1474, em que partia o mundo não em leste e oeste, vale dizer, verticalmente, senão em norte e sul, horizontalmente, o norte cabendo a Espanha e o Sul a Portugal.

Adotaram ambos países em 1480 o paralelo das Canárias como raia de demarcação, em razão do que, aportando Colombo na América, reivindicou D. João II de Portugal como suas aquelas terras, chegando mesmo a preparar uma frota com que as conquistasse.

Para evitar um conflito, enviaram-lhe os reis espanhóis uma embaixada que aventasse a questão. Enquanto isto, em 1493, expediu Alexandre VI nova bula, a Inter Coetera, dividindo o mundo não na horizontal, porém já agora verticalmente, por um meridiano: pertenceria o leste a Portugal e o oeste à Espanha, a contar de 100 léguas a partir do Açores e do Cabo Verde, ponto aliás impreciso.

Insatisfeito, enviou D. João uma embaixada à corte vizinha, obtendo mais 270 léguas de espaço em favor de Portugal, assim como direito a tudo quanto se encontrasse a até 370 léguas a oeste a partir do Cabo Verde.

Qual o efeito prático da dilatação das 100 léguas para 370? O de que a segunda medida incluiu parte do que viria a ser o Brasil, enquanto a medida anterior excluía-o completamente em favor da Espanha.

Teria sido puramente arbitrário tal aumento, ou teria tido o soberano motivos para ele?

Teve-os, certamente, e consistiram eles na suspeita, ou conhecimento certo, de terras naquelas paragens.

Testemunho disto prestam os próprios reis espanhóis, em carta a Colombo, em 1493, após a visita a eles dos representantes lusos. Diziam os reis: "...depois da vinda dos portugueses, na conversa que com eles se teve, alguns querem dizer que ...na raia que devia vir na bula do papa... poderá haver ilha e ainda terra firme".

Em igual sentido exprimiu-se o próprio Colombo que desejava, consoante declarou, ir ao sul "ver qual era a intenção do rei D. João que dizia que no Austro havia terra firme e por isto teve diferenças com os reis de Castela".

Atente-se: asseria o rei de Portugal haver terra firme ao sul, segundo reportava Colombo.

Havendo El-Rei D. João expirado em 1495, então deduz-se que no máximo naquele ano já se conheciam terras ao sul, ao menos se suspeitava delas, com certeza a partir de 1493/4, época das negociações de Tordesilhas, e provavelmente a partir de 1488, altura em que Colombo procurou D. João oferecendo-se para alcançar a Asia rumando a oeste, proposta que el-rei não levou a sério, e não a levou porque provavelmente conhecia haver entre a Europa e a Asia um outro continente, ou ao menos dele suspeitava.

Seria o conhecimento deste continente hipotético apenas, ou já seguro, e a partir de quando?

Responde-o Duarte Pacheco Pereira, autor do "Esmeraldo de situ orbis", que menciona: " ..em 1498 Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme".

Logo, em 1498 houve uma expedição de pesquisa em direção ao ocidente, que encontrou uma terra firme, aquela, diz ele, em que "é achado muito e fino brasil", ou seja, pau-brasil...

Completa-se a passagem de Pacheco Pereira com indicações geográficas das quais conclui-se haver ele demandado não o oeste a norte (o atual E.U.A), nem o oeste a meio (América Central), porém sim o oeste a sul, o Brasil.

> D. João suspeitou ou soube de terras a sudoeste, que D. Manoel mandou averiguar por Pacheco Pereira, assim o verdadeiro descobridor do Brasil, em 1498.

Como se explica o silêncio relativo à expedição de Pereira até 1508, ano da publicação de seu livro?

Mercê da política de segredismo sistemático da coroa portuguesa no tocante às navegações, face a sua rival Espanha, para mantê-la desinformada ou mal informada: se sofreu Colombo o ridículo na corte lusa por pretender alcançar o Japão e a China rumando em direção à América Central, ao topar com ela, acreditou haver encontrado aqueles dois lugares, convicção em que morreu e em que estiveram os reis espanhóis. Enquanto isso, em 1498, promovia D. João duas expedições, a de Pacheco Pereira a sudoeste, descobrindo o Brasil, e a de Vasco da Gama, a contornar a África, descobrindo o caminho da Índia, objetivo que perseguia e que jamais logrou.

Viajava na frota cabralina ninguém menos que o próprio Pereira. Seria de todo inverossímel que, presente precisamente ele nela, esta viesse a dar ao Brasil por puro acaso...

Durante sua viagem, singrando pelo Atlântico rumo a sul, avistou a frota de Vasco da Gama certas aves, indício da existência de terras nas imediações. Se voejavam elas rumo leste, seria em direção a alguma das ínsulas atlânticas; se em direção ao oeste, demandariam a costa brasileira. Tratou-se de fato que Vasco registrou em seu diário de navegação e que terá certamente comunicado a Cabral antes de zarpar este, como confirmação ou novo indício das novas terras. Lembre-se de que Vasco propiciou a Cabral instruções por escrito quanto à derrota por desenvolver, em que o avistamento das aves terá certamente sido considerado.

Chegado ao Brasil, missivou Caminha a El-Rei. Em sua extensíssima carta, pouco dedica-se ao evolver da viagem, numa concisão altamente significativa. Não há qualquer indicação direta, nenhuma alusão indireta, implícita ou explícita, a qualquer tempestade, a qualquer força

eólica problemática, a qualquer corrente imprevista ou a qualquer embaraço na navegação, a qualquer desvio observado de rumo, a qualquer desorientação dos pilotos, a qualquer preocupação quanto ao itinerário percorrido - tudo silêncios reveladores de que nada disto se verificou, pois do contrário, seria de esperar-se alguma indicação, ligeira que fosse.

Igualmente, nenhuma surpresa, mesmo mínima, quanto ao encontro das novas terras, nenhuma expressão de alegria, nenhuma interrogação sobre se pertenceriam a Portugal ou à Espanha, nenhuma expressão fora de uma serenidade quase indiferente, estranhável no cronista de uma aportagem a terras novas, a escrever ao próprio rei.

Como se explica tal indiferença ante um sucesso em aparência inesperado e espetacular?

Em verdade, para Caminha, não se terá tratado de um acontecimento inesperado e espetacular. Ele escreveu como quem esperava o sereno alcançar deum objetivo previamente fixado e em cujo conhecimento achava-se. Não se surpreendeu com o achamento pois conhecia rumar a frota em direção àquelas terras.

Ademais, uma passagem de sua missiva é altamente significativa: "E assim seguimos nosso caminho por este mar de longo".

Atente-se: não diz ele "perdemo-nos de nosso caminho", "afastamo-nos de nosso caminho". Ele afirma haverem seguido o seu caminho. Desta arte, havia um rumo previamente estabelecido que a frota seguiu sem alterações.

Seguiram seu caminho "por este mar de longo", a saber, o Atlântico, navegado "de longo", longitudinalmente, de leste para oeste, de Lisboa em direção à América.

A seguir exprime-se: "...a nova do achamento desta terra... que agora se achou". Quer o substantivo achamento, quer o verbo achar, apresentavam na altura acepção de intencionalidade na busca de algo que se encontrava, novo indício, agora semântico, em favor da intencionalidade com que rumou Cabral ao Brasil.

Do Brasil missivou também o médico d'El-Rei, João Menelau, que assim se exprimiu: "quanto senhor ao sítio desta terra mande Vossa Alteza trazer um mapa-mundi que tem Pedro Vaz Bisagudo e aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra". E acrescenta: "..aquele mapa não certifica

esta terra ser habitada ou não". Ou seja, Pedro Bisagudo possuía um mapa em que se figurava a localização da terra achada, sem elucidar ele ser ela habitada ou não. De conseqüência, ao partir Cabral, existia já no reino um mapa figurando o Brasil. Seria ingenuidade supor que ele ignorasse-lhe a existência e, comandante da frota que aportou no Brasil, aqui abicasse por acaso.

Há mais. Zarpando de Lisboa, demorou-se Cabral no Cabo Verde, onde, ao contrário, do que recomendaria a boa prudência, não reabasteceu a esquadra de água doce, necessária para dessedentar os cerca de seus 1200 tripulantes. Foi reabastecer somente no Brasil que, se não existisse, teria condenado a tripulação à sede e provavelmente à morte de muitos.

A negligência aparente, em não se reabastecer no Cabo Verde, para fazê-lo somente no Brasil, representa indício de que Cabral deliberou não o fazer naquelas ilhas e sim no Brasil, que, desta forma, já conhecia e para o qual deliberou rumar.

Finalmente, para demonstrar não representar a tese do achamento novidade moderna, ouça-se Antonio Brandão, autor seiscentista: "...toparam sinais de terra, por onde o capitão-mor foi em sua busca tantos dias que os da armada lhe requereram que deixasse aquela porfia, mas ao outro dia viram a costa do Brasil".

Confessa clara e explicitamente o autor a consciente deliberação em que se achava Cabral de velejar ao Brasil.

Atente-se: "...toparam sinais de terra, por onde o capitão-mor foi em sua busca". O capitão-mor foi em busca de terra; busca de "tantos dias que os da armada lhe requereram que deixasse aquela porfia". Ou seja, Cabral persistiu no itinerário em direção ao Brasil por dias a fio, talvez semanas, por um tempo que aos tripulantes pareceu demasiado , a ponto de tentarem dissuadí-lo de nele prosseguir. E tentaram porque ignoravam seu intuito de aportar no Brasil, cientes apenas do intuito declarado, o de se destinarem à Índia.

Cabral no entanto persistiu naquele rumo, consciente de que ele conduzí-lo-ia ao Brasil, como efetivamente conduziu.

Em suma:

Se uma tormenta que desviasse a esquadra de seu itinerário, levando-a por acidente a topar o Brasil, representa uma lenda criada no século XVII,

se é insustentável um desvio de rota em direção ao Brasil por incompetência dos pilotos da frota, de deficiência do aparelhamento náutico da época ou por defeitos de correntes e ventos,

se desde 1493 ou 1494 já se sabia ou menos suspeitava na corte portuguesa da existência de terras a sudoeste, se em 1498 Duarte Pacheco Pereira empreendeu uma viagem, desembarcando no Brasil ou ao menos avistando-o, o que declara em livro, se as aves observadas por Vasco da Gama voejaram a oeste,

se a naturalidadede com alude Caminha ao encontro da nova terra permite suspeitar-se de conhecer ele já o desfecho da viagem,

se em Lisboa existia um mapa que, em 1500, assinalava já o Brasil, se Antonio Brandão refere-se explicitamente à intencionalidade com que Cabral demandou o Brasil,

se Cabral reabasteceu a esquadra no Brasil, deixando de fazê-lo no Cabo Verde,

então, de parte de Cabral não houve descobrimento, ou seja, o encontro fortuito de terras até então incógnitas, senão sim o seu achamento, o encontro deliberado e consciente de terras já sabidas, com a sua incorporação aos domínios da coroa portuguesa e seu ingresso na história.

REBELIÕES NEGRAS EM PERNAMBUCO

Leonardo Dantas SILVA

A escravidão tem suas origens com a própria humanidade: desde os tempos bíblicos, descritos no livro do Gênesis, os vencidos eram tornados à condição de escravos, em troca de suas vidas. A escravidão era dessa forma, vista como um gesto "humanitário", chegando a fazer parte de todos os grandes códigos da antigüidade, como o de Hamurabi, com especial enfoque no Direito Romano e nas Ordenações do Reino, que serviram de norma escrita ao mundo português até o século XIX.

Depois que Antão Gonçalves e Nunes Tristão capturaram os azenegues do Pio do Ouro, em 1441, a serviço do Infante D. Henrique de Portugal, as expedições portuguesas e espanholas transformaram-se em verdadeiras empresas, com objetivo de incrementar o comércio escravo, fixando na Costa da África várias feitorias, especialmente na região do Cabo Branco, estabelecendo-se posteriormente na ilha de Arguim (1448) e no Senegal (1460), com a finalidade de adquirir prisioneiros de tribos africanas, para transformá-los em escravos.

Na estimativa de Vitorino Magalhães Godinho, in *Os descobrimentos e a economia mundial* v. IV (Lisboa, 1981-83), citado por José Ramos Tinhorão, in *Os negros em Portugal - Essa presença silenciosa* (Lisboa, 1988), foram importados como escravos berberes, árabes e negros africanos, entre 1448 e 1505, de 136.000 a 151.000 indivíduos.[1]

Em Portugal, foram os escravos, inicialmente, destinados aos serviços domésticos e logo em seguida passaram a ser usadas na florescente lavoura da cana-de-açúcar nas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde.

---

(1) TINHORÃO, José Ramos. *Os negros em Portugal - Uma presença silenciosa*. Lisboa: Ed. Caminho, 1988. p. 79-80.

Na América, a escravidão foi introduzida pelos espanhóis com os descobrimentos, havendo indícios de que nas naus comandadas por Cristóvão Colombo, em 1492, já houvesse escravo;[2] com regularidade, porém, a importação de negros só foi introduzida pelos espanhóis, a partir de 1501, em São Domingos. No Brasil, se comprova a existência de escravos a partir de 1531, na Capitania de São Vicente. Em Pernambuco, em carta escrita em 1539, dirigida ao rei D. João III, o donatário Duarte Coelho Pereira solicita autorização para a importação direta da costa da Guiné de 24 negros, a cada ano, quantidade que seria aumentada por D. Catarina, em 1559, para 120, mediante o pagamento de uma taxa reduzida, nada impedindo que outros negros aqui chegassem por outros caminhos. No testemunho dos jesuítas Antônio Pires (4.6.1552) e José Anchieta (1548), era comum a existência de escravos negros e índios em Pernambuco; a escravidão dos índios durou até o século XVII, quando foi extinta pela Bula do Papa Urbano VIII, de 22 de abril de 1639.

1. A ESCRAVIDÃO EM PERNAMBUCO

Escrevendo de Olinda, em 1584, o padre Fernão Cardim diz possuir Pernambuco 66 engenhos, com produção de açúcar estimada em 200 arrobas, sendo o porto do Recife visitado anualmente por 45 navios, o que proporcionava às famílias aqui residentes um fausto por vezes superior ao de Lisboa. Todos os demais cronistas do século XVI e início do século XVII são unânimes em confirmar o crescente progresso da capitania duartina, chegando frei Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil*, escrita na primeira metade do século XVII, a afirmar que era Pernambuco o mais nomeado e freqüentado porto do Brasil, (1618), devendo render "perto de vinte mil cruzados e os direitos do açúcar" - produção estimada por Ambrósio Fernandes Brandão, in *Diálogo das grandezas do Brasil*, em 500 mil arrobas e cujo transporte para Europa era feito por cem naus fretadas por particulares.

Quando da invasão holandesa, em 14 de fevereiro de 1630, existiam em Pernambuco 121 engenhos, sendo o porto do Recife o mais freqüentado da América Portuguesa.

---

(2) *Cristóbal Colón: Los cuatro viajes. Testamento.* Madri: Ed. de Consuelo Varela, Alianza Editorial, 1986. p. 12.

Toda essa economia era naturalmente sustentada por braços cativos, introduzidos pelo colonizador com o beneplácito dos Reis de Castela e da Igreja Católica. Os escravos eram todos vistos como *mouros* e, como tais "infiéis", para os quais o Papa Eugênio IV autorizou o "direito" de cativar. Justificava a Igreja de então, através de seus teólogos, que sobre os africanos de todas as raças recaía o preceito bíblico que, descendendo de Cã, estariam condenados à escravidão; como acentua o padre Manuel da Nóbrega:

> Nasceram com este destino "que lhes veio por maldição de seus avós, porque estes cremos serem descendentes de Cã, filho de Noé, que descobriu as vergonhas de seu pai bêbado, e em maldição e por isso ficaram nus e têm outras mais misérias", in *Diário sobre a conversão do gentio*, ed. do padre Serafim Leite, Lisboa 1954.[3]

Joaquim Nabuco, aos vinte anos, quando estudante da Faculdade de Direito do Recife, ao escrever o seu primeiro livro em 1870, *A Escravidão*, editado dentro desta *Série Abolição*, dá o seu testemunho:

> ... "eis como a religião penetra na vida do escravo; eis o resumido papel que desempenha casualmente o padre que atravessa a propriedade agrícola, que senta-se à mesa do senhor, que serve-se gratuitamente do serviço dos escravos, a quem não fala, a quem despreza. Em sua cumplicidade, tudo isto é horrível. E dizer-se que habituamo-nos de tal forma ao crime, que ele nos parece uma condição natural da existência das duas raças. Eis o que se tornou o catolicismo abraçando a escravidão; os mosteiros encheram-se de escravos, não perseguidos, mas comprados; os bens das comunidades

---

(3) *Gênesis*, IX, 27. Nabuco, Joaquim. *A Escravidão*. Recife: Editora Massangana, 1988. p. 71. Sobre o assunto consultar ainda: ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Guiné*. Ed. Porto, 1837 e Lisboa, 1973, que, escrevendo no século XV, ao tempo do Rei D. Afonso V, avança na justificativa de que se impregnam os teólogos da Igreja Católica Romana de então e assim aceitar, pacificamente, a escravidão até o século XIX, quando o ex-bispo de Olinda e então arcebispo de Elvas, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo COUTINHO, afirmava que "os negros são condenados por Deus a serem escravos dos brancos", in *Analyse sobre a justiça do commercio do resgate dos escravos da costa da África, novamente revista e acrescentada pelo seu autor*. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1808.

religiosas contaram-se porcabeças de homens e de gado. E no entanto eles, os frades, acreditam ainda que servem a Deus; seu misticismo todo aparente, é nenhum, porque não é só a corrupção que reina nos claustros, é também a ignorância, e o misticismo ainda que uma dedicação é também um sistema, não lhes deixa ver que ao passo que pretendem absorver-se em Deus pelo espírito... martiriza o próximo. Quantas vítimas não fizeram os conventos? Pactuando com a pirataria, quantas famílias inteiras não tiveram sob seu poder e não têm ainda hoje? Nem se nos diga que os escravos são bem tratados; não, as fazendas são arrendadas a diversos, eles têm escravos para alugá-los a senhores despóticos. Nem se exalte a caridade de certos conventos que libertam escravos... eles libertam os velhos, talvez libertem as crianças: mas o crime tem se perpetuado: hoje a mancha é muito negra, e a igreja brasileira do seio da qual Vieira advogara a liberdade dos Gentios, não devia manchar-se no comércio de carne humana; não devia arrastar seu manto puro das cinzas dos grandes crimes do catolicismo, a Inquisição e a noite de 24 de agosto de 1572, por entre as misérias da escravidão; hoje ela está poluída, e por isso é que nos ajuntamos àqueles que querem a extinção das ordens religiosas, enquanto a igreja não estiver separada do Estado: sim, porque os claustros que se tinham contaminado com a corrupção, que se tinham desprestigiado com a ignorância, tornaram-se diante de Deus e da civilização réus de um crime que não tem perdão, por vir dos ministros de Jesus, do grande mártir da liberdade. O crime todos o sabem. É a escravidão" (p. 37).

É de Pedro Calmon o comentário:

"Tudo era começar. Engenhos e tráfico. Canaviais e fabrico. Casas-grandes e escravidão. A partir dessa época [séc. XVI], muitos amadores se especializaram no negócio, as águas da Guiné e Angola se encheram de barcos "tumbeiros" e o Brasil teve os escravos que quis. Inundação deles. Grossa e ininterrupta imigração de pau e corda. Milhares ao ano, e em número crescente. Negros adultos e crianças; mulheres, para produzir, e homens invalidados cedo pelas atrozes moléstias do seu e do nosso clima. A nódoa que se alastrava. Horror da

navegação negreira. Crime organizado, pela forma da pilhagem. Desumanidade inaudita, pela torpeza da viagem. Deslocamento metódico de populações. A passagem, para a América, das sobras da África apanhadas um tanto ao acaso, desde o Senegal até Moçambique, para o lucro do vendedor, príncipe da costa, empresa de portugueses, ou as próprias famílias dos escravos, para a fortuna do traficante, que espantosamente ganhava, para a lavra e a conquista do Brasil"...[4]

Era tanta a importância do trabalho escravo que o padre Antônio Vieira, em carta dirigida ao Marquês de Niza, datada de 12 de agosto de 1648, chega a afirmar:

- Sem negros não há Pernambuco!

Por essa época não somente as Américas, mas toda a Europa se entregara ao comércio de escravos da Costa da África. Nenhuma grande nação européia estava isenta da mancha da escravidão, no dizer de Augustin Cochin[5], estendendo-se esta situação até os fins do século XVIII, às vésperas da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (1793).

2. A ESCRAVIDÃO NO BRASIL HOLANDÊS

Os holandeses, a exemplo dos franceses e ingleses, já em 1612, eram grandes comerciantes de escravos, com feitorias instaladas na Guiné e em Mouree, onde levantaram o forte Nassau, tomado pelos ingleses em 1872. Os pastores da Igreja Reformada, a exemplo da Igreja Católica Romana, nunca tomaram qualquer posição contrária à escravidão dos de raça negra e, em que pesem as sucessivas recomendações do conselho eclesiástico, nunca se importaram com a instrução dos escravos nos ensinamentos da religião cristã.[6]

---

(4) CALMON, Pedro. História do Brasil. Rio, 1979. v. II. p. 346.

(5) COCHIN, Augustin. L'Abolition de l'esclavage. Paris, 1851, v. II p. 281.

(6) MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil.* 3ª ed. Recife: Ed. Massangana, 1987. p. 183: "Em 1638 não se punha mais resistência à escravidão de negros; o Conselho Eclesiástico ao pretender educar os escravos na religião reformada, achou dispensável 'cogitar-se atualmente se é lícito a um cristão comprar e vender negros para escravizá-los'. E no mesmo ano já se diz: 'sem escravo não é possível fazer alguma coisa no Brasil... e por nenhum modo podem ser dispensados: se alguém sentir-se nisto agravado, será um escrúpulo inútil' ".

Instalados no Brasil, a partir de 1630, os holandeses procuraram intensificar o comércio negreiro, conquistando as fortalezas de São Jorge da Mina (1637) e São Paulo de Luanda (1641), em Angola, onde adquiriam os seus escravos na maioria das vezes em troca de gêneros e utensílios diversos. Segundo Hermann Waetjen, in *Der Negerhandel in Westindien und Suedamerika*, citado por Jose Antônio Gonsalves de Mello, os negros eram comprados na Guiné por quantias que variavam entre 12 e 75 florins e em Angola entre 38 e 55 florins, sendo vendidos no Brasil por 200 a 300 florins por peça - alguns por vezes alcançavam o dobro desses pre-ços -; acrescentando ainda, o autor de *Tempo dos Flamengos*, uma informação deveras curiosa:

> "Os negros eram adquiridos também, por meio de 'certo buziozinho' que tinha valor de dinheiro em Angola, onde eram chamados de *'sumba'* (talvez o que os negros de Pernambuco chamam de *'ofás'*): carta do Conselho dos XIX ao Conde e Supremo Conselho, datada de Amsterdam, 4 de abril de 1640"[7]

Segundo a mesma fonte, as precárias condições de higiene, espaço (navios com o triplo de sua capacidade de lotação), de alimentação (faltava a água e a comida necessárias às longas travessias), transformavam os barcos usados no tráfico em verdadeiros túmulos de pobres negros", citando carta datada de 12 de junho de 1643, escrita no Recife e endereçada ao conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais, em Amsterdam, em que dos 554 negros embarcados no de *Regenboge*, faleceram 172 e dos 350 embarcados no *Bruynyis*, 109 faleceram.

A mortalidade dos negros trazidos como escravos da África pelos holandeses chegou a preocupar o conde João Maurício de Nassau que, segundo a mesma fonte, presta esta informação:

> "vejo pelos registros, que embarcaram para o Brasil 6.468 escravos, no período de 7 de fevereiro de 1642 a 23 de julho de 1643, dos quais 1.524 faleceram; aproximadamente uma quarta parte dos embarcados. Resultado das más acomodações e da falta que se deve considerar indispensável"; in Relatório aos Estados Gerais (1644).[8]

---

(7) op. cit. p. 183. nota 27.
(8) op. cit. p. 181, nota 23.

Segundo Waetjen, o número de negros importados entre 1636 e 1645, pela Companhia das Índias Ocidentais, que detinha o monopólio desse comércio e tinha nele uma de suas maiores rendas, foi da ordem de 23.163 indivíduos.

3. A GUERRA DOS PALMARES

Porém, não se pense que o negro aceitou a condição de escravo, por vezes imposta pelos seus próprios pais ou familiares, sem qualquer revolta. Muito pelo contrário, já em 1602 ao assumir o governo da Capitania de Pernambuco, nomeado que fora por Felipe III de Espanha com um salário anual de três mil cruzados (1:200$000), Diogo Botelho se preocupa com os negros dos Palmares e contra este envia uma força comandada por Bartolomeu Bezerra.[9] Com a invasão holandesa e o conseqüente abandono dos engenhos pelos portugueses, aumentou o número de fugas de escravos, tornando-se os quilombos uma presença constante na documentação da época.

> "Havia, também, pequenos aldeamentos ou bandos de negros que roubavam e matavam pelos caminhos: os *'boschnegeers'*, contra os quais eram empregados capitães de campo brasileiros, já que os holandeses eram considerados incapazes para tal função [...] Vários capitães de campo foram empregados a soldo. O próprio João Fernandes Vieira, então em plena ação para fazer fortuna, contratou com o governo holandês a captura de negros fugidos, `trazendo todos os que apanhar à presença dos membros desse Conselho e lhes serão vendidos à razão de 130 reais a peça""[10]

Para com os fugitivos, o governo holandês sempre agiu com muita severidade, chegando a utilizar, a exemplo dos portugueses do século XVI, índios bravios no seu encalço, "mateiros e cruéis, senão nas caçadas ao homem - às vezes antropófagos..."[11], a exemplo da expedição

---

(9) COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Aditamentos e correções de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE, 1983-1985. v. VII. p. 195 (Coleção Pernambucana 2ª fase).

(10) MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit. p. 184.

(11) CALMON, Pedro. op. cit. p. 347.

do capitão Roelof Baro, que se utilizou de cerca de cem tapuias na destruição do "grande Palmares", conforme carta datada de Porto Calvo, 25 de janeiro de 1644, enviada ao conde de Nassau.

> "Contava ele que, pretendendo atacar o 'pequeno Palmares', achou-se imprevistamente em frente ao 'grande Palmares', que investiu em seguida. A luta pela posse do quilombo foi dura, tendo Baro contado cem negros quilombolas mortos. Do seu lado houve um morto e quatro feridos. O sítio foi incendiado, tendo sido feitos ali 31 prisioneiros, entre os quais sete índios tupis (brasileiros) e alguns mulatinhos (*'mulaetjens'*). O quilombo estava cercado por duas ordens de estacadas e 'era tão grande que nele moravam quase 1.000 famílias, além dos negros solteiros'. Em volta da estacada, havia muitas plantações de mandioca e um número prodigioso (*'wonderbaer'*) de galináceos, embora não possuíssem qualquer outro animal de maior vulto, sendo que 'os negros viviam ali do mesmo modo que viviam em Angola'"[12]

Outra expedição foi empreendida contra o quilombo dos Palmares em 1645, pelo capitão Jan Blaer, cujo diário, traduzido por Alfredo de Carvalho (RIAP nº 56, Recife 1902), foi publicado pelo autor destas notas in *Alguns documentos para a história da escravidão*, Recife: Editora Massangana, 1988 (Série Abolição 11), com as correções que lhe foram feitas por José Antônio Gonsalves de Mello. Os quilombolas presos eram condenados pelos holandeses a penas de enforcamento, ou queimados vivos, como exemplo aos demais escravos.

Expulsos os holandeses em 1654, o quilombo dos Palmares, dominando a serra da Barriga no atual estado de Alagoas, voltou a crescer e a pôr em pânico os senhores rurais. Ocupava uma área, segundo Pereira da Costa, de 360 quilômetros, tendo por capital Macaco, com uma população estimada em 20.000 habitantes, o que obrigou o governador de

---

[12] MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit. p. 185-186. Vide ainda a obra de Gaspar BARLAEUS, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil etc.*, impressa em Amsterdam em 1647, traduzida para o português por Cláudio Brandão, que às p. 253-254 nos dá pormenorizada descrição dos quilombos dos Palmares. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980, (Coleção Recife v IV).

Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, a contratar os serviços do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, que se encontrava estabelecido na região, fazendo-se este representar pelo religioso carmelita frei André da Anunciação e pelo sargento-mor Cristóvão de Mendonça Arrais, em 3 de março de 1687. Como envolvia compromissos da coroa portuguesa para com o "governador dos paulistas", que pela cláusula quarta este teria "os quintos que das presas tocarem à Sua Majestade" ficando ainda, pela cláusula nona, com o direito de receber do rei de Portugal "quatro hábitos das três ordens", o contrato teve que ser submetido à sanção real, o que veio a acontecer em Lisboa, em 7 de abril de 1693, sendo transcrito nos livros da Secretaria de Pernambuco em 29 de julho do mesmo ano.

Dom Domingos do Loreto Couto, em sua obra *Desagravos do Brasil Glórias de Pernambuco*, concluída em 1757, é dos nossos clássicos o que melhor descreve a guerra contra a República dos Palmares, sob a ótica dos vencedores, dizendo ter esta começado em 1631 e relacionando uma série de nomes de português, brasileiros, índios e negros que tiveram destaque nos combates, muitos dos quais contemplados com mercês pela coroa portuguesa. Em sua obra, reeditada pelo autor destas linhas em 1981 (Coleção Recife, v. XI), o beneditino descreve com as cores próprias da época a batalha final, ocorrida em 14 de maio de 1695 entre as forças legalistas e os negros que defendiam a sua república, muitos dos quais ali nascidos em liberdade, como se estivessem sob o céu da África, a ela dedicando todo o capítulo 4º do Livro Oitavo (p. 539-546), extraindo-se dele a seguinte descrição:

> "Foram trazidos para o Recife os negros onde entraram a representar a sua desgraça o nosso triunfo. Todos os que eram capazes de fugir ou se rebelar, os transportaram para outras províncias do Brasil, e alguns se remeteram a Portugal. As mulheres, e crianças em quem não cabia a suspeita, ficaram em Pernambuco, chegando a todos o merecido castigo da sua rebelião, passando de uma vida liberta, a arrastar nas misérias de cativos, as cadeias de escravo" (p. 545)[13]

[13] COUTO, Domingos de Loreto (c 1696 - c 1762). *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 545 (Coleção Recife v. XI).

4. O FIM DOS PALMARES

Em carta datada de 14 de março de 1696, o governador de Pernambuco, Caetano de Mello e Castro, comunica a D. Pedro II, Rei de Portugal, "a notícia de haver conseguido a morte do*Zombi*" (sic), segundo documento do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) transcrito por Ernesto Ennes, in*As Guerras dos Palmares* (Rio: Ed. Nacional, 1938. p. 258), utilizando-se para isso de informes obtidos de pelo capitão André Furtado de Mendonça de um mulato a quem foi prometido o perdão em troca da denúncia do local onde se encontrava o líder negro.

> Segundo o documento, Zumbi encontrava-se sem sua família, acompanhado tão somente de "vinte negros, dos quais mandou catorze para os postos das emboscadas que esta gente usa no seu modo de guerra, e indo com os seis que lhe restaram a se ocultar no sumidouro que artificiosamente havia fabricado, achou tomada a passagem; pelejou valerosa ou desesperadamente matando um homem, ferindo alguns e não querendo render-se nem os companheiros, foi preciso matá-los e só a um se apanhou vivo; enviou-se-me a cabeça do Zumbi que determinei se pusesse em um pau no lugar mais público desta Praça [Recife] a satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os negros que supersticiosamente julgavam este imortal; pelo que se entende que nesta empresa se acabou de todo com os Palmares"...[14]

A escaramuça em que se deu a morte do líder negro aconteceu em 20 de novembro de 1695 (op. cit. p. 104-105), sendo as tropas repressoras comandadas pelo capitão André Furtado de Mendonça. A dificuldade nas comunicações fez com que a carta do governador de Pernambuco ao Rei de Portugal somente fosse enviada , em 14 de março do ano seguinte, por "um patacho que se destinava à Ilha da Madeira, e considerando que naquele porto pode estar navio que com maior brevidade chegue a essa Corte me pareceu não dilatar a Vossa Majestade a notícia de haver conseguido a morte do Zombi" (sic).

---

(14) ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares - Subsídios para sua história.* Rio: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 257-258; as circunstâncias e data precisa da morte do Zumbi, são abordadas pelo mesmo autor às p. 103-105, desmistificando assim a lenda do suicídio do líder negro (Brasiliana v. 127).

O "lugar mais público" da então povoação do Recife em 1695 era o Largo do Corpo Santo, onde se localizava a igreja-matriz da mesma invocação que, juntamente com aquele logradouro, veio desaparecer em 1913, quando das obras de remodelação do porto. Naquele local, em 15 de fevereiro de 1710, veio a ser erguido o pelourinho da Vila de Santo Antônio do Recife, criada por carta régia em 19 de novembro do ano anterior. A hipótese de que a cabeça do Zumbi haveria sido exposta no atual Pátio do Carmo, como foi divulgado recentemente pela imprensa local, carece pois de fundamentação documental: Em 1695, o atual logradouro, ainda não urbanizado, era parte de "uma sesmaria de cem braças de salgado que cercavam em redondo", local onde se construía o novo convento e igreja do Carmo, sob a direção do mestre Antônio Fernandes de Matos, obras que só vieram a ser concluídas em 1767[15].

Mas, a guerra contra os quilombos dos Palmares não havia terminado. O próprio Loreto Couto nos traz informações - op. cit. p. 458-461 -, sobre a destruição de um núcleo desses insurretos em 1697 e a ordem régia de 12 de janeiro de 1700, mandando fazer guerra a outros quilombos remanescentes.

No início do século XIX, o viajante inglês Henry Koster, então radicado em Pernambuco, anota a presença de escravos foragidos, cujos bandos punham a população em sobressalto, até nas proximidades do centro urbano do Recife.[16] Glacyra Lazzari Leite estudando os antecedentes sociais da Revolução Republicana de 1817, ao tratar da problemática do elemento servil, conclui: "As histórias de assassinatos de proprietários por escravos faziam parte da vida quotidiana das pessoas e o medo pairava como algo ameaçador"; in *Pernambuco 1817*, Editora Massangana, Recife 1988, p. 106.

---

(15) MENEZES, José Luiz da Mota. (Org.) *Atlas histórico e cartográfico da cidade do Recife*. Recife. Prefeitura do Recife, FUNDAJ-Ed. Massangana, 1988. Vide ainda, sobre a construção do Convento do Carmo do Recife: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Um mascate e o Recife - A vida de Antônio Fernandes de Matos no período de 1671-1701*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 25-33 (Coleção Recife v. IX).

(16) KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. Londres, 1816. Esta obra foi traduzida para o português por Luiz da Câmara Cascudo e sua reedição publicada sob o título *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: SEC-Departamento de Cultura, 1978. v. XVII. (Coleção Pernambucana, 1ª fase).

A presença dos quilombos em nossa região foi uma constante até os últimos dias da escravidão, como anteriormente demonstramos quando da publicação de *Alguns documentos para a história da escravidão* (op. cit.), nos relatórios sobre o quilombo de Goiana e a presença dos quilombos de Catucás. Este último foi responsável, entre outros fatores, pela não fixação da primeira colônia de imigrantes alemães no Nordeste. Os colonos alemães, cujo desembarque fora desviado de Santa Catarina para o Rio Grande do Norte, vieram para o Recife, onde o então presidente da província, Tomás Xavier Garcia de Almeida, cumprindo o Aviso Ministerial de 28 de setembro de 1829, os localizou nas terras de Cova de Onça e Ferraz, situadas pouco depois da então povoação do Beberibe, bem próximas às matas do Catucá, onde estavam homiziados alguns escravos fugidos. A colônia, então com 200 pessoas, veio a ser dirigida pelo engenheiro alemão aqui radicado, João Bloem, que acomodou os colonos em seus respectivos lotes, em 1° de dezembro daquele ano. A colônia recebeu o nome de Santa Amélia, em homenagem à imperatriz Amélia de Leuthemberg, recentemente casada com o imperador D. Pedro I.

Sempre assediada pelos quilombolas das matas do Catucá, desprovida de homens em sua defesa, os colonos terminaram por ver assassinada a família Cristiani, em 1837, que residia em Cova de Onça. Em pânico, as famílias deixaram suas terras e retornaram ao Recife, retirando-se em sua maioria para o Rio Grande do Sul, onde voltaram a se estabelecer em São Leopoldo.[17]

[17] COSTA, F.A, Pereira da. op, cit. v. IX. p. 313-317.

O PODER POLÍTICO FORMADOR DO BRASIL

João de SCANTIMBURGO

Deixou-se o reino de Portugal conduzir pela força da fé, sobretudo, e subsdiariamente, pelo interesse da expansão geográfica. Daí o êxito de sua empresa marítima e colonizadora. O formidável ímpeto dos portugueses era dotado da**virtu** dos moralistas, não da**virtu** de Maquiavel. Nunca, por um só momento, na história da colonização, do povoamento e da civilização da terra descoberta, demonstrou Portugal a **virtu** maquiavélica, nem mesmo nos dias que antecederam, três séculos depois, a Independência. Para o descobridor, o colonizador, o civilizador português, a sua empresa, com todos os defeitos que se lhe possam, à luz da moderna historiografia, imputar, não separava a moral da política. Fiel aos ensinamentos de Roma, dos Doutores e Padres da Igreja, Portugal levava, para onde ia, o facho da fé, e banhava sua expansão geopolítica na submissão ao Evangelho de Cristo. As "razões de Estado" eram, portanto, outras em Portugal; não se confundiam com o farisaismo político que, da aurora do mundo moderno aos nossos dias, traduz-se como a orientação de não poucos governos. Em trezentos anos de governo do Brasil pela Coroa portuguesa e, posteriormente, pela Coroa dos Braganças desgalhados nos trópicos, a maquiavelismo não encontrou acolhida, nem foi praticado.

A monarquia portuguesa dos descobrimentos e da colonização manteve-se, heroicamente, à margem dos pecados de consciência dos quais está sobrecarregada a História moderna. "Antes de Maquiavel", diz Maritain, em seu estudo sobre o maquiavelismo, "príncipes e conquistadores não hesitavam em recorrer, muitas vezes, à má-fé, à perfídia, à mentira, à crueldade, aos assassinatos, a todos os gêneros de crimes dos quais um homem de carne e sangue é capaz, para chegar ao

poder e ao sucesso e para satisfazer sua cobiça e sua ambição. Mas, assim agindo, eles se sentiam culpados, tinham má consciência - na medida em que eles tinham uma consciência. Dessa maneira, uma espécie de hipocrisia inconsciente e infeliz - a vergonha de parecer aos próprios olhos como se era, - uma certa detenção, enfim, esse mal-estar profundo e profundamente humano que expressamos quando fazemos o que não desejaríamos e que sabemos interdito por uma lei justa, impedia que se fizesse dos crimes uma regra, dispensando aos povos uma acomodação defeituosa entre o bem e o mal que, no seu todo, tornava suas vidas opressivas, apesar de tudo viáveis". "Depois de Maquiavel, não somente os príncipes e os conquistadores do quinhentos, mas os grandes chefes e criadores dos Estados modernos e da História moderna, empregando a injustiça para estabelecer a ordem, e toda espécie de mal útil para satisfazer sua vontade de poderio, terão boa consciência e serão persuadidos a consumar seu dever de chefes políticos".

Os reis de Portugal, que se baldearam para o mundo, não foram maquiavélicos no sutil e agudo sentido estudado por Maritain. Não eram céticos em matéria de moral, e se más ações foram cometidas por seus deputados, na terra longínqua e deserta, não deixaram de ser punidos quando chegou ao monarca a notícia do mal praticado. Suas convicções não foram, portanto, rejeitadas, nem imolaram, como acentua Maritain, no altar do bem político, sua moral pessoal. Ao contrário, praticaram-na como puderam, apoiando a ação da Igreja, passo a passo, na sua extrraordinária obra de catequese e de incorporação das novas terras ao reino de Cristo, um reino mais alto do que o do rei de Portugal, um reino perfeito do qual o reino de Portugal queria se aproximar. A monarquia foi tudo o que havia de mais antimaquiavélico; sua "razão de Estado" coincidia com a razão da lei natural. Houve excessos, sem dúvida, nos primeiros tempos da colonização e do povoamento, mas, na medida do possível, eles foram coibidos pela autoridade distante, pelo seu braço presente, por sua ação omnímoda, sobretudo pelo imperativo da fé, que conduzia a ação política da monarquia portuguesa, no tempo e no espaço. Daí vir envolta nos mandamentos evangélicos a emanação do poder que instituiu no Brasil, onde a monarquia lusitana se fez atuante com todo o seu aparato, desde a posse da terra e seu reconhecimento pela Igreja até a Independência.

LUGAR COMUM E HISTÓRIA

Divergiu, substancialmente, a colonização portuguesa da colonização inglesa. Os Estados Unidos foram colonizados por meio da expedição das **chartered Colonies** ou cartas de colonização. O termo **chartered colonies** é o que melhor descreve as formas sobre as quais os estabelecimentos britânico-americanos foram fundados e sob os quais continuaram por vários períodos. Eram o direito e característico resultado da iniciativa privada. Os descobridores e pretendentes à colonização, agindo individualmente ou em grupos, escolhiam os navios, homens e recursos necessários para a empresa, e requeriam uma carta à Coroa. As terras descobertas pelas coroas portuguesa e espanhola foram colonizadas diretamente sob a responsabilidade de um e outra monarquia. Das capitanias hereditárias ao governo-geral do Brasil, ou seja, no período de meio século apenas, o domínio português gravitou de uma instituição parafeudal a outra, centralizadora, e nessa direção caminhou resolutamente para a obra civilizadora sob a sua bandeira. Repelimos - vamos insistir na tese - as acusações das quais se argúi Portugal de não integrar a colônia na linha do capitalismo nascente, como faziam os anglo-saxões. É esse um lugar comum que deve ser refutado, com apoio da História.

Portugal empenhou na colonização da nova terra todos os seus recursos, os morais, os políticos e os econômicos. Moveu-o amor da pátria no seu significado majestoso; nenhum interesse subalterno teve na empresa.

Não se deve, portanto, comparar dois sistemas díspares de colonização, o americano e o brasileiro, ou o inglês e o português. Quando as colônias americanas se rebelaram contra a metrópole, a Independência havia, há muito, se radicado na consciência dos colonos, que constituiram, efetivamente, um novo mundo na terra colonizada. Os republicanos de Cromwell transportaram para a Nova Inglaterra a semente da libertação de seus vínculos com a mãe-pátria. "O partido republicano inglês" - afirmou Renan - "não teve segunda geração. Esmagado sob a restauração dos Stuarts, dizimado pela perseguição ou refugiado na América, ele cessa de ter uma influência considerável sobre os negócios da Inglaterra". "A América foi o escoadouro do partido republicano; sem isto, esse partido teria ficado como um vírus na mãe-pátria, e teria impedido o estabelecimento

constitucional. Os 'exilados' republicanos foram os pais daqueles que fizeram a guerra da independência no fim do século XVIII".

A "CONSTITUIÇÃO" DE 1548

Os portugueses, ao contrário, estenderam ao Brasil o poder da monarquia, dotando a nova terra de governo antes mesmo de ter ela o povo, no sentido nacional, ou corpo político, no sentido estudado por Jacques Maritain. Decidiu-se, logo, a Coroa, pela exploração da colônia, dotando-a, porém, do aparato do poder, sem o qual seus esforços seriam, em grande parte, baldados. Esse paradoxo é indigitado por João Camillo de Oliveira Torres. "Para que possamos enfrentar a crise brasileira é necessário que tenhamos diante dos olhos o caráter profundamente paradoxal da História brasileira. É um perigo aplicarmos os conceitos correntes nos livros à nossa História, uma vez que as coisas geralmente costumam adotar posições contrárias às maneiras usuais de pensar. Esta situação foi vislumbrada pelo Senador Vergueiro, ao assinalar, num discurso famoso, que os nossos males vêm de que a nossa organização política antecedeu a nossa organização social. Tivemos Estado antes de haver povo; lembre-se de Tomé de Sousa desembarcando com toda a organização administrativa - um Estado completo - entre palmeiras e índios.

Partiu da metrópole o compromisso de fundar as instituições políticas que iriam reger a colônia. O poder político formador do Brasil estabeleceu-se, portanto, com o descobrimento, e a nossa primeira Constituição, a rigor, tem a data de 17 de dezembro de 1548, quando D. João III expediu o Regimento de posse com que Tomé de Souza instaurou o governo-geral no Brasil. Precede-o o rei destas considerações: "Vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exalçamento da nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras uma fotaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar Justiça e prover nas coisas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e bem das partes". O Regimento continha

quarenta e um artigos e mais sete suplementares. Minuciosos como eram os monarcas portugueses, e muito apegados aos seus direitos, determinavam a seus delegados como deveriam proceder e, o que é espantoso, foram rigorosamente obedecidos na terra longínqua e deserta como se perto estivessem de seus vassalos e leais servidores.

O Regimento previu o que era possível fazê-lo. "Recomenda-se nele o bom tratamento dos gentios; impõe-se pena de morte aos colonos que fossem buscar indígenas para escravizar; proibe-se vender-lhes armas, e o embrenharem-se os mesmos colonos para a terra adentro comunicando-se pelo sertão de um a outras capitanias. Fixa o Regimento o termo de cidade em seis léguas de cada lado; estabelece os modos de se darem sesmarias para os entenhos de açúcar, obrigando os donos destes a moerem as canas dos lavradores vizinhos, e fortificarem os mesmos engenhos, etc. Providencia contra os abusos do luxo nos vestidos, dispõe a respeito da fortificação da capital, da construção de navios, e do descobrimento e exploração de todo o rio São Francisco. Nos casos omissos devia o governador consultar os principais empregados e as pessoa mais idôneas, prevalecendo a sua opinião se houvesse discordância, lavrando-se, porém, da sessão da Junta um termo ou ata que seria enviada à Corte".

Chegou Tomé de Sousa com o Estado e seu aparato para governar a terra vazia e ainda marginal dos ordenamentos jurídicos, mas trouxe o poder, e a lei que dele decorre. "Para o cargo de ouvidor geral, com alçada e autoridade de passar provisões em nome do rei, foi nomeado o desembargador Pero Borges, que servira de corregedor no Algarve, e gozava de reputação de homem justo. Competia ao ouvidor conhecer as causas dos crimes, por ação nova com alçada até a morte natural exclusivamente, aos escravo, gentios e peões cristãos livres; aos quais, quando merecessem pena de morte, podia esta aplicar-se sem apelação, se nela concordasse o governador-geral; do contrário devia remeter ao corregedor da Corte os autos e o preso". Ao provedor-mor da Fazenda - Ministro da Fazenda nos dias de hoje - recomendava o Regimento providenciar em cada capitania acerca das casas da alfândega e dos contos ou tesourarias, organizando em livro separado os lançamentos das diferentes rendas e direitos. Criou-se, também, o cargo de capitão-mor da costa, nomeando-se muitos oficiais para outros cargos, sendo o total

deles trezentos e vinte. O governador-geral ganhava quatrocentos mil-reis anuais, conforme moeda da época, sendo o dos outros menor na proporção dos cargos ocupados.

TRADIÇÃO CENTRALIZADORA

Revestido do formalismo emanado da Coroa, apoiado no aparelho burocrático, nos braços da justiça e do fisco, iniciou-se a existência legal do poder régio no Brasil e o processo da centralização, contra o qual inutilmente se esfalfaria em luta o federalista Rui Barbosa pois, ao cabo de quatro décadas da vigência da Constituição de 1891, obra sua, voltaríamos a ele, ou seja, no caso brasileiro, ao sentido da História, por excelência centralista, ou centralista pelos imperativos da unidade nacional. O governo geral não derrogou de pronto o instituto das capitanias; iria absorvê-las a partir de sua investidura, pois essa era a disposição da Coroa. O regime das capitanias era severo. O donatário não dispunha das terras como lhe aprouvesse, mas segundo as prescrições rígidas das Ordenações. Sua duração deveria ser, portanto, curta, absorvendo o governador-geral as atribuições do capitão-mor, por intermédio do ouvidor-geral e do provedor da Fazenda. O poder se globalizava, embora se mantivesse o instituto das sesmarias e a autoridade do governador-geral não tivesse meios para abranger todo o território sob suas atribuições. Mas o centralismo legal iniciava-se, para não mais ter paradeiro senão por meio de artifícios importados dos Estados Unidos, cuja formação foi diferente da brasileira. Foi esse o início efetivo da colonização, ou processo de civilização do Brasil.

(Transcrito, com a devida autorização do autor, de "Brasil Rotário", nº 934, de abril de 2000).

CARLOS GOMES EM MACHADO DE ASSIS

Carlos WEHRS

Quando, no início de 1997, convidei meu amigo e confrade no IHGB, o musicólogo e, embaixador Vasco Mariz, para redigir a apresentação de meu ensaio "Machado de Assis e a magia da música";[1] ele respondeu-me, em amável bilhete, concordando. E, tendo lido os originais, alguns dias mais tarde recebi dele o texto prometido, cavalheiresco e cuidadosamente elaborado, mas nele estranhando não haver encontrado, por parte do criador de Capitu, qualquer referência a Antônio Carlos Gomes, enquanto outros músicos célebres mencionados na obra esmiuçada ocupavam rol extenso.

De fato, também a mim causara espécie não figurar, uma vez sequer o titulo de uma das obras ou o nome do "músico americano de maior evidencia mundial no século passado" (V. Mariz), nos contos e romances de Machado de Assis, visto ter sido esta a parte de sua extensa obra por mim garimpada, e escolhida exatamente por refletir os sentimentos mais recônditos do escritor. O mesmo poderia não ter acontecido em suas crônicas e criticas que assinava na imprensa, em virtude das exigências desse gênero de trabalho, em que teria de noticiar, uma ou outra vez, apreciasse ou não, o que de mais notável e relevante ocorria nessa cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, ou fora dela. Assim, antes de confirmar a Vasco Mariz que nada havia sobre Carlos Gomes nem a respeito de suas obras nos referidos escritos, retornei a minhas anotações, onde pude comprovar a inexistência, completa e absoluta, de qualquer alusão, direta ou indireta, ao músico campineiro.

---

(1) Este título foi-me sugerido gentilmente por outro amigo, o economista, historiador e confrade Elysio de Oliveira Belchior

E surgiu logo a inevitável indagação: o porque dessa omissão quando Machado, inequívoco apreciador de música, assíduo freqüentador de teatros, que não regateava aplausos a outros compositores, sobretudo aos europeus, silenciara a respeito do patrício? Buscando explicação para esse aspecto obscuro, percorri, então, a outra parte de sua obra, exceto, naturalmente, poesia e teatro. Pude verificar que, mesmo na imprensa, raramente ocupara-se de Carlos Gomes, e somente quando o soube gravemente enfermo, em Belém do Pará, noticiou esse fato sem especial destaque, com simplicidade; maior preeminência somente mereceu a notícia da morte do compositor, assim mesmo agregada a outras considerações. Jamais Machado colocou-o sobre um pedestal.

Algumas editoras, diferentes da Ed. José Aguilar Ltda., incluem em suas coleções da obra de Machado de Assis, numerosas crônicas, aparecidas na **Semana Ilustrada**, assinadas por **Dr. Semana**. Ora, esse pseudônimo era coletivo, e usado também por Machado. Raimundo Magalhães Jr., em seu livro **Machado de Assis desconhecido** (Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1955), no capítulo Crônicas que não são de Machado...", explica, esclarece e prova que muitas das crônicas atribuídas ao criador de Quincas Borba, são, em verdade, de Ernesto Cybrão e de outros plumitivos menores, todos sob o manto do mesmo pseudônimo**Dr. Semana**. Acompanhamos, francamente, o ponto de vista do crítico cearense, profundo conhecedor da obra machadiana.

Vejamos, então, o que na imprensa periódica, hebdomadária ou quinzenal, saiu estampado, vindo da pena de Machado relacionado a Carlos Gomes. São realmente poucas as apreciações ou notícias vindas à luz durante muitos e muitos anos. Entre as primeiras referências que vimos, datadas de 1861, no **Diário do Rio de Janeiro**, destacamos as seguintes, onde se podem notar a maneira quase indiferente e sem generosidade, e o estilo seco com que trata de Carlos Gomes, algumas vezes evitando até de nomeá-lo. Aqui, apenas dois exemplos:

> Em 18.10.1861:..."Há tempos noticiou-se que algumas senhoras haviam mandado fazer uma**batuta** para oferecer ao compositor da**Noite do Castelo**. Dizem-me que a entrega desse mimo deve ter lugar na primeira noite em que se executar aquela ópera. Confesso, e nisto não há cumprimento, que é uma das cousas

> que me tocam ver a mulher acompanhar, com a sua interessante presença os triunfos, como acompanha os reveses".

Nestas poucas linhas não declinou o nome do futuro homenageado e falou em reveses...

Em 10.11.1861, noutra crônica, depois de tratar longamente de Elias Álvares Lobo, autor de duas óperas, que não alcançaram sucesso, e de João Teodoro de Aguiar, que até então escrevera um **Te Deum**, executado na Capela Imperial em 11 de fevereiro de 1860, mas que não compôs ópera sobre assuntos indígenas como se propunha, aliás nenhuma ópera, passou a Henrique Alves de Mesquita, a quem elogia. E, finalmente, chega a vez de Antônio Carlos Gomes quando diz:

> "...Creio que podemos dizer: - temos música. E mais: - temos animação para os principiantes. Não acaba o chefe do estado de ornar o peito do Sr. A. C. Gomes, para quem lhe fora pedida pela Academia das Belas Artes uma condecoração? Este ato, olhado como estímulo, deve garantir os operários da idéia de que serão sempre acolhidos não só pelas graças do público, como pelos favores dos poderes do estado"...

e, adiante ..."O autor da**Noite do castelo** recebeu, finalmente, das mãos de uma senhora, em pleno teatro, por ocasião de executar-se a sua ópera, a batuta de ouro com que o brindaram várias representantes do sexo amável. O trabalho artístico é de um perfeito acabado e honra bem as ofertantes".

Além das notícias da imprensa periódica, a Carlos Gomes refere-se uma vez mais, em carta dirigida a Salvador de Mendonça, datada de ... 21.07.1904. E só.

Recapitulemos, em ordem cronológica, os artigos estampados nos periódicos[2], surgidos depois que o músico seguiu para a Europa pela primeira vez.

No **Diário do Rio de Janeiro**, na seção "Semana Literária", em 8.05.1866, Machado escreveu:

---

[2] Valemo-nos unicamente do Repertório geral de nomes próprios citados nas crônicas, nas críticas, na miscelânea coligidas por Gustavo Corção e Tristão de Ataíde e no epistolário contidos na "Obra completa" (de M. de A.), organizada por Afrânio Coutinho, para a Editora José Aguilar Ltda., Rio de Janeiro, em 1959.

> "... Terminaremos hoje com duas notícias literárias. A primeira foi publicada no **Correio Mercantil** em correspondência de Florença: traduziu-se para o italiano o belo romance **Guarani** do Sr. J. de Alencar. O correspondente acrescenta que a obra do nosso compatriota teve grande aceitação no mundo literário. Um escritor do país, o Dr. Antônio Scalvini, tirou desse romance um poema para ópera, que vai ser posto em música pelo compositor brasileiro Carlos Gomes. A segunda noticia...

Como se vê, é notícia pura e simples da confecção do libreto para uma ópera de Carlos Gomes, por Antônio Scalvini, a partir do romance **O Guarani**, de José de Alencar. Nenhuma menção das óperas anteriores do maestro, **A noite do castelo**, estreada em 1861, no Rio de Janeiro, no teatro Lírico Fluminense, antigo Provisório, e **Joana de Flandres**, representada pela primeira vez no mesmo teatro, dois anos mais tarde, com libreto de Salvador de Mendonça, amigo tanto do escritor como do compositor. À estréia de **A noite do castelo** talvez Machado não tenha comparecido, mas esteve presente à da **Joana de Flandres**, conforme se verá mais adiante. Eram estas, fora de dúvida, produções ainda incipientes nos difíceis terrenos de Euterpe, e os libretos, partes muito importantes nos dramas cantados, de autoria do jornalista Antônio José Fernandes dos Reis e de Salvador de Mendonça, respectivamente, não os favoreceram. Além disso, a seção era literária, especializada do periódico, não comportando, talvez, a invasão de outro setor artístico pelo articulista.

Mas, em 1870, quando Carlos Gomes, não mais um obscuro musicista caipira, mas já detentor do título de **Maestro Compositore**, conquistado na Itália, em 1866, aplaudido no teatro **alla Scala**, em Milão, e até elogiado pelo severo crítico musical Filippo Filippi, por haver apresentado naquela célebre casa de espetáculos a ópera **Il Guarany** e reapresentado, em estréia, ainda sem a célebre **Protofonia**, no Rio de Janeiro, no mesmo teatro do Campo de Sant'Ana, na data do 45° aniversário do nosso Imperador, não temos notícia de que Machado de Assis se tivesse manifestado pela imprensa. O mesmo, quando chegou aqui a **Fosca**, outra obra sua, mostrada três vezes. Na estréia desta houve alguns aplausos, mas na segunda representação o público demonstrou frieza, pela antipatia ao tenor, afirma-se (elenco: Fricci, Alberti, Balis, Mendioros e Castelmary). Na terceira noite, em récita extraordinária, o teatro esteve

quase vazio. A imprensa foi-lhe desfavorável, sobretudo a **Gazeta de Notícias**, que atacara a peça; somente **O Mosquito** defendeu-a, graças a Júlio Huelva (pseudônimo do jornalista português Alfredo Camarate).

Veio, em 1874, **Salvator Rosa** e Machado de Assis não se manifestou, mencionando esta ópera somente dois anos depois, ainda que muito de passagem, ligando-a, ora a uma disputa entre duas empresas, líricas, a Ferrari e a Torresi (em 'História de 15 dias' (**Ilustração Brasileira**, crônica de 15.09.1876, parte V), ora a um leve cumprimento ao compositor (idem, idem, em 1.10.1876, parte IV), que transcrevemos:

> "... Daquela ópera ao **Salvator Rosa** a transição é fácil; mas, enquanto o meu talentoso colega dos teatros falará mais detidamente da composição de Carlos Gomes e da companhia, eu quero daqui dar um aperto de mão no inspirado maestro brasileiro, cujo nome cresce na estima e veneração da Itália e da Europa.
>
> "Não se iludiam os que desde o primeiro dia confiaram nele. Ele paga hoje essa confiança com os louros de que cerca o nome brasileiro.
>
> Sinto não poder manifestar iguais sentimentos à companhia Torresi, mas tenho aqui um calo no pé... Ui!"

Aqui não deixa de acrescentar as palavras (que nos parecem farpas e que foram escritas quando no Brasil aparecera o rumor de que Carlos Gomes se naturalizara cidadão italiano)... "cujo nome cresce na estima e veneração da Itália e da Europa". (E aqui, não?).

Passaram-se duas décadas de mutismo, durante as quais o público carioca veio a conhecer outras obras de Carlos Gomes: **Lo Schiavo**, em 1889; **Condor**, em 1891 e, finalmente, o poema sinfônico-vocal ***Colombo***, *em 1892, mas o escritor permanece silencioso. Somente torna a manifestar-se sobre o compositor quando o sabe recolhido a* seu leito de morte, através do periódico **A Semana**, em 4 crônicas, publicadas espaçadamente, a partir de 5.07.1896. Ei-las:

> "... Outra morte que não sai da música, ou sai do mais íntimo dela, é a que se espera cada dia do Norte, a do nosso ilustre Carlos Gomes, Os telegramas de ontem dizem que o médico incumbido de o salvar já aplicou o remédio, mas sem esperanças.

> Dá-lhe os dias contados, Aguardemos a hora última desse homem que levará o nome brasileiro deste para o século novo, e cujas obras servirão de estímulo e exemplar às vocações futuras. A vida dele é conhecida; mas nem todos terão as sensações dos primeiros dias, quando Carlos Gomes chegou de S. Paulo e aqui se estreou na Ópera Nacional, uma instituição mantida com dinheiros de loteria; leiam loteria, não bichos. Tudo é jogo, mas há espécies mais reles que outras, que apenas servem de ofício e comércio à gente vadia. Vivia de loteria a Ópera Nacional; antes vivesse de donativos diretos mas enfim viveu e deu-nos Carlos Gomes, um pouco de Mesquita, outro pouco de Elias Lobo..."

Nesta crônica Machado concede ao músico moribundo apenas o adjetivo de 'ilustre'. Naqueles tempos, como hoje ainda, todo cidadão era (é) ilustre, e até no superlativo, salvo se é excelentíssimo, conforme se lê em qualquer envelope de carta. Prevê, também, que estenderá o seu renome para o século XX, servindo de estímulo e exemplo a outros. Mas logo em seguida passa a recordar a sua chegada à Corte e a analisar a instituição criada por D. José Amat e outros idealistas. Não se detém em Carlos Gomes nem recorda seus triunfos e nem traça a sua biografia, que afirma ser conhecida.

Três semanas mais tarde, em 26.07.1896, no mesmo hebdomadário, torna ao assunto:

> "...Mais palmas a S. Paulo, que acaba de votar o subsídio e a pensão a Carlos Gomes e seus filhos. Salvador de Mendonça, um dos que saudaram a aurora do nosso maestro (há quantos anos!), mandou no **serum** dos cancerosos de New York uma esperança de cura para o autor do **Guarani**. Oxalá o encaminhe à vida, como o encaminhou à glória...

As palmas são para São Paulo, por ter conseguido votar o Congresso Legislativo do Estado o projeto nº 105, assim redigido:

"O Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo decreta:

Art. 1º - É concedido ao maestro Carlos Gomes uma pensão mensal de dois contos de réis, a partir de 1º de janeiro do corrente ano, enquanto viver.

Art. 2° - Por sua morte, cada um dos seus filhos terá a pensão de 500 mil réis mensais.

Art. 3° - Sua filha receberá a pensão de que trata o art. 2° até seu casamento, sendo-lhe então, entregue, a título de dote, a quantia de 30 contos de réis.

Art. 4° - Seu filho receberá a pensão, de que trata nesta lei, até completar a idade de vinte cinco anos.

Art. 5° - Fica o Governo autorizado a abrir o crédito necessário para as despesas resultantes da presente lei.

Art. 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 25 de junho de 1896. Assinaturas de: Eugenio Egas, Miranda Azevedo, Júlio Mesquita, Pedro Toledo, Cardoso de Almeida, Francisco Malta, Malta Jr., Emí dio Piedade, Manuel Bento, Almeida Vergueiro, Oscar de Almeida, Eduardo Garcia, Artur Prado, Lucas de Barros, Pereira da Rocha, Carlos Vilalva e Álvares Rubião.

Machado de Assis elogia também o amigo comum de ambos, Salvador de Mendonça, ora ministro do Brasil em Washington e "um dos que saudaram a aurora do nosso maestro", por ter enviado um medicamento daquele pais do norte a Belém, na vã esperança de conseguir reverter a marcha inexorável do epitelioma de língua, que consumia Carlos Gomes.

Em 6 de setembro, nova crônica, ainda em **A Semana**, em que muito objetivamente fala do agonizante, cujo padecimento verifica ser longo:

> "... Carlos Gomes não deixará esperanças dessas. 'Talvez ao chegarem estas linhas ao Rio de Janeiro, já não exista o inspirado compositor, que entrou em agonia', diz uma carta do Pará, publicada ontem no **Jornal do Commercio**. Pois existe, está ainda na mesma agonia em que entrou, quando elas de lá sairam. Hão de lembrar-se que há muitos dias um telegrama do Pará disse a mesma coisa; foi antes dos protocolos italianos. Os protocolos vieram, agitaram, passaram, e o cabo não nos contou mais nada. 0 padecimento, assim longo, deve ser forte; a carta confirma esta dedução. Carlos Gomes continua a morrer. Até quando irá morrendo? A ciência dirá o que souber; mas ela também sabe que não pode crer em si mesma..."

E, finalmente, em **A Semana** de 20.09.1896, Machado dá a notícia da morte do compositor, ocorrida 4 dias antes, na forma seguinte:

> "...A maior das notícias para nós, a única nacional, não preciso dizer que é a morte de Carlos Gomes. O telégrafo no-la deu, tão pronto se fecharam os olhos do artista e deu mais a notícia do efeito produzido em todo aquele povo do Pará, desde o chefe do Estado até o mais singelo cidadão. A triste nova era esperada - não sei se piedosamente desejada. Correu aos outros Estados, ao de S. Paulo, à velha cidade de Campinas. A terra de Carlos Gomes deseja possuir os restos queridos de seu filho, e os pede; São Paulo transmite o desejo ao Pará, que promete devolve-los. Não atentei somente para a linguagem dos dois Estados, um dos quais reconhece implicitamente ao outro o direito de guardar Carlos Gomes, pois que ele aí morreu, e o outro acha justo restituí-lo aquele onde ele viu a luz. Atentai, mais que tudo, para esse sentimento de unidade nacional, que a política pode alterar ou afrouxar, mas que a arte afirma e confirma, sem restrição de espécie alguma, sem desacordos, sem contrastes de opinião. A dor aqui é brasileira. Quando se fez a eleição do presidente da República, o Pará deu o voto a um filho seu, certo embora de que lhe não caberia o governo da União; divergiu de S. Paulo. A república da arte é anterior as nossas constituições e superior as nossas competências. O que o Pará fez pelo ilustre paulista mostra a todos nós que há um só paraense e um só paulista, que é este Brasil.

Agora que ele é morto, em plena glória, acode-me aquela noite da primeira representação da **Joana de Flandres**, e a ovação que lhe fizeram os rapazes do tempo, acompanhados de alguns homens maduros, certamente, mas os principais eram rapazes, que são sempre os clarins do entusiasmo. Ia à frente de todos Salvador de Mendonça, que era o profeta daquele caipira de gênio. Vínhamos da Ópera Nacional, uma instituição que durou pouco e foi muito criticada, mas que, se mereceu acaso o que se disse dela, tudo haverá resgatado por haver aberto as portas ao jovem maestro de Campinas. Tinha uma subvenção a Ópera Nacional; dava-nos partituras italianas e zarzuelas vertidas em português, e compunha-se de senhoras que não duvidavam passar da sociedade ao palco, para auxiliar

aquela obra. Cantava o fundador, D. José Amat, cantava o Ribas, cantavam outros. Nem foi só Carlos Gomes que ali ensaiou os primeiros voos; outros o fizeram também, ainda que só ele pode dar o surto grande e arrojado..."

Antes de traçar breve necrológio, tece comentário sobre a dúvida de onde devem ficar os restos mortais do insígne músico, se em sua terra natal ou naquela que lhe ofereceu guarida nos dias derradeiros. Somente depois, em igual espaço, recorda a estréia, em 15 de setembro de 1863, da ópera **Joana de Flandres**, a qual compareceu no velho teatro Provisório, demolido em 1878[3]. E "a ovação que lhe fizeram os rapazes do tempo [entre os quais não se incluiu, contando ele próprio, na época, 24 anos] acompanhados de alguns [somente alguns] homens maduros, certamente, mas os principais eram rapazes..., Ia à frente de todos Salvador de Mendonça [autor do libreto da ópera, então com 22 anos de idade]..." "Vínhamos da [Imperial Academia de Música e] Ópera Nacional, uma instituição que durou pouco". [Aliás, nem tão pouco assim: 7 anos].

Aliás, essas lembranças da noite em que ouviu pela primeira e talvez única vez essa ópera, vêm recordadas em 1904. Do "Epistolário"[4] extraímos a seguinte

CARTA A SALVADOR DE MENDONÇA:

[Rio de Janeiro,] Cosme Velho,
21 de julho [de] 1904.

Meu querido Salvador.

Vi também através do discurso o perfil do nosso querido [Henrique César] Muzzio. Também me lembraste, ao narrar a noite do ensaio da **Joana de Flandres**, a festa da primeira representação desta ópera, quando tu, eu e tantos outros cercando o Carlos Gomes, descemos

---

(3) Foi demolido por que ficava defronte à rua dos Ciganos, hoje da Constituição, ocupando área que atualmente integra os jardins da praça da República. "Era um vasto e deselegante edifício (...). Tinha amplas dimensões, bastando lembrar qie comportava 124 camarotes dispostos em 4 ordens superpostas, podendo cada um acomodar 4 pessoas sentadas na frente". (**apud** Alfredo Nascimento, in "Relembrando Carlos Gomes", **Rev. Bras. de Música**, v. III fasc. 2º, 1936).

(4) **Obra completa, op. cit.**

em aclamações ali pela Rua dos Ciganos abaixo. Restamos alguns, e as lembranças que não acabam; [...]

...e não esqueças o /Velho amigo / Machado de Assis.[5]

Estaria, realmente, Machado de Assis apartado de Carlos Gomes, ou tratava-se apenas de indiferença pelo compositor e sua obra? Afora as palavras linhas acima, por nós interpretadas como 'farpas', nenhuma vez nos deparamos com alguma investida contra ele. Por desconhecermos o modo de pensar do escritor, torna-se muito arriscado formar um juízo a respeito, mormente tendo já decorrido mais de um século - e não havendo qualquer evidencia epistolar - resta-nos formular conjeturas, hipóteses, estes sim, estribadas no que ficou nos arquivos e, talvez, através da análise das aparentes omissões do escritor.

Um exemplo: Quando após a morte do visconde de Castilho (Antônio Feliciano de Castilho), em 18.06.1875, na **Semana Ilustrada** de 4 de julho do mesmo ano Machado de Assis compôs artigo sobre esse escritor, tradutor e célebre poeta lusitano, citando-lhe duas de suas obras **Ciúmes de Bardo** e **A noite do castelo**, teria sido a ocasião, caso fosse do agrado de Machado, lembrar, de passagem que fosse, ter sido no poema **A noite do castelo** que Antônio José Fernandes dos Reis baseara o libreto da ópera homônima de Carlos Gomes. Mas não o fez.

As duas primeiras óperas, **A noite do castelo** e **Joana de Flandres**, no Rio de Janeiro receberam aplausos do público e da crítica em geral, apesar de serem obras de iniciante, encenadas por amadores, e isso, acreditamos, por serem produto de músico inspirado, de quem já se podiam vislumbrar os grandes dotes artísticos, mas a quem ainda faltava o necessário estudo[6], e então Machado de Assis deixa a impressão de não

---

(5) Henrique César Muzzio foi jornalista do Diário do Rio de Janeiro; faleceu em Paris, cego. A rua dos Ciganos é a atual rua da Constituição.

(6) Veja-se, a título de curiosidade e para comparação, a discografia dos ditos "long-playings" de trechos de óperas de Carlos Gomes, existente em 1977, arrolada na **Enciclopédia da música brasileira**, quanto a partes instrumental e canora:
CONDOR, 1 gravação; FOSCA, 3; O GUARANI, 14; JOANA DE FLANDRES, 1; MARIA TUDOR, 1; A NOITE DO CASTELO, nenhuma; SALVADOR ROSA, 6, e, O ESCRAVO, 10. Essa distribuição das diferentes gravações é evidente reflexo da preferência do público, revelada desde as primeiras gravações e, cilindros e discos de um só lado gravado e, principalmente nos de 78 rotações, durante décadas.

ter partilhado o entusiasmo com os outros rapazes por ocasião da estréia da **Joana de Flandres** (A Semana, 20.09.1896).

No mesmo ano desta apresentação, 1863, nosso músico seguiu para a Itália onde, a despeito de mil dificuldades, venceu. Após sete anos de ausência reaparece no Rio de Janeiro, coberto de louros e acompanhado da aplausos, e, presumia-se, também financeiramente bem situado, ante o extraordinário sucesso alcançado no ultramar.

Quanto aos aplausos e a glorificação[7], não restavam dúvidas; a parte pecuniária, porém, não era boa. O pouco que obtivera pela venda intempestiva dos direitos autorais de **Il Guarany** na Itália, ao editor Francesco Luca, as três mil liras (ou os três mil francos, segundo outros, entre os quais o visc. de Taunay), escorreram-lhe através os dedos. Em verdade, chegara ao Rio sem dinheiro, a ponto de ter de vender a Artur Napoleão (firma Narciso & A. Napoleão, recém-fundada) as partituras para piano e canto, piano só, como também todas as árias e trechos separados de **O Guarani**. Certamente estas desfavoráveis circunstâncias eram largamente comentadas na rua do Ouvidor, coração e cérebro da cidade de então, onde também alcançaram os ouvidos de Machado. Este, por essa época, trabalhava no Diário Official, como ajudante do diretor do órgão, e de onde não provinham vencimentos polpudos; e nessas condições de trabalho parcamente remunerado, deve ter encarado o maestro como um extravagante, senão perdulário. O êxito da ópera **O Guarani**, no Lírico Fluminense, não abalou o jornalista a ponto de dedicar-lhe, nem postumamente em crônica, uma linha sequer.

Carlos Gomes, após meses de permanência no Brasil então retorna a Itália, onde se casa com a pianista bolonhesa Adelina Peri pouco mais tarde (1872), e, exatamente três meses depois, a 16.02.1875, no teatro alla Scala estréa sua **Fosca**, com libreto do renomado Antonio Ghislanzoni, redator da **Gazetta musicale** de Milão, e autor de libretos de compositores famosos (**Aída**, de Verdi, **Lituani**, de Ponchielli, entre outras). Mas a **Fosca**, hoje considerada das melhores de sua lavra, na época foi apontada como de transição da música italiana, melodista, que até então cultivara, para a wagneriana, na opinião do acatado Filippo Filippi e, no Rio de Janeiro não alcançou, igualmente o êxito almejado, conforme já vimos.

---

[7] Fora também nomeado Cavaleiro da Ordem da Coroa da Itália.

Nesse ano, também, em abril, no Rio de Janeiro, Alfredo d'Escragnolle Taunay, visconde de Taunay, deputado por Goiás na 15ª Legislatura, sente a hostilidade geral de seus pares ao apresentar na Camara um projeto, no sentido de conseguir para Carlos Gomes uma subvenção por 5 anos; ainda assim obtém as assinaturas necessárias e ele é aprovado. Dizia o projeto:

"A Assembléia Geral resolve:

Art. 1° - Fica o Governo autorizado a conceder, durante 5 anos, ao maestro Antonio Carlos Gomes a subvenção de quatro contos e oitocentos milréis (RS 4:800$000) anuais.

Art. 2° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 7 de abril de 1873".

Em julho do mesmo ano foi assinada essa pensão.

Carlos Gomes continuava na Itália, e já escrevendo seu **Masaniello**, depois rebatizado para**Salvator Rosa**, apresentado ao público em Génova no ano seguinte, com absoluto sucesso. Enquanto isso **Il Guarany** continuava em cartaz pelos teatros da Itália, revertendo os lucros para os bolsos da viúva de Lucca.

Para o Rio de Janeiro o cabo submarino transmite essas auspiciosas notícias mas muitos por aqui haviam de perguntar-se, muito justamente, se era cabível onerar o Tesouro Nacional com Rs 400$000 mensais, durante 5 anos, para subvencionar um músico brasileiro, bem sucedido no estrangeiro, onde compunha música em estilo europeu.

É por essa época e durante essa fase de bem-estar que Carlos Gomes decidemudar-se para Lecco, junto ao lago Como, para ali construir uma casa, com as economias que pensa fazer. A casa, denominada 'Villa Brasilia", não seria nada modesta, antes suntuosa, apalacetada, tendo ao lado um lago e um bosque. Os detratores do compositor cuidam de fazer chegar ao Rio também este pormenor, e mais uma vez por aqui se questiona a oportunidade da subvenção concedida ao compositor que, como se afirmava, vivia à larga, gastando, dissipando com amantes o que ganhava.

Notícias deste gênero decerto não contribuiriam para aumentar as simpatias pelo músico, sendo agravado este ambiente quando mais tarde, 1880, surgiu a notícia, com aparência de verdadeira, de que Carlos

Gomes, casado com mulher italiana, com filhos nascidos e vivendo naquele país, renegara sua pátria e resolvera optar pela naturalização. Nada mais falso, porém. Os filhos foram todos ao nascer, registrados no consulado brasileiro, e ele próprio, nem pensava em tomar a cidadania italiana; mas no Rio de Janeiro e em São Paulo e até mesmo em Campinas espalhara-se esse boato e nele cria-se firmemente. O maestro, vindo a saber dessa difamação, obtivera na Itália em 1882, do comendador César Persiani, então nosso cônsul-geral em Gênova, documento negando essa invencionice partida de desafetos. Mas o mal já estava feito, e todos sabemos quão pouco úteis são esses desmentidos tardios, e nosso músico campineiro, quando vinha à Corte ou ia até São Paulo não se cansava de negar todas essas notícias informando que continuava brasileiro e ... pobre.

É óbvio que no Rio eram numerosos os seus admiradores, e até na vizinha Niterói era ele festejado. Em 28 de agosto de 1880, a Filarmônica Niteroiense, que então existia na rua Visconde de Uruguai, 167, num sobrado, convidou o músico para seu concerto mensal. Vindo a Niterói nesse dia, assistiu à execução de seu **Guarani** (ou parte dele), sob a regência de Oscar Guanabarino. Por sua vez os jovens intelectuais da cidade também se movimentaram e em sua homenagem instalaram a 7 de setembro imediato o "Congresso Literário Guarani" entidade que duraria até 1912. A Camara Municipal homenageou-o em 1883, por proposta do vereador Alberto Victor, dando o nome de Carlos Gomes à antiga Primeira Travessa de Sant'Ana.

Já em 21.04.1880, na referida Filarmônica Niteroiense D. Luísa Regadas cantara uma ária do **Salvator Rosa**, acompanhada ao piano.

Propalava-se igualmente que a música que escrevia em Milão provinha de um músico italiano, pobre e ébrio, que lhe vendia a inspiração mediante algumas centenas de francos. E José Cândido da Gama Malcher, músico paraense, afirmava que o título de sua futura ópera fora copiado de uma das suas... (Brito, Jolumá, **op. cit.**). (Mais tarde esses músicos fizeram as pazes).

Outra hipótese aventada e com que se poderia explicar o retraimento de Machado de Assis com relação a Carlos Gomes, mas que dificilmente pode ser aceita, é a de que não apreciava suas composições. **O Guarani**, bem do gênero italiano, fora aplaudido sempre que representado,

por aqui e na Europa, e sabemos que Machado prezava as óperas italianas. Quando surgiu a **Fosca**, que se dizia ter sido de transição para wagneriana, tampouco o jornalista rompeu o silêncio, ele que tanto apreciava composições alemãs, sobretudo depois que começara a aprender o alemão[8].

Mais urna conjetura: Teria Machado de Assis deixado de mencionar a arte do campineiro porque em alguns periódicos em que colaborava existia seção especializada em música, e que os críticos desta não queriam vêla invadida? Não procede esta suposição, pois se percorrermos suas crônicas e páginas de crítica, veremos que inúmeras vezes Machado teceu comentários, extensos até, sobre música, companhias líricas, cantores e quejandos.

Prosseguindo na investigação, decidimos estabelecer uma comparação entre alusões a outros compositores e os nossos. A surpresa não foi pequena quando colocados os dados de nossa busca em números, pudemos verificar que Machado era comedido em suas publicações na imprensa, embora não o fosse nas belas-letras, na literatura amena (contos e romances, neste caso). Assim enquanto nesta não media elogios nem economizava na menção de nomes, nos periódicos nem era tão pródigo assim. Nas 210 crônicas e nos 35 textos de críticas examinados, verificamos menções a 11 autores europeus de música erudita, além de 2 da música ligeira. Encontramos mencionados uma vez: Bach, Bellini, Donizetti, Flotow, Gounod, Haydn, Meyerbeer; Beethoven, Mozart e Wagner, duas vezes, e, Verdi, 4 vezes. Rossini não é lembrado nominalmente; Bizet só é recordado através de sua ópera **Carmen**, assim mesmo apenas através de Mérimée. Entre os brasileiros anotamos: Elias Álvares Lobo, urna vez, o padre José Maurício, 3, e, Carlos Gomes, 6 vezes citado. A palma cabe, portanto, a este último.

---

[8] Seu professor desse idioma foi Carlos Jansen, nascido em Colônia, Alemanha, em 1829, e falecido no Rio de Janeiro, em 23-09-1889. Novelista, teatrólogo, romancista, tradutor, jornalista e professor., era filho de uma princesa da casa de Wied- Neuwied. Lecionou seu idioma aos príncipes imperiais do Brasil, gozando como pedagogo e professor de excelente conceito geral (**apud Oberacker**, op. cit.).
Era considerado o melhor professor dessa língua na época, no Rio de Janeiro, de modo que, quando alguns dos futuros membros da Academia Brasileira decidiram aprender alemão, escolheram-no para ensiná-los. Machado de Assis escreveu-lhe o prefácio a **Contos Seletos das Mil e Uma Noites**, que traduzira para o vernáculo (Edição Laemmert, Rio de Janeiro), em outubro de 1882.

Para concluir esta pesquisa, formulamos mais uma hipótese, esta a respeito da opinião que Machado poderia ter formado sobre a música do campineiro, é o do desempenho dos artistas que, aqui no Rio de Janeiro, interpretavam óperas de autores nacionais, isto é, daqueles cantores angariados, disponíveis na ocasião. Aqueles que vinham do exterior - infelizmente não era esse o caso das óperas brasileiras - já contratados por uma companhia lírica, em geral italiana, eram, evidentemente de outro nível artístico; e desses, ainda que bem pagos, alguns recusavam trabalhar no Rio, receosos de contraírem as febres. E, por falta de meios, como era quase sempre o caso, lançava-se mão da "prata da casa", as mais das vezes constituída de amadores que, embora possuíssem boas vozes e demonstrassem boa vontade, faltavam-lhes os recursos artísticos de profissionais; o mesmo pode-se imaginar a respeito da coreografia, dos cenários e da indumentária, provavelmente pobres. Esse conjunto de fatores, tão importante, não propiciava um excelente resultado final.

Enquanto a representação de **A noite do castelo**, cujo libreto, escrito por obscuro jornalista fluminense, "um desses tremendos dramalhões românticos", escreve Luis Heitor (Correia de Azevedo) [**in Rev. Bras. de Música, v III fasc. 2°**] foi um verdadeiro raio, e os jornais na época teceram-lhe os maiores encômios (elenco: meio-soprano Luísa Amat, tenor Marchetti, barítono Eduardo Medina Ribas etc.). Na **Joana de Flandres** foi diferente. Já não era mais D. José Amat o administrador e empresário da Academia de Música Imperial e Ópera Nacional, substituído que fora por Joaquim Norberto de Sousa Silva e Dr. Antonio José de Araújo, e incluídas nas finalidades deste empreendimento a fomento das óperas italianas (que acabaram vencendo em detrimento das nacionais), apareceram mil dificuldades para a encenação da segunda ópera de Carlos Gomes. Ali reinava o caos e discórdia era total entre a direção e os músicos, que não eram pagos há cinco meses; entre aquela e o maestro principal, e entre este e Carlos Gomes, e entre todos esses e grande parte da imprensa. Mas, afinal, depois de adiamentos a encenação ocorreu em 15.09.1868 (elenco: sopranos Therezina Bayetti e Luísa Amat, tenor José Mazzi, barítono Luis Walter e baixo Achilles Rossi). O regente foi o maestro Bosoni (Luís Heitor, **op. cit.**). Constituiu, ainda assim, um sucesso. A empresa, esta sim, impopularizou-se e pouco mais tarde foi dissolvida pelo Governo imperial. Com efeito, é o próprio jornalista Machado de Assis

quem nos fornece a respeito a explicação, clara e irretorquível, quando em crônica, datada de 1 de julho de 1876 ('História de 15 dias', in **Ilustração Brasileira**), afirma:

> "Sobre notas tivemos esta quinzena duas espécies; as falsas e as da ópera italiana, - um velho *calembour*, rafado, magro e decrépito, que há de viver ainda muito tempo. Por quê? Porque acode logo à boca.
>
> Ópera italiana é uma maneira de falar. Reuniram-se alguns artistas, que vivem há muito entre nós, e cantavam o Trovador; prometem cantar algumas óperas mais.
>
> São bons? Não sei, porque não os fui ainda ouvir; mas das notícias benignas dos jornais, concluo que, - um não cantou mal, - outro *interpretou bem algumas passagens, o côro de mulheres esteve fraquinho e o de homens foi bem sofrível e não se achava mal ensaiado.*
>
> São as próprias expressões de um dos mais competentes críticos.
>
> Que concluir depois, senão que o público fluminense, é uma das melhores criaturas do mundo?
>
> Êle ouviu Stoltz, Lagrange, Tamberlick, Charton, Bouché e quase todas as celebridades de há anos. Benévolo e protetor do trabalho honesto, não quer saber se os atuais cantores lhe darão os gozos de outro tempo; acode a ampará-los e faz bem.
>
> Balzac fala de um jogador inveterado e sem vintém que, presente nas casas de tavolagem, acompanhava mentalmente o destino de uma carta, parava nela um franco ideal, ganhava ou perdia, tomava nota das perdas e ganhos, e enchia a noite desse modo.
>
> O público fluminense é esse jogador, sem vintém; ficou-lhe o vício musical sem os meios de o satisfazer. Vai à tavolagem, acompanha o destino de uma nota, reconhece às vezes que é falsa, mas troca-a mentalmente por outra que ouviu em 1853."

Ao encerrarmos essas especulações, temos de reconhecer que quaisquer inferências se baseiam mais no que Machado de Assis não escreveu do que naquilo que nos legou em páginas de critica e crônicas.

Ainda assim acreditamos poder afirmar ter o escritor jamais tido a oportunidade de apreciar devidamente a obra de Carlos Gomes composta depois de seu aperfeiçoamento na Europa, aqui sempre, ou quase sempre apresentada por elencos de qualidade discutível. O único entusiasmo que ele confessa ter sentido, foi o diante da ópera de 1863, a **Joana de Flandres**, e que provavelmente deveu-se à sua juventude, ao fato de ser o libreto do amigo Salvador de Mendonça, quase da sua idade, e, possivelmente também ditada por um certo grau de orgulho nacionalista. E, quem sabe (?) por ter-se esta ópera destacado vantajosamente das outras nacionais que a precederam[9], de menor qualidade, de modo que esses fatores, conjugados, vieram causar-lhe a euforia sempre lembrada. Mas é patente que o conjunto das obras do músico campineiro jamais seduziu o escritor, derivando daí a total omissão do nome do músico em suas obras de ficção.

BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL

BRITO, Jolumá. **Carlos Gomes** (O Tônico de Campinas). S. Paulo: Saraiva, 1956.

CERNICCHIARO, Vincenzo. **Storia della musica nel Brasile**. Milão: Fratelli Ricciono, 1926.

Diário do Rio de Janeiro, nas datas assinaladas no texto.

Enciclopédia da música brasileira (erudita, folclórica, popular). S. Paulo: Art Editora Ltda., 1977.

HEITOR, Luís. **In Revista Brasileira de Música**, v. III fasc. 2º, 1936.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar Ltda., 1959.

MAGALHÃES JR.. **Machado de Assis desconhecido**. Rio de Janeiro: Civil. Brasileira, 1955.

MARIZ, Vasco. **História da música no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, 4ª ed.

_____, _____. **Dicionário Biográfico Musical**. Belo Horizonte: Ed. Vila Rica, 1991, 3ª ed.

MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis**. Rio da Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.

---

(9) Ao tempo de Machado de Assis essas óperas foram: **A noite de São João**, em 1860, de Elias ÁlvaRES LOBO; **A noite do castelo**, em 1861, do próprio Carlos Gomes, e, em 1862, **A corte de Mônaco**, de Domingos José Ferreira.

NASCIMENTO, Alfredo. **In Revista Brasileira de Música**, v. III fasc 2°, 1936.

OBERACKER JR., Carlos H. **A contribuição teuta à formação da Nação brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Presença, 1968.

Revista Brasileira de Música, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1936, v. III fasc. 2°.

SOUSA, José Galante de. **Bibliografia de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: MEC/ INL, 1958.

WEHRS, Carlos. **Machado de Assis e a magia da música**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

O LIVRO DO TENENTE ALEMÃO

Paulo Pitaluga Costa e SILVA

De há muito tempo que historiadores, cronistas, religiosos, viajantes e militares, vêm se dedicando e escrevendo sobre a temática mato-grossense. Suas observações, viagens, expedições e crônicas constituem hoje um precioso acervo informativo do passado de Mato Grosso, tornando-se importante fonte de pesquisa bibliográfica, o que enriquece sobremaneira a nossa história, geografia e etnologia.

No século XVI conquistadores espanhóis, subindo o rio Paraguai a partir de Assunção, chegaram a penetrar terras hoje mato-grossenses. Descreveram essas suas impressionantes aventuras e experiências através de crônicas que, sobrevivendo aos séculos, hoje dão um excelente retrato da região do pantanal e rio Paraguai no primeiro século de conquista da América espanhola.

Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, em 1542, D. Fernando de Ribera, em 1543, Domingo Martinez Irala, em 1544, Antonio Rodrigues, em 1553 e Ulrich Schmidl, em 1560, foram os cronistas quinhentistas que primeiro contaram as suas aventuras em terras hoje de Mato Grosso.

Há que se notar que Cabeza de Vaca, com o seu *Naufrágios e Comentários* e D. Hernando de Ribeira, com o seu *Relato*, tiveram os seus respectivos trabalhos editados em 1555, sendo, portanto, a primeira vez que se editou um livro que abrange descrições de uma região que seria séculos depois o estado de Mato Grosso.

Ulrich Schmidl, teve a sua *Vera Historia Admirandae Cuiusdam Navigationis* publicado em 1599, em latim.

Assim vemos que ainda no século XVI iniciou-se a edição de livros com temática hoje mato-grossense.

Já no século XVIII, tivemos 4 Relações sobre Cuiabá e Mato Grosso, sendo 3 de autores anônimos e 1 de um certo Caetano Paes da Silva. Todos opúsculos editados em Lisboa, sendo 3 em 1754, e 1 em data indefinida, mas, tudo indica, em meados desse mesmo século.

No século XIX, a produção de temas mato-grossenses aumentou bastante, começando ainda nas primeiras décadas desse século.

Em 1825, Luís d'Alincourt lança o seu livro *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*, editado pela Tipografia Imperial, com a 1ª edição nessa data, e em 1830 a sua 2ª edição. Esse livro tem alguns méritos a parte. Primeiro, com 198 páginas, trata-se realmente de um livro, e não um simples opúsculo como as *Relações* do século XVIII. Depois, trata-se de uma produção literária escrita em Cuiabá, pois o seu autor aqui residia por essa época. Finalmente, é o primeiro trabalho publicado com tema inteiramente mato-grossense, pois descreve a viagem empreendida desde Santos até a capital da província de Mato Grosso. Todavia, há que ressaltar, esse trabalho de d'Alincourt foi editado no Rio de Janeiro.

No decorrer do século XIX, com a instalação da primeira tipografia em Cuiabá, essa capital se equipou tecnicamente para a edição dos trabalhos que aí fossem produzidos. A partir 1839 passou-se a editar o primeiro jornal impresso em Mato Grosso, o *Themis Mato-grossense*. E pelas décadas seguintes do século passado, editou-se folhetos, opúsculos, relatórios de presidentes da Província e ainda, relatórios e balanços financeiros e de ensino. Realmente, a partir dos anos 40, com a introdução da tipografia, Mato Grosso passou a ser auto-suficiente na edição de pequenos trabalhos aqui produzidos. Geralmente relatórios administrativos em sua maioria. Um avanço excelente para a época.

Entretanto, exceto o jornal e esses opúsculos e livretos institucionais, nada de relevante essa primeira tipografia pode editar.

O Barão de Melgaço, João Augusto Caldas e outros intelectuais de Mato Grosso, que desde meados desse século já produziam obras de certo vulto, jamais editaram em Cuiabá esses seus originais inéditos. Falta de recurso financeiro ou mesmo desinteresse de intelectuais desprendidos? O Barão de Melgaço ainda no século XIX, publicou trabalhos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por incrível que pareça, esse extraordinário personagem da história mato-grossense até hoje tem

trabalhos de sua lavra totalmente inéditos. Por essa talvez negligência ou mesmo desinteresse, alguns manuscritos originais desses pesquisadores se perderam na poeira dos tempos.

LUIZ PERROT

Muito pouca coisa a história deixou registrada sobre esse militar. Nasceu na Alemanha em 14 de agosto de 1845, na região de Frankfurt, sendo descendente de família de imigrantes franceses. Chegou ao Brasil em 1865, provavelmente na região sul do país. Sentou praça no exército em 1867 e combateu na Guerra do Paraguai. Promovido a Alferes em 1877 e a tenente em 1890. Faleceu em local desconhecido a 16 de dezembro de 1893, provavelmente vítima das febres contraídas nos sertões de Mato Grosso. No Almanaque Militar de 1894, seu nome ainda constava como tendo o posto de tenente. Em 1895, seu nome já não mais estava relacionado no referido almanaque.

Estando em Cuiabá servindo no 8° Batalhão de Infantaria como alferes, foi designado pelo Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, José Joaquim Ramos Ferreira, para acompanhar com escolta armada a expedição alemã ao Xingu, chefiada pelo Dr. Karl von den Steinen, certamente por falar fluentemente o alemão. A sua escolta era composta de 4 praças. Engajado nessa expedição, adentrou aos sertões com os cientistas alemães, fazendo levantamentos e explorações no rio Xingu por 5 meses, contatando as tribos indígenas dessa região.

No seu retorno à capital mato-grossense escreveu um relatório dessa viagem ao novo Presidente da Província, o coronel Francisco Rafael de Mello Rego, datado de 6 de abril de 1888.

Esse relatório foi transformado em pequeno livro e devidamente publicado em 1888. E esse foi o primeiro livro a ser dado a prelo em Cuiabá, que não opúsculo institucional. Trata-se de *Roteiro e Notícia da Expedição Alemã em 1887 às Cabeceiras do Xingu*, editado e impresso pela tipografia do jornal cuiabano *A Situação*.

E essa publicação sempre foi um fato intrigante. Por que esse livro foi o primeiro a ser editado em Cuiabá? Com tantos autores de renome, como o Barão de Melgaço, que exercera por várias vezes a Presidência da

Província e com uma produção abundante de temas importantes para a época, porque logo o relatório de Perrot?

Como conseguiu o tenente alemão ser o autor do primeiro livro editado em impresso em Cuiabá?

MARIA DO CARMO DE MELLO REGO

Essa senhora chegou a Cuiabá em novembro de 1887, acompanhando o seu marido, nomeado Presidente da Província de Mato Grosso. Consta que tinha 24 anos tão somente quando chegou à capital mato-grossense. Se isso for correto, foi a mais jovem primeira dama do estado. Inteligente e culta, foi uma atenta observadora dos fatos e pessoas que a rodeavam. Cuiabá e Mato Grosso a fascinaram. Com gosto para as coisas culturais, pode deixar escrito várias pequenas obras, porém importantes para o estudo etnográfico de Mato Grosso no século XIX. A jovem primeira dama escreveu sobre índios, principalmente, o que parece ter sido a grande matéria de seus estudos e tema de suas preocupações.

Por outro lado em bibliografia de Mato Grosso, encontramos dados referentes à D. Maria do Carmo, dando-a como nascida na Estância de Lencho, Departamento de Cerro Largo, no Uruguai, em cerca de 1840. Se os dados forem corretos, a escritora tinha 47 anos ao chegar a Cuiabá, não sendo tão jovem assim, conforme acima nos referimos.

Permaneceu em Mato Grosso de novembro de 1887 até fevereiro de 1889, quando o seu marido entregou a Presidência da Província de Mato Grosso a seu substituto, o advogado Antonio Herculano de Souza Bandeira.

Nesse período de sua permanência, 1 ano e quase 3 meses, muito pode ela aprender sobre Mato Grosso e seus habitantes. Chegou a participar de uma viagem fluvial de Cuiabá até Cáceres. Desceu de lancha o rio Cuiabá até o São Lourenço, e deste, subindo o rio Paraguai, navegou até a cidade de São Luís de Cáceres, acompanhando comitiva governamental de seu marido.

De sua estada em Mato Grosso, colecionou notícias, informações, pesquisas e anotou observações que redundaram na produção

de cinco trabalhos publicados no século XIX e um último, na revista do Centro Mato-grossense de Letras, em 1929:

1 - ***Rosa Bororo***. *Revista Brazileira*. Rio de Janeiro: tomo II, 1895

2 - ***Índios de Mato Grosso - Os Bororo Coroados***. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: tomo III, 1895

3 - ***Lembranças de Mato Grosso***. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1897

4 - ***Artefatos indígenas de Mato Grosso***. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: v. X, 1899

5 - ***Guido***. Rio de Janeiro: s.n.t.

6 - ***Curupira - Lenda Cuyabana***. *Revista do Centro Mato-grossense de Letras*, Cuiabá: v. 15, 1929

Esses seis trabalhos retratam muito do que observou e do que aprendeu acerca de quotidiano social, da etnologia indígena e das tribos mato-grossenses.

Em se lendo o trabalho *Artefatos indígenas de Mato Grosso*, constata-se um fato interessante. A amizade entre a primeira dama, o tenente alemão Luís Perrot e ainda o chefe da comissão alemã do Dr. Karl von den Steinen, fica patente em vários trechos do trabalho da escritora.

"... explicou-me o Tenente Perrot o facto do seguinte modo..."

"Entre alguns paricis que o Presidente mandou chamar à Cuyabá, para satisfazer o pedido da Commissão Alemã e que não compreendiam o portuguez..."

"Quem me presenteou com os objectos vindos do Xingu, assim como dos do Coliseu, foi o Tenente Perrot, que acompanhou a Commissão Alemã ... "

"Ao relembrar a ida da Commissão Alemã ao Xingu, ainda sinto no meu coração de brazileira o pezar que experimentei ao admirar a esplêndida collecção de artefactos ... "

"Quando, de volta à Cuyabá, contei o que vira e mostrei ao Dr. Von den Steinen o meu achado e elle classificou-o de precioso. "

"Tanta importância ligava o Dr. Von den Steinen àquella descoberta, que ao chefe da nova Commissão, actualmente em Matto Grosso, o Dr. Meyer, recommendou..."

"Delles me fez presente o tenente Perrot, que alli fora mandado ..."

Assim, pelas próprias informações da autora, grande foi a amizade entre a mesma e o membros da Comissão Alemã, em especial o tenente Perrot. Muitas informações etnográficas trocadas, pesquisas relatadas, objetos e artefatos indígenas mostrados e reciprocamente presenteados. Sem dúvida, tudo isso proporcionou à Maria do Carmo, toda a gama de conhecimento específico, que a animou, tempos depois, a publicar os trabalhos indigenistas a respeito de tribos mato-grossenses.

Sua atração pelos estudos indígenas, levou-a a adotar um indiozinho, que levou para o Rio de Janeiro e sobre o qual escreveu um interessante e comovente trabalho, Guido, onde conta o seu amor pelo menino e o seu sofrimento por ocasião de sua morte prematura.

Em seu tempo de Mato Grosso surgiu a aproximação com Perrot. As visitas, as trocas de informações, os artefatos indígenas com que era presenteada, intensificaram essa amizade. Certamente, tendo tomado conhecimento e lido o relatório da viagem que o tenente Perrot fizera ao seu marido, Cel Rafael do Mello Rego, a primeira dama logo detectou a importância de sua publicação. Instado certamente pela esposa, o Presidente da Província determinou a edição do trabalho de Perrot com o título *Roteiro e Notícia da Expedição Alemã em 1887 às Cabeceiras do Xingu*. Sem comprovação histórica através registros documentais, inferimos que a Presidência da Província deva ter pago ao jornal **A Situação** para a impressão do referido trabalho.

Os fatos, os indícios, o relatado pela própria senhora, tudo leva a crer que o governo provincial de Mato Grosso realmente deva ter arcado com a publicação, em Cuiabá, do primeiro livro nessa cidade editado e com temática exclusivamente mato-grossense. Provavelmente o tenente Perrot não teria as condições financeiras para arcar com a edição. A interferência da então primeira dama, Senhora Maria do Carmo de Mello Rego, é bem óbvia. A ela, unicamente, os louros dessa primeira e importante edição cuiabana. Mais esse mérito para a jovem primeira dama que, tendo

passado tão pouco tempo em Mato Grosso, conseguiu deixar o seu nome inscrito indelevelmente nos registros culturais desta terra. A primeira mulher etnóloga do Brasil.

"ROTEIRO E NOTÍCIA DA EXPEDIÇÃO ALEMÃ..."

Tal trabalho do tenente Perrot, é um relatório de sua viagem, acompanhando a expedição científica alemã, chefiada pelo Dr. Karl von den Steinen.

A expedição deixou Cuiabá em 28 de julho de 1887, partindo rumo dos rios Manso e Casca. Com tropa cavalar e muar, passaram pela localidade de Marzagão, hoje inexistente, da qual, nos dá interessante memória:

> *Marzagão, hoje completamente abandonado, era nos tempos idos uma fazenda de 1ª ordem, com grandes e espaçosas casas, capelas, etc, que os índios Coroados destruíram, e cuja grandeza ainda atestam os esteios e altas paredes que até hoje ostentam sua passada opulências ...*

Desse antigo lugar alcançam as cabeceiras do rio Cuiabá, no local denominado até hoje Cuiabá-da-Larga. A partir desse ponto, a expedição segue pelos cerrados até o rio Culiseu, pelo qual descem embarcados em canoas de casca de jatobá construídas pelos índios Bakairis. Percorrem a extensão de vários rios que desembocam no Xingu, como o Culuene, Ronuro e Batovi. Exploram as cabeceiras e formadores do Xingu. Contatam com várias tribos indígenas da região, como os Bakairis, Trumais, Camaiurás, Mehinakus, Suiás, Waurás e outros. Nessas tribos a expedição é bem recebida, presenteando os índios com ferramentas e instrumentos de trabalho e obtendo uma quantidade enorme de artefatos indígenas, os quais, seguiram posteriormente para a Europa. O autor descreve com muita riqueza de detalhes alguns usos, costumes e tradições dos índios que visitou, mostrando o interesse dos mesmos para com os brancos e o precioso auxílio que prestaram aos cientistas alemães no correr da viagem.

Anotou todos os companheiros de viagem, do chefe da expedição, passando pelos mais simples cabos do exército que o

acompanharam, até os índios que iam se incorporando à mesma nas tribos que iam visitando. As febres, a fome, o cansaço e outras agruras e aborrecimentos que esses homens passaram em pleno sertão, foram objetos da atenção e anotação do jovem tenente.

Perrot nos descreve como muita leveza, os rios, as baías, as matas, os cerrados, os morros por onde esteve. A caça e a pesca diária para sobrevivência da expedição. O uso da pelota de couro inflado, para realizar a travessia dos rios que não davam vau. Calculou que pela região em que expedicionou, haviam cerca de 2.000 índios, de várias tribos, em muitas aldeias. Muito interessante foi a sua descrição de uma onça pintada que, de noite, sentara-se sobre a sua perna, e ele a espantara de lá com um pontapé .. Digna de nota também a sua descrição de pequena incursão, de cerca de 10 dias, em que estivera perdido pelos cerrados da região.

Descreve muitos dos artefatos indígenas que viu, suas cores, suas funções e usos. Sobre a coleta desses artefatos para museus europeu, Perrot assim se manifesta:

> ... *a rica coleção antropológica destinada a figurar no museu do estrangeiro, o que seja aqui consignado, pôs-me bastante pesaroso, considerando, considerando quão fácil me teria sido também colecionar, se pelas autoridades me fossem proporcionados os meios, em falta dos quais, só mês restava lamentar a perda de uma ocasião tão propicia de enriquecer o Museu Nacional.*

O seu retorno a Cuiabá deu-se a 31 de dezembro de 1887, depois de 5 meses de internamento pelos sertões e rios da região do Alto Xingu.

Perrot, com esse relato preciso e substancial, pode nos dar a exata dimensão da expedição de von den Steinen e seus precípuos objetivos. Conseguiu transformar o que seria um mero e insípido relatório administrativo, numa breve, atraente e encantadora memória de viagem, que a sua excepcional veia literária soube muito bem captar e transformar, com os préstimos do governo provincial, no primeiro livro editado em Cuiabá. Menos de um ano de seu retorno, o seu *Roteiro e Notícia da expedição da Comissão Alemã às cabeceiras do Xingu*, foi dado a prelo.

A Luís Perrot, o tenente alemão, o mérito de sua autoria.

OS PROFETAS DE CONGONHAS

Hélcio Pupo RIBEIRO

Deixando o asfalto do século XX, na direção Belo Horizonte-Rio de Janeiro, entramos à direita, buscando a cidade-santuário, onde se encontra o melhor de tudo quanto foi criado pelo Aleijadinho: Congonhas do Campo. A cidade é pequena, pobremente acomodada nas lendas populares e nas tradições religiosas. Sobre a colina circundada por portentosa cordilheira - a nordeste a Serra de Santo Antônio, à esquerda a Serra de Ouro Branco - dominando com orgulho a paisagem verdejante e farta, destaca-se, altaneiro, o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos. "Parece um presépio armado por mão divina na palma da mão da montanha" (Oswald de Andrade).

Segundo relato histórico, Congonhas nasceu de mãos portuguesas que, seguindo a bandeira de Bartolomeu Bueno, fixaram-se no local agora denominado Conselheiro Lafaiete. Depois, atraídos pela lavra preciosa do rio Maranhão, digno afluente do acidentado Paraopeba, iniciaram a mineração com excelentes resultados. Tudo deu certo. Aí firmaram-se, então, por volta dos anos 1690/1700.

Assim surgiu a venerável Congonhas do Campo, nome dado em virtude da vegetação homônima abundante na região. Os homens chegaram com uma idéia: trabalho e riqueza. Mas traziam na mente a crença no Evangelho do Cristo da Galiléia. Seriam fortes porque estavam com Deus. Haviam de vencer.

Foi então que o português Feliciano Mendes, devoto fervoroso do Bom Jesus de Matosinhos, cuja lembrança piedosa trazia viva na memória, iniciou o culto consagrado à milagrosa imagem.

Durante quatro anos caminhou como eremita, mochila às costas, angariando donativos para a construção do templo, que é iniciada

no dia 21 de junho de 1757, com a aprovação de D. Manuel de Bruz, primeiro bispo de Mariana. Ao levantamento do grande cruzeiro, o entusiasmo a todos contagiou. O término da obra, então consagrada como basílica, deu-se em 1776, quando o seu mais ardente e fiel apóstolo já não mais vivia: a 23 de setembro de 1765, era sepultado Feliciano Mendes, o peregrino de Matosinhos.

"Congonhas é a determinação e a tragédia", diz Sílvio de Vasconcelos. O lusitano Feliciano Mendes tomou a si a tarefa de engrandecê-la. Foi uma determinação. A tragédia chegou com outro homem, o corpo cheio de dores, a cabeça embranquecida pelos anos, o coração amargurado pelas desilusões humanas. Vai eternizá-la com seu gênio. É Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

Através de tortuosa ladeira, margeada por palmeiras centenárias que são, com certeza, as únicas testemunhas dos dias de glória cristã do povoado, chega-se ao alto da colina onde está o Santuário. Começa o espetáculo.

No adro, construído por Tomás de Maia Brito, nos esperam, em muda expectativa, as doze figuras dos profetas do Antigo Testamento, eternizados na pedra brasileira. As expressões, as mais variadas, rigidamente severas e dramáticas, quase trágicas, algumas. Pelos gestos das mãos e contorsões dos corpos afilados, parecem dançar um balê fantástico ao som de macabra e imaginária música.

Figuras altas, angulosas à maneira gótica, estão cheias de êxtase como o desejou Antônio Francisco Lisboa. Não anunciam paz nem esperança, piedade ou amor, fausto ou pompa. Não! São os arautos dos maus preságios. Preparemo-nos. Isaias tem os olhos para os céus voltados e lembra na sua cartela que "enquanto os serafins adoravam ao Senhor, foi encostada por um deles uma brasa em seus lábios". Ezequiel, de porte severo, anuncia o castigo para os opressores. Jeremias lamenta e chora e destruição de Jerusalém. Baruc freme ao predizer o fim da humanidade. Oséias propõe o perdão à adúltera, pois acredita na regeneração. A Assíria dissoluta e sua capital Nínive, cidade do pecado, serão banidas da terra, é a profecia de Naum. Que ser estranho e fantástico é a baleia exausta aos pés de Janas! Daniel saíu incólume da cova dos leões e um deles aí está, submisso, alçando a cabeça para receber um afago. O profeta é pura imagem da sublime placidez. O humilde Amós, contempla, sereno, o

casario silencioso a seus pés: nascido pastor, tornou-se profeta. Estudiosos das artes admitem a possibilidade de somente duas destas estátuas terem sido feitas inteiramente pelo Aleijadinho: Daniel e Jonas, as únicas em monobloco.

As expressões são características: cabeças ligeiramente aumentadas em proporção ao corpo, rostos finos, angulosos, os narizes afilados, os olhares vivos, perscrutadores. Na deformação intencional das mãos, o comentado paralelismo dos dedos chama a atenção. Os pés dão a impressão de estarem erradamente calçados. O direito, com a bota esquerda e o esquerdo com a direita. É possível que o escultor tomasse por modelo as próprias botas, deformadas necessariamente para não ferir os dedos ulcerados. Preferimos aceitar a idéia do expressionismo interior, visão do artista em pleno êxtase da inspiração criadora. "... esses defeitos não são defeitos, mas qualidades expressivas", diz Sérgio Milliet. "Através das deformações inesperadas das figuras é que o escultor exprima sua alma atormentada, que toma partido apaixonadamente no drama religioso. Assim faziam os entalhadores da Idade Média e por esse mesmo expressionismo escapa o escultor à ortodoxia barroca, sensual mas nunca trágica". Nos profetas, Antônio Francisco Lisboa trabalhou durante cinco anos, desde 1800, ano da encomenda, a 1805, quando ficaram prontos. Em tamanho natural, vistos em conjunto, dispersos pelo adro defronte ao templo, as silhuetas magras, recortadas no azul do céu engalanado por palmeiras, o grupo espetacular compõe essa milagrosa integração constituía pela arquitetura-escultura-paisagem.

O Santuário, no melhor estilo barroco, teve a capela-mor construída por João Antunes de Carvalho e os campanários pelo mestre Domingos Antônio Dantas.

Minucioso trabalho de entalhamento reveste os púlpitos de cedro pintado e dourado, os baluartes de jacarandá e boa parte do coro igualmente. Na pintura, trabalharam lado a lado Bernardo Pires da Silva, que fez a capela e João Nepomuceno Correia de Castro, que pintou a nave. A este último devem-se, ainda, os grandes óleos de gosto renascentista com temas da Paixão. No grande altar, o retábulo divide-se entre os efeitos da douração, da pintura e da talha, com os ornamentos multiplicando-se febrilmente nas volutas graciosas, capitéis estilizados, querubins floridos galgando todas as direções. Sob o altar principal jaz a imagem, em madeira,

do Senhor Morto, doada pelo peregrino Feliciano Mendes, de autor desconhecido.

Ao lado da sacristia, em prédio à parte, uma sala abarrotada de imagens, a sala dos milagres, com mil e uma manifestações de agradecimentos por graças recebidas: fotos, velas, máscaras de cera, etc. No meio de centena de ex-votos, destaca-se, impressionante, uma liteira dita como sendo do Aleijadinho, na qual era conduzido por seus auxiliares e amigos Maurício, Agostinho e Januário.

Ao descer para as capelas dos Passos ou Passos da Paixão, ainda nos voltamos para uma última olhada na esplêndida portada da Igreja. Talhada em pedra-sabão, a esteatita, matéria prima que fez um homem e por ele tornada obra prima. Beleza autêntica se encontra na coroa ao alto, símbolo celestial do reino de Maria, burilada com incomum lavor e consagrada à rainha-mãe de Cristo. O medalhão, logo abaixo, é circundado por faixas de sóbria formosura. O senso estético do artista faz descer, à esquerda e à direita, ornamentos em relevo decorando os batentes com saliências arredondadas tais consolos de apoio. Sorridentes, os três anjos bochechudos nos acompanham com olhar brejeiro. A pátria esverdeada do tempo ameaça encobrir a pedra, que resiste. Apenas sucumbe à colossal afirmação do esplendor feérico que a envolve.

Teria a escadaria de Bom Jesus de Braga, conhecida como escadório dos cinco sentidos, obra memorável do arquiteto Cruz Amarante, inspirado o Aleijadinho, em Congonhas? Não acreditamos. Antônio Francisco Lisboa não copiou nada. Ele possuía inspiração clarividente pessoal, tinha estilo próprio, crepitava em sua alma a chama inovadora, sequiosa por materializar-se em obras de arte, portadas, estátuas, púlpitos e imagens. São em número de seis as capelas logo abaixo, no declive. O acesso a cada uma é feito em caminho ziguezagueante. Na primeira está a Última Ceia. Ao redor da mesa circular, os doze apóstolos se encontram. João debruça-se no ombro do Divino Mestre. Pedro medita com ar severo. Judas procura dissimular a traição, com o dinheiro já à mão. É figura muito maltratada pelos visitantes, que, em outras épocas, até tiro e facadas recebeu. Jesus no Monte das Oliveiras é a segunda estátua ou passo. Os apóstolos dormem. Cristo recebe o cálice da amargura. As imagens perfeitas, magníficas, parecem estar vivas tal a força da expressão e a presença em tamanho natural. A Prisão de Cristo mostra os personagens

em movimento, como que flagradas em fotográfico instantâneo. Pedro fere um soldado. O sangue jorra vivo e quente. Os algozes são caricatos, disformes, de nariz adunco e expressão cruel. Foram feitos assim, intencionalmente, para amedrontar e produzirem aversão. Afinal, são os carrascos de Jesus!

Nem todas as figuras dessa Via Sacra sobrenatural foram esculpidas pelo Aleijadinho. Algumas delas mostram imperfeição e são menos importantes. Foram trabalhadas por seus assistentes sob sua orientação. O Cristo flagelado é obra-prima. Nada de languidez e submissão. Ao contrário, é atlético, forte, mas resignado. Os detalhes da anatomia impressionam, revelando conhecimento profundo e minucioso do corpo humano. Os pulsos estão amarados fortemente. As veias e artérias se entumescem. Dobrada, a perna direita mostra músculos retezados. No joelho, a ródula saliente parece desprender-se. Diante desta imagem impressionante, o historiador francês Germain Bazin não se contém e exclama, admirado: "Parece incrível que, num país perdido do outro lado do Atlântico, um mestiço, paralítico das pernas, produza esta obra sublime, a última aparição de Deus evocada pela mão do homem!" Continuemos admirando o Caminho do Calvário e a Crucificação. Gesta, um dos ladrões, tem feição terrível. Os legionários romanos são ainda piores, carrascos terríveis. Ao todo, sessenta e seis figuras de madeira, onde a bela arte atingiu plenitude incomparável. Foram encarnadas policronicamente por Francisco Xavier de Brito e Manuel da Costa Ataíde. Ambos souberam completar colorindo a madeira que virou carne.

Percorrendo a ladeira empedrada a caminho da cidade atual, temos do outro lado, na encosta da montanha, a bela Matriz de Nossa Senhora da Conceição. A não ser uma bonita imagem espanhola da padroeira engastada no altar-mor e os altares laterais simples, o que é de mais valioso é a esplêndida portada, cuja beleza de risco e realização honram o seu autor que, segundo alguns, é o Aleijadinho.

Congonhas emociona, surpreende, encanta. Em Congonhas aprendemos de verdade a significação da palavra gênio. Porque, como referiu Álvaro Moreyra, "gênio foi o Aleijadinho e, talvez, o mais definido do mundo - por isso mesmo - sem definição".

Neste momento, é oportuno lembrar da historiadora Helena Brans Venturelli e sua obra **Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho**, editada em 1979. Nela, sua evidente condição de pesquisadora e eminente

conhecedora da nossa história, oferece um trabalho pertinente, subjetivo e fantasioso e inteiramente válido em termos de literatura consistente, agradável e divagadora, que poderia ser, mas não é, mais convincente.

Estabelecendo um paralelo hipotético entre os profetas do grande toreuta e os conjurados da Rebelião de Vila Rica, Isolde apresenta Isaías como a figura de Domingos de Abreu Vieira, o mais idoso dos rebeldes, próspero comerciante lusitano em Vila Rica. Jeremias é Francisco de Paula Freire de Andrade, tenente-coronel do Regimento de Dragões. Abdias e Habacuc são, respectivamente, José Álvares Maciel, possuidor de bela vivenda no morro do Cruzeiro, onde diversas reuniões dos conspiradores se realizaram; seu companheiro e amigo Domingos Vidal Barbosa Lage é Habacuc, ambos recém-chegados de cursos concluídos na Europa. Daniel, coroado de louros, com o leão submisso ao pés, seria o poeta Tomás Antônio Gonzaga. Jonas, o profeta da baleia, é Tiradentes, líder e herói da Inconfidência. Alvarenga Peixoto, marido de Bárbara Heliodora, é Oséias e Cláudio Manoel da Costa está na imagem de Joel. Naum representa Francisco Antônio de Oliveira Lopes, personagem decadente e secundário. O sargento-mor Luís de Toledo Piza, irmão do inconfidente Padre Toledo, é lembrado na postura austera de Ezequiel. Baruc, sorridente, poderia ser o médico Salvador Carvalho do Amaral Gurgel. Encerrando este cortejo de profetas que o Aleijadinho ressuscitou na pedra-sabão e que são, na interpretação política, imaginosa e fértil da autora, temos a eloqüente figura de Amós, tida como um auto-retrato do escultor aleijado. Isolde fixa sua afirmação em detalhes como o barrete frígio da Revolução Francesa e as calças dobradas acima dos pés, como as pessoas simples, do povo, usavam. Faltam, porém, meios de comparação.

Em 1978, esteve no Brasil o italiano Franco Maria Ricci. Foi visitar os monumentos de Congonhas. Sensibilizado com o valor artístico das esculturas das figuras do Antigo Testamento, escreveu o livro **Atos dos Apóstolos do Aleijadinho**, obra editada em Milão. Na Introdução, o autor escreve uma frase tão bela quão oportuna, que serve como fecho brilhante para este comentário, eis que, em ambos os casos, profetas ou conjurados, se adapta admiravelmente: "O vento do Êxtase e o vento da Dor agitam as figuras do sacro monte de Congonhas".

(Extraído de "JC Cultura", Bauru, 13 de março de 2000)

O HISTORIADOR DE ITU TEM SUA OBRA REEDITADA

Nilson Cardoso de CARVALHO

Afonso de E. Taunay, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, entre outros importantes historiadores, tinham Francisco Nardy Filho - o historiador de Itu - em alta conta. Taunay disse que Nardy ofereceu-nos um destes contingentes regionais que trazem uma contribuição não só para a compreensão dos grandes movimentos políticos e sociais, como para a história da civilização, através de observação dos costumes e das referências culturais e econômicas. Sérgio Buarque de Holanda homenageou o historiador com um discurso durante o lançamento do quarto volume de "A Cidade de Itu" em 1952, e Caio Prado Júnior ao final da década de 70 - considerando sua importância - preconizou a reedição de "A Cidade de Itu", então esgotada, o que ocorreu agora passados 22 anos daquela proposição.

Lançada oficialmente em Itu a 18 de abril último, a obra foi editada por Ottoni, daquela cidade, que obteve autorização do Museu Paulista da USP, a quem pertencem os originais inéditos. São 6 volumes com o título "A Cidade de Itu", sendo os volumes 1,2, 3, 4 e 6 reedição, e o volume 5 a primeira edição dos referidos originais.

Nardy é considerado o historiador regional de produção a mais fecunda; prova disso é esta edição que contém ao todo 1570 páginas e ainda não é tudo o que o autor escreveu, pois há referências de centenas de trabalhos publicados em jornais, além de muita coisa sobre Porto Feliz e outras cidades da região que estão ainda à espera da publicação.

O historiador Odilon Nogueira de Matos referindo-se a Nardy Filho disse que ele era homem de arquivo, pois durante muitos anos teve

a seu cargo a direção do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, e que não foi apenas um guardador de papéis, mas um pesquisador de fato, que soube tirar dos documentos toda a lição que eles pudessem oferecer. Eis porque seus livros sobre a cidade de Itu, bem como suas crônicas no 'O Estado' carregam um profundo conteúdo humano, sendo portanto, do maior interesse para a história social e cultural da região e dos assuntos estudados. Observação feita também pelo professor Jonas Soares de Souza, diretor do Museu Republicano "Convenção de Itu", que ressaltou a atualidade de Nardy, o qual já tratava dos temas históricos com o viés sócio cultural dos historiadores contemporâneos.

A obra de Nardy é fundamental para quem queira se embrenhar não só na história de Itu mas também das cidades vizinhas. Quando comecei a interessar-me pelo passado de Indaiatuba tive que ir à biblioteca pública de Itu mandar xerocar os quatro volumes de "A Cidade de Itu", o que custou-me uma pequena fortuna. Consegui depois encontrar, em sebos, um a um dos volumes: 1- Histórico de sua fundação e seus principais monumentos; 2 - Da aclamação de D. João VI a proclamação da República; 3 - Crônicas históricas e 4 - Cronologia ituana.

Tanto trabalho para a obtenção da obra do mestre é o que me faz valorizar ainda mais o empenho de Milton Ottoni para editar esta coleção, com a colaboração do Museu Republicano "Convenção de Itu"/ Museu Paulista da USP, e o trabalho entusiasmado de professores e intelectuais da comunidade ituana.

(Transcrito de "A Federação", Itu, 6 de maio de 2000)

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

ECONOMIA DO GENTIO BRASILEIRO NA OBRA DE JEAN DE LÉRY*

Antonio PICCAROLO

A importância dos estudos relativos às condições econômicas dos povos primitivos vai aumentando de dia em dia, não somente pelo valor que apresentam em si, mas porque constituem elementos preciosos para a interpretação de numerosos fatos da história antiga, considerados até hoje inexplicáveis. Somente com o estudo das condições econômicas entre os povos primitivos depois das descobertas geográficas e a comparação dessas condições com as da antiguidade, foi que muitos

(*) Pela segunda vez, desde que criamos esta seção, apelamos para a valiosa colaboração de Antonio Piccarolo em "O Estado de S. Paulo". A primeira, foi com o se texto "Feudalismo e Direito Feudal", em o nº 159, do último trimestre de 1995. O que utilizamos, agora, revela, tal como o anterior, o profundo conhecimento que o autor sempre demonstrou pela nossa história, especialmente pelos temas do período colonial. Antonio Piccarolo (1863-1947) foi uma das figuras de maior participação na vida cultural de São Paulo nos quarenta e tantos anos que viveu na capital paulista. Ligou seu nome a diversas instituições tais como a antiga Faculdade Paulista de Letras e Filosofia (onde tivemos o privilégio de conhecê-lo, início de uma longa amizade que perdurou até o seu falecimento), a Escola de Sociologia e Política e a própria Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde freqüentemente teve sua coloboração solicitada para conferências ou cursos de extensão universitária. Um de seus livros, "Augusto e seu tempo", foi publicado pela própria entidade, como comemoração especial do bimilenário do criador do Império Romano (1938). Deixou numerosos outros livros e colaborou assiduamente em "O Estado de S. Paulo". O texto que desta vez transcrevemos foi publicado na edição de 3 de setembro de 1941. ONM.

fenômenos e fatos históricos, sobretudo econômicos, acharam sua explicação. Daí aquele método chamado de colonial e que tanta luz irradiou sobre a origem e evolução da vida econômica entre todos os povos e em todos os tempos. "Depois das descobertas geográficas - dizia eu no discurso de recepção do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, publicado no volume XXXVI da Revista desse Instituto - quando nos países novos, sobretudo na América, se encontraram povos que viviam nas condições lembradas pelas antigas tradições, estas receberam feixes tais de raios luminosos, que deixaram de ser consideradas fábulas, para se tornarem símbolos de verdadeiros períodos históricos, cujas causas e explicações se encontravam nas condições econômicas do seu tempo. Desse modo foi inaugurado o método chamado colonial, porque ia buscar nas colônias os elementos vivos para a interpretação do passado".

Agora, poucos são os livros em que se encontrem esses elementos tão numerosos, como no de Léry. Dotado de um espírito profundamente observador e indagador, nos longos meses que ele passou na intimidade dos nossos aborígenes pôde acumular um tesouro imenso de observações e de notícias que inutilmente se procurariam em outra parte. Daquelas que dizem respeito à organização econômica desses povos tratarei hoje, começando pela propriedade, base de toda a vida econômica.

Aqueles que não são afeitos a esta espécie de estudos acharão bastante estranho que se fale de propriedade entre um povo primitivo, como era o índio brasileiro, como acontece quando se fala em civilização do mesmo povo; não pensando que propriedade, civilização, moral, religião, etc., são fatos históricos e portanto relativos às condições de desenvolvimento de cada povo. Sem dúvida, trata-se de uma forma de propriedade primitiva, rudimentar. Mas isso não exclui que se chame e seja realmente propriedade e que a propriedade dos nossos dias não seja senão uma forma evoluida e superior daquela forma primitiva. Assim, quando Léry diz que "no que diz respeito à propriedade das terras e campos cada chefe de família escolhe em verdade algumas geiras onde lhe apraz, a fim de fazer suas roças e plantar mandioca e outras raízes", não é possível negar que nessa escolha se encontra um início de apropriação da terra; porque sobre a porção de terra escolhida somente o chefe com a sua família pode semear, plantar e, portanto, colher o que é fruto de seu trabalho.

Nesse fato acham-se os germes da doutrina do primeiro ocupante, que certos economistas e juristas pretendem ainda colocar entre os meios de aquisição da propriedade; como da doutrina que faz derivar a propriedade do trabalho. O sinal, de fato, que a porção de terra escolhida pertence àquela determinada família e que esta família somente pode tirar dela os frutos produzidos, consiste no trabalho que ela aplica ao terreno.

Não muito diferente, aliás, eram as condições da propriedade entre os germanos, aos tempos de César e de Tácito. Escreve o primeiro no livro VI do "De bello gallico": "Ninguém tem uma porção própria e bem definida de terra, mas cada ano os chefes distribuem a porção que julgam necessária e no lugar que acham mais conveniente a cada família". Tácito, por sua vez, século e meio mais tarde, acha entre os mesmos povos as mesmas condições, mais ou menos: "coisa fácil devido à grande extensão dos campos"... "a divisão é facilitada pela grande extensão das terras".

Como César, Tácito também diz que os germanos mudavam cada ano de lugar, abandonando a terra cansada, a fim de ir para terras novas. O mesmo hábito encontrou Léry entre os índios da Brasil. "Os brasileiros não se demoram em geral mais de cinco ou seis meses no mesmo lugar. Carregam grossos pedaços de madeira e grandes palhas de pindoba para a construção e cobertura de suas casas e mudam as aldeias sem lhes mudarem os nomes, o que faz que às vezes os encontramos a um quarto de légua de distância do lugar em que habitavam". Observação feita também por Hans Staden, que escreve: "Tudo consumido, transportam sua habitação para outro lugar, sob a chefia de um cacique que tem, em geral, a seu mando, de trint a quarenta famílias". A única diferença está em que os germanos em vez de mudar cada cinco ou seis meses, mudavam cada ano.

Se o conceito de propriedade fundiária entre os índios era ainda muito vago e indeterminado, tendo mais do comum que do individual, o mesmo não se pode dizer da propriedade móvel, dos objetos que servem para a vida comum de todos os dias. Cada família, às vezes cada indivíduo, tem os seus trastes e objetos pessoais, os seus enfeites, os seus animais. No capítulo XVII Léry descreve o modo de fabricação desses objetos, de fiar o algodão e tecer as redes que lhes servem de cama; como as mulheres, a quem cabe todo o trabalho doméstico, fabricam potes e vasilhas de barro para conservar o "cauim; como "fazem panelas redondas e ovais, frigideiras

e pratos de diversos tamanhos e ainda certa espécie de vaso de barro que não é muito liso por fora, mas tão completamente polido por dentro e tão bem vidrado, que não fazem melhor os nossos oleiros".

De como sejam ciumentos e defendam essa propriedade diz um episódio contado por Léry e do qual ele próprio foi paciente. Um dia, chegando esfomeado a uma aldeia matou o primeiro pato que se lhe deparou à vista, com intenção de pagá-lo, como fizera outras vezes. Mas deixemos que ele conte: "Apanhei o pato morto e fui ter a uma casa onde se achavam reunidos quase todos os selvagens do lugar. Indaguei então do dono do pato e apareceu um velho de má catadura, que me disse:

- É meu.

- Quanto queres por ele?

- Uma faca.

Apresentei-lhe uma faca, mas ao vê-la o velho disse:

- Quero outra mais bonita.

Apresentei-lhe outra, mas ele declarou que não a queria tão pouco.

- Que queres pois que te dê?

- Uma foice.

Além de ser um preço excessivo, acontecia não ter eu uma foice, por isso disse-lhe que se contentasse com a segunda faca, pois outra coisa não lhe daria. Mas o intérprete que melhor o conhecia, disse-me que o indígena estava muito irritado e que convinha arranjar uma foice de qualquer maneira. Pedi então uma foice emprestada e a ofereci ao selvagem; mas este, com grande surpresa minha, a recusou também.

- Que queres então de mim?, perguntei-lhe pela terceira vez com certo enfado.

- Matar-te, replicou furioso, como mataste o meu pato, pois o pato foi de meu irmão falecido e eu o estimava acima de tudo.

E meu estúpido interlocutor foi buscar um tacape e ficou a volteá-lo sobre mim, ameaçando-me matar".

É verdade que o velho estava bêbedo e que, diante da reação de Léry, foi dormir e curtir a bebedeira. Isto, porém, não diminui o valor nem

modifica o sentido do episódio, porque é na ebriedade que o indivíduo manifesta verdadeiramente o que é. "In vino veritas!"

Faltando por completo entre esses povos a moeda e qualquer outro símbolo ou medida do valor, a única forma de comércio era a troca, que já existia antes das descobertas, mas que aumentou muito pelas relações que se iniciaram com os europeus. Léry fala a meudo dessas trocas, e diz que nas suas visitas às aldeias dos índios levava sempre consigo um saco cheio de bugigangas que trocava com produtos da terra ou objetos de curiosidade, geralmente de valor muito superior. Um pequeno espelho, uma faca ordinária, um anzol eram suficientes para receber em troca o que tinham de melhor. "Como andávamos sempre com um saco de couro cheio de mercadoras que nos serviam de moeda, ao deixarmos a aldeia demos-lhes facas, tesouras e pinças e às mulheres presenteamos com pentes, braceletes e missangas e aos meninos com anzóis." No Colóquio em língua tupi, que se acha ao fim do volume, tão proficientemente restaurado por Plínio Ayrosa, a primeira pergunta que o índio dirige ao advena, é: "Ereru nde karamemó?" (Trouxeste as tuas malas?). E indaga, em seguida, pelo conteúdo delas.

Fazem comércio também com as tribos vizinhas, e bem curioso é o modo que eles seguem para efetuar esse comércio, estando geralmente essas tribos em guerra entre si. Eis como Léry descreve essas trocas: "Quando seus vizinhos os procuram para alguma troca e eles concordam em atendê-los, assim procedem: o margaiá, o caraiá ou o tupinambá (assim se chamam as nações vizinhas), sem se fiar no uetacá mostra-lhe de longe o que tem a mostrar-lhe, foice, faca, pente, espelho ou qualquer outra bugiganga e pergunta-lhe por sinais se quer efetuar a troca. Em concordando, o convidado exibe por sua vez plumas, pedras verdes que colocam nos lábios, ou outros produtos de seu território. Combinam então o lugar da troca, a 300 ou 400 pés de distância; aí o ofertante deposita o objeto de permuta em cima de uma pedra ou pedaço de pau e afasta-se. O uetaçá vai buscar o objeto e deixa no mesmo lugar a coisa que mostrara, arredando-se igualmente, afim de que o margaiá ou quem quer que seja venha procurá-la. Enquanto isso se passa são mantidos os compromissos assumidos. Feita, porém, a troca, rompe-se a trégua e apenas ultrapassados os limites do lugar fixado para a permuta procura cada qual alcançar o outro a fim de arrebatar-lhe a mercadoria".

Com certo humorismo o bom do Léry faz considerações e comparações com os comerciantes europeus do seu tempo; considerações e comparações que se poderiam estender a todos os tempos. Não existem atualmente homens de negócio que não faltariam à palavra dada por coisa nenhuma e que se considerariam desonrados por ter deixado uma letra cair no protesto? No entanto não têm escrúpulo em entregar mercadorias avariadas ou falsificadas, ou também de qualidade diferente da contratada e falha no peso; considerando isso antes de tudo como habilidade comercial. Coisas capazes de reabilitar todos os margaiás, caraiás e tupinambás deste continente. Mas deixemos essas considerações pouco favoráveis à nossa pretensa civilização. O mesmo Léry, aliás, confessa que ele e seus companheiros trouxeram mercadorias de pouco valor e quase imprestáveis para vendê-las ao gentio que disso não entendia. "Também para lá levamos certa quantidade de arcabuzes baratos, no intúito de negociá-los com os selvagens; e pude verificar que eles sabem servir-se dessa arma muito bem. Enquanto um segura a arma outro aponta e um terceiro põe fogo. Assim o vi fazer a um grupo de selvagens, e como houvessem carregado e enchido o cano até a boca, se a pólvora que lhe demos não tivesse grande quantidade de carvão moído, por certo a arma lhes teria arrebentado nas mãos".

Como eram previdentes e humanos esses apóstolos do Evangelho! Se não tivessem misturado muito carvão moído com a pólvora, quem sabe que fim teriam levado os pobres selvagens. Modernamente um ardente patriota diria: Minha pátria teria perdido a guerra se eu não tivesse fornecido ao exército inimigo botinas com sola de papelão!

Léry, em certo ponto, nega decididamente que a guerra para os selvagens tivesse qualquer motivo econômico, considerando única razão de guerra o ódio encarniçado e tradicional que existe entre tribo e tribo, e o desejo de vingar pais e amigos mortos e comidos. Não é possível negar que o ódio e a vingança ocupassem lugar de destaque nas razões de guerra entre os índios; como, aliás, não se pode negar que a causa primordial da guerra fosse essencialmente econômica. Para eles não corria muita diferença entre a guerra e a caça. O sistema, a tática e as armas eram, mais ou menos, os mesmos. Como idênticos eram os resultados. A presa,o botim pertenciam à tribo e eram consumidos em comum, nos festins que duravam diversos dias, repetidas vezes descritos pelo nosso autor. O próprio Léry, aliás,

contradiz-se a pouca distância; pois, enquanto à pág. 167 da presente edição afirma que esses selvagens "não pretendem tão pouco enriquecer-se com os despojos dos vencidos ou o resgate dos prisioneiros"; à pág., 173 confessa que em breve começaram a costumar-se a vender os seus presos, especialmente quando eram bem pagos. Depois da descrição de uma batalha, à qual assistira juntamente com alguns companheiros, acrescenta: "Passados alguns dias vieram visitar-nos alguns tupinambás que tinham prisioneiros em suas choças. Por mais esforços que fizéssemos, porém, nossos intérpretes só conseguiram resgatar parte dos prisioneiros. Que isso não era do agrado dos vencedores, percebi-o pela compra de uma mulher com seu filho de dois anos, que me custaram quase três francos de mercadorias. Disse então o vendedor: Não sei o que vai acontecer no futuro: depois que "pai Colá" chegou aqui já não comemos nem a metade de nossos prisioneiros". Não os comiam mais porque achavam mais conveniente vendê-los; como em outra parte achavam mais conveniente obrigá-los a trabalhar como escravos.

A presa de guerra era comum, diz Léry, e os índios consumiam-na em comum. Eis um indício daquela propriedade comum que se encontra entre todos os povos primitivos.

Outro indício da mesma natureza encontramo-lo nas habitações. "Em algumas aldeias moram, na mesma casa, de quinhentos a seiscentas pessoas e não raro mais; em verdade cada família, composta de marido, mulher e filhos, ocupa lugar especial, embora em casa, que tem em geral mais de sessenta passos de comprimento, não possuam tabiques de separação, que impeçam verem-se uns aos outros".

Quanta analogia entre estas casas e as dos povos da América do Norte e da antiguidade! Na minha **Iniciação à Economia Social** lê-se: "Essa gente (os peles-vermelhas) como têm a caça e o alimento, da mesma forma têm a casa em comum. La Pérouse, que esteve muito tempo na Carolina, descreve um tipo de casa consideravelmente comprida, com 310 pés de uma ponta à outra, com 30 de largura e 10 de altura, na qual mora, mais de cem pessoas, que vivem juntas formando uma só família, uma "gens". Referindo-se aos iroqueses, Morgan fala de "long-houses", casas compridas que medem 100 pés, 30 de largura, com a altura de 20. Os "diaks" de Borneu habitam casas com cerca de cem metros de comprimento, construídas sobre estacas, o que relembra certos palácios dos Peonios, no

lago da Prússia, descobertos há pouco mais de meio século e dos quais fala Heródoto. Apresentavam esses palácios quase as mesmas dimensões das casas de Bornéu. Na Argólida foram também descobertos por Schliemann vários edifícios que oferecem os mesmos traços caracaterísticos dessas habitações, levando-nos a concluir que devem ter sido habitações de povos existentes na época da propriedade comum, e revelando-nos, ao mesmo tempo, a perfeita analogia entre as habitações dos povos que vivem hoje em certas regiões e as de outros povos que viveram há milhares de anos".

A Viagem à Terra do Brasil, de Jean de Léry, não é a única obra que ofereça abundante messe de notícias desse gênero. Há muitas outras escritas por estrangeiros e por nacionais, há numerosos documentos nos arquivos brasileiros e portugueses, há inúmeras tradições e documentos vivos da raça que os europeus aqui encontraram ao desembarcar nestas praias. De tudo isso pode-se facilmente imaginar os ricos elementos que o Brasil poderia oferecer à etnologia e à prehistória pelo desenvolvimento desses estudos, que, em outros países, especialmente na América do Norte, deram resultados tão lisonjeiros.

Será esta tarefa da mocidade, pelo esforço da qual, se se puzer neste caminho, poder-se-á dizer do Brasil, o que um grande economista disse da América Setentrional: "Das oficinas de Nova York e dos campos de Dakota expande-se uma luz que, projetada sobre as ruínas da Idade Média, da Antiguidade, da barbárie primitiva, ilumina-se de repentino esplendor, anima as suas formas fósseis, interpreta os caracteres misteriosos que trazem em si e desvenda o seu, e com o seu, o nosso segredo".

MEMÓRIA CAMPINEIRA

UM *CAUSO* ENTRE MUITOS OUTROS...

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Finalizando parte da pesquisa financiada pelo CNPq sobre *Bairros Negros de Campinas* (agora prorrogada por mais dois anos) junto ao Centro de Memória - UNICAMP, não poderia deixar de relatar um causo ainda bastante vivo na memória dos poucos antigos moradores negros remanescentes dos bairros Ponte Preta e Vila Marieta.

Refiro-me à Capelinha de Santa Cruz do Fundão, cuja história se encontra registrada desde os Almanaques publicados por Leopoldo Amaral, quando então dizia ser "um templo pequeno cuja história é ignorada".

São raras as observações que podem ser colhidas (mesmo no Arquivo Histórico Municipal de Campinas) sobre essa ermida que subsistiu ao tempo. Na atualidade é apenas aberta uma vez por semana para a realização dos encontros de oração, onde comparecem alguns moradores desses bairros (mais mulheres).

Contam os depoentes ouvidos na pesquisa que era hábito nenhum transeunte passar por perto dela (ou de qualquer outro local em que houvesse o marco de uma cruz, geralmente nas encruzilhadas) sem tirar seu chapéu, convicto de que naquele (s) local (is) repousava um ser humano que já havia entregue sua alma a Deus.

Esse santuário, localizado no antigamente chamado Fundão, o espraiado além do bairro Ponte Preta, e que teve uma parte desapropriada pela Prefeitura Municipal da Cidade para a construção do Cemitério da

Saudade, situa-se à Rua da Abolição, conhecido outrora pelo nome de Santa Cruz do Fundão ou Santa Cruz do Paraíso, ou ainda Santa Cruz do Palheiro: teve sua origem à época da escravidão.

Durante as entrevistas que por lá realizei, obtive informações que um jovem escravo negro condenado ao tronco por pequena falta cometida (ninguém soube dizer qual), fugiu para uma fazenda vizinha àquela onde labutava a fim de solicitar apadrinhamento ao seu proprietário. O latifundiário garantiu-lhe que se levasse ao seu dono o bilhete que lhe passava às mãos, o perdão lhe seria concedido.

O tal escravo, claro que não sabia ler. Mas, desconfiou que sua história não estivesse bem contada naquele pequeno pedaço de papel.

Ao retornar à fazenda onde habitava, encontrou-se com um garoto que voltava da escola. Solicitou então a esse moleque que lhe lesse o dito bilhete, onde tomou conhecimento que lá estava sendo solicitado ao seu amo que sua pena fosse dobrada pelo fato de se haver atrevido em procurar um padrinho para que o ajudasse a ser perdoado.

Desesperado com o que soube, resolveu enforcar-se na primeira árvore que encontrou à meio do caminho.

Não obtive dados de quando exatamente o infaustoso caso ocorreu, mas, soube que foi pouco antes da Abolição (em torno de 1885) e que o acontecimento se deu próximo à Capela, que era parte da propriedade de Custódio Joaquim do Prado.

O que pude colher nas entrevistas foi que pessoas caridosas recolheram o corpo desse menino, ali mesmo o enterraram em uma modesta sepultura e que, nesse local, foi erguida uma singela capela que anos depois desmoronou-se.

Por longo tempo essa Capela foi sede de vários ofícios religiosos, por ocasião dos festejos da Santa Cruz, sendo que o largo fronteiriço a ela, era palco de terreiro onde se realizavam também sambas de zabumba e cantorias múltiplas entre os dias 2 e 3 de maio de cada ano.

Não se recordaram os depoentes ouvidos do que escreveu o jornalista Jolumá Brito que tais festejos foram desvirtuados pelo aumento de *beberrões* durante essa festividade que, ainda, segundo esse articulista, a partir de 1881, eram também dedicadas a São Pedro, trazendo muitos devotos às ladainhas que por lá eram então realizadas.

Confirmei ainda que após a Revolução de 1932, por iniciativa da Cúria Metropolitana da Cidade, iniciou-se a construção, no local do enforcamento do jovem escravo, de uma pequena Igreja que ainda lá se encontra, em razoável estado de conservação. Na ocasião em que realizei a pesquisa (final do ano de 1999), seu interior estava passando por reforma.

O significativo me pareceu a lembrança viva entre os poucos antigos moradores desses espaços, o narrar, de forma enfática, da estória desse negrinho (apesar de seu nome não ser mais lembrado) e da presença muito viva em suas memórias dos maus tratos que os senhores campineiros dispensavam aos seus escravos, independentemente de sexo ou idade, sendo usual a condenação ao tronco por qualquer falta cometida.

O misticismo até hoje envolve esse local, não apenas pelo trágico fim do neguinho-escravo, mas, principalmente, porque, segundo a lenda que se criou, desde seu sacrifício, ele faz curas milagrosas e auxilia a todos os necessitados que lá vão rezar.

Cumpre ainda mencionar que, à esquerda dessa pequena e modesta Igreja, localiza-se o túmulo desse infortunado escravo, não possuindo nome ou qualquer outra inscrição. Todavia, há sempre lá flores artificiais e algumas velas (muitas já reduzidas a cera), demonstrando o quão viva é a crendice perpetuada que permite sempre o retorno à memória desses moradores da *crueldade* dispensada ao negro em Campinas, além do *poder do milagre* para o justo e inocente. Advém daí as promessas e pedidos que são realizados nesse local, sobretudo porque também esse *causo* ainda menciona o fato de que quando a Capelinha fechou para a primeira grande (?) reforma (ela somente foi reaberta em 1973), fora cortada uma goiabeira existente ao lado dessa sepultura, bem atrás da cruz de ferro. Após ter sido podada, essa árvore começou a chorar, chorar...

Que beleza conhecer o seu passado, o seu presente... diz o nosso cancioneiro popular. Se o nome do garoto se perdeu no tempo, a época de igual modo, o acontecido permaneceu e criou raízes na memória do povo, a tal ponto que me permitiu perceber que as competências identitárias dos moradores desses bairros são plurais e auto-reflexivas, remetendo-os a uma estrutura pessoal, afetiva e cognitiva, continuamente (re) construída.

TEXTOS
(Sugestões para seminários)

A PROPÓSITO DA REVOLUÇÃO DE 1817
(Frei CANECA)

Sim, é verdade que a revolução de 1817 não arraigou nem deu frutos maiores; porém podes negar que causou bens que não são para ser desprezados?

As sementes do liberalismo, que ela semeou, se tem desenvolvido de um modo incompreensível. Hoje não há homem do sertão mais interior que deixe de conhecer a dignidade do homem, seus direitos, seus deveres, sua liberdade; e a origem do poder dos que governam. Todos sabem que os homens não são rebanhos de ovelhas para passarem de uns governantes a outros pelos títulos de herança e propriedade; todos sabem que como os governos foram instituídos para bem dos povos e não estes para desfrutação do governo, uma vez que o governo não felicita os povos, estes, pela lei suprema de sua salvação e felicidade, podem mudá-los e escolher outro qualquer em que julgarem estar a sua conservação e melhoramento.

Estes princípios são inauferíveis de seus corações, não só porque as luzes têm dissipado as trevas que sustentavam o despotismo, como porque vêem toda a Europa, toda a América com as armas nas mãos para estabelecerem governos que julgam os próprios para sua feliz existência; portanto, não espere que a massa da província, composta dos agricultores, obrem o mesmo que em 1817. Naquele tempo estavam todos às cegas e por isso adoravam a Deus nos céus e o seu rei na terra, e temiam mais o rei na terra do que o dos céus; hoje está tudo pelo avesso: adoram

a Deus, temem-se as leis, obedece-se ao imperante racionalmente, e ninguém está pelo despotismo ministerial.

(**Obras políticas e literárias**, II: 265-266. Apud Vita, Luís Washington - **Antologia do pensamento social e político no Brasil**, 74-75. São Paulo, Grijalbo, 1968)

*

DA NECESSIDADE DO ESTUDO DAS LETRAS (Carlos MAGNO)

Seja portanto conhecido da vossa devoção que a Deus seja agradável, que nós, juntamente com os nossos fiéis, consideramos de utilidade deverem os bispados e mosteiros confiados pelo favor de Cristo à nossa direção, em acréscimo à regra de vida monástica e à prática de santa religião, ser também zelosos na cultura das letras, ensinando aqueles que por dádiva de Deus são capazes de aprender, segundo a capacidade de cada indivíduo. (...) Porque quando nos anos recém-passados nos foram muitas vezes escritas cartas por parte de vários mosteiros (...) reconhecemos em muitas destas cartas simultaneamente raciocínios corretos e discursos desordenados; porque o que a piedosa devoção ditava fielmente ao espírito, a língua, sem educação, devido à negligência do estudo, não estava apta a exprimi-lo sem erro. Logo aconteceu começarmos a temer que assim como a habilidade para escrever era menor, também a sabedoria para compreender as Sagradas Escrituras fosse possivelmente muito inferior à que na realidade deveria ser. E todos nós sabemos bem que, embora os erros das palavras sejam perigosos, muito mais periogosos são os erros do pensamento. Por isso exortamo-vos, não apenas a não desprezar o estudo das letras, mas também a estudar diligentemente com a intenção mais humilde, agradável a Deus, a fim de que possais mais fácil e corretamente penetrar os mistérios das diversas Escrituras. (...) Portanto, se desejais

conservar a nossa graça, não deixeis de enviar cópias desta carta a todos os vossos sufragâneos e aos bispos vossos colegas, assim como a todos os mosteiros.

(**Monumenta Germaniae Historica - Legum**, t. I: 52-53. Hanover, 1835. **Apud** Espinosa, Fernanda - **Antologia de textos históricos medievais**, 151. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1972).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

ARTHUR CÉSAR FERREIRA REIS (1906-1993)

Há algum tempo, alguém, julgando-nos razoável conhecedor da bibliografia histórica brasileira, pediu-nos a indicação de um "livro qualquer" sobre a história do Amazonas. Tivera necessidade de dirimir algumas dúvidas para as quais as obras gerais pouco serviram e queria, então, uma obra especializada. À sua pergunta um tanto simplista, respondemos de maneira igualmente simplista informando que o "pai" da História do Amazonas chamava-se Arthur Cesar Ferreira Reis e, portanto, nada mais indicado do que procurar alguns dos seus livros. E fundamentamos nossa indicação lembrando que Arthur Cesar Ferreira Reis não só era amazonense, como havia dedicado toda a sua existência ao estudo da história de seu Estado, com obras de consulta obrigatória, fundadas todas na mais honesta pesquisa e investigação, além de escritas com uma elegância que nem sempre se encontra nos historiadores. Não tivemos mais notícias de nosso consulente e nem ficamos sabendo se ele se abeberou nas fontes que indicamos.

É com muito júbilo que tomamos o historiador amazonense como o "vulto" da historiografia brasileira deste número de nossa "Notícia", revista por ele sempre apreciada e em cujo trabalho encontramos sempre, de sua parte, o melhor estímulo.

Natural de Manaus, onde nasceu a 8 de janeiro de 1906, viveu a maior parte de sua vida em seu Estado, com algumas passagens pelo Rio de Janeiro, na investidura de cargos de alta relevância na administração federaral. Encerrando uma nota biográfica do ilustre historiador, o "Dicionário biobibliográfico de Historiadores", editado pelo Instituto

Histórico de Geográfico Brasileiro, encerrou-a com esta frase: "É sem dúvida o maior dos amazonenses de seu tempo". Não houve atividade que não exercesse em seu Estado, inclusive chegando ao governo estadual no período de 1964 a 1967.

Na "orelha" de um dos seus livros escreveu Américo Jacobina Lacombe: "Nunca tomou da pena senão com o coração e a mente voltados para a imensa e misteriosa região em que veio à luz". "Tudo quanto escreveu, citando, ainda, Lacombe, está dominado por um esclarecido, sincero, profícuo e desinteressado amor à região mais discutida, mais atraente e mais futurosa da América".

É imensa a produção de Arthur César Ferreira Reis no campo da historiografia, em grande parte, como já foi mencionado, voltada para temas amazônicos. A relação que, a seguir, apresentaremos, não pretende ser completa. E a ela deve ser acrescentada grande soma de prefácios, anotações, relatórios sobre os mais diversos assuntos. E credite-se, ainda, à sua obra a reedição que promoveu quando presidente do Conselho Federal de Cultura, de uma das mais importantes peças da bibliografia histórica brasileira, qual o **Dicionário Bibliográfico**, de Sacramento Blake, publicado originalmente em 1883, fac-similarmente reeditado em 1970.

*

BIBLIOGRAFIA DE ARTHUR CÉSAR FERREIRA REIS

História do Amazonas. Manaus, 1931.

Manaus e outras vilas. Manaus, 1934.

A política de Portugal no vale amazônico. Belém, 1939.

Lobo d'Almada, um estadista colonial. Manaus, 1940.

Paulistas na Amazônia e outros ensaios. Rio, 1941.

D. Romualdo de Souza Coelho. Belém, 1941.

Síntese da História do Pará. Belém, 1942.

A conquista espiritual da Amazônia. São Paulo, 1942.

O processo histórico da economia amazonense. Rio, 1945.

História de Óbidos. Rio, 1945.

Limites e demarcações na Amazônia Brasileira, 4 vols. Rio, 1947/59.

Estadistas portugueses na Amazônia. Rio, 1948.

Território do Amapá: perfil histórico. Rio, 1948.

História da imigração e colonização do continente americano. Rio, 1948.

Monte Alegre: aspectos de sua formação. Belém, 1959.

O seringal e seringueiro. Rio, 1953.

O ensaio da História do Brasil, em colab. com Virgílio Corrêa Filho, Hélio Viana e Eremildo Luiz Viana. México, 1953.

A Amazônia que os portugueses revelaram ao mundo. Rio, 1957.

Guia histórico dos municípios do Pará. 1958.

A Amazônia e a cobiça internacional. Rio, 1960.

Rotina e dinâmica na vida brasileira. Manaus, 1965.

A autonomia do Amazonas. Manaus, 1965.

Tempo e vida na Amazônia. Manaus, 1965.

A Amazônia e a integridade do Brasil. Manaus, 1966.

Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia. Manaus, 1966.

Épocas e visões regionais do Brasil. Manaus, 1967.

Como governei o Amazonas. Manaus, 1967.

Súmula da História do Amazonas. Manaus 1965.

A Amazônia e o mundo atual. Rio, 1967 (edição trilimgue)

O impacto amazônico na civilização brasileira Rio, 1972.

O Estado do Amazonas. Rio, 1979.

Santarém, seu desenvolvimento histórico. Rio, 1978.

Aspectos da formação brasileira. Rio, 1982.

Temas amazônicas. Manaus, 1983.

COLABORAÇÃO NA "REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO"

Agassiz e a Amazônia. 348: 241-243. 1985.

O Amazonas em 1845. 325: 140-142. 1979.

O Amazonas nos primeiros tempos do Império. 316: 116-123. 1977.

A Amazônia que Alexandre Rodrigues Ferreira viu. 234: 23-37. 1957.

As atividades políticas de Joaquim Nabuco. 204: 261-281. 1949.

O Brasil em 1822: geografia política. 298: 185-201. 1973.

Cabanagem: inéditos. 347: 7-29. 1985.

Capistrano, geógrafo. 221: 139-150. 1953.

Cláudio Ganns, um perfil. 249: 146-158. 1960.

O Conde dos Arcos na Amazônia. 370: 134-139. 1991.

A contribuição portuguesa na formação da nacionalidade brasileira. 249: 385-400. 1960.

Do regime vigente no Real Hospital de Barcelos. 231: 351-354. 1956.

Documentos sobre a Amazônia: início do século XIX. 362: 132-151. 1989.

A era dos descobrimentos. 287: 7-19. 1970.

A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII: 245:

A exportação da Amazônia em 1822. 313: 20. 1976.

As fortificações da Amazônia no período colonial. 344: 217-227. 1984.

Gomes Freire, governador do Rio de Janeiro. 259: 155-169. 1963.

A Igreja na Amazônia ao findar o período colonial. 349: 7-14. 1985.

A incorporação da Amazônia ao Império. 193: 110-127. 1946.

O início da experiência republicana. 367: 288-297. 1990.

Jaime Cortesão e as raízes do Brasil. 248: 109-112. 1960.

Lobo d'Almada e a exploração do Alto Rio Negro. 242: 418-423. 1959.

A marcha para os sertões. 246: 314-316. 1960.

Max Fleiuss, historiador. 281: 53-62. 1968.

A navegação do Amazonas. 246: 343-347. 1960.

Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos. 235: 3-84. 1957.

Para a biografia de Bento Aranha. 329: 5-9. 1980.

Petrópolis: de núcleo colonial à unidade política. 252: 279-290. 1961.

O pleito de autonomia amazonense. 312: 263-268. 1976.

Porque ocorreu o 15 de novembro. 364: 516-527. 1989.

Portugal no seu esforço de independência e a autonomia do Brasil. 249: 32-44. 1960.

Prestação de contas de um governador colonial do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará. 345: 85-99. 1984.

Primeiras manifestações pan-americanistas no Brasil. 215: 168-182 1952.

O processo de emancipação do Amazonas. 206: 158-170. 1950.

Raízes do Brasil. 357: 478-479. 1987.

As relações internacionais da América Latina nos séculos XIX e XX. 359: 123-157. 1988.

Sesquicentenário da Independência da República da Bolívia e da República Oriental do Uruguai. 309: 163-169.

Simonsen e o pan-americanismo econômico. 243: 190-198. 1959.

Uma tentativa de colonização do Jari. 335: 109-116. 1982.

Os últimos missionários de Mainas. 247: 86-95. 1960

Uma vida exemplar: Alfredo Valadão. 302: 212-217. 1974.

Vida social nos séculos XVI e XVII. 288: 32-46. 1970.

A Capitania do Rio Negro na segunda década do século XIX. 353: 1137-1141. 1986.

SELETA

AMAZÔNIA: VIAJANTES E SUGESTÕES SEPARATISTAS

Arthur Cezar Ferreira REIS

Não foram apenas naturalistas e geógrafos que percorreram a Amazônia, para inventariá-la, servindo aos interesses da ciência e aos objetivos mercantis e políticos de suas pátrias. Também uma legião de simples viajantes, que eram jornalistas, observadores imediatistas, professores, divulgadores de impressões, escritores de envergadura ou não "apercebeu-se" da Amazônia, com ela tomando contacto de dias, de meses, para os seus artigos, os seus livros e as suas informações. Procurando ver, nem sempre com sentido realista, sem esquecer de registrar que a região era desértica, seus quadros populacionais não expressavam grandeza cultural, mas as possibilidades econômicas pareciam incalculáveis e o poder público não se mostrava expedito, objetivo, capaz de enfrentar os problemas sociais para levá-la a uma nova etapa.

A literatura que escreveram nesse particular é abundante e circulou em livros, jornais e revistas.[1] Na generalidade apresentando um ar sensacionalista, em que a preocupação de propor, de vulgarizar a Amazônia, sob exaltação, não se podendo, em conseqüência, atribuir o ufanismo apenas aos brasileiros. O que estes escreveram, se trouxe os prejuízos da criação de uma consciência fantasiosa, não encerrava, todavia,

(1) A literatura de viagens, lançada nas páginas de revistas, experimentou grande sucesso, provocando grande interesse. As revistas que mais importância e notoriedade conquistaram foram: "Tour du Monde", "Revue des Deux Mondes", "Revue Maritime et Coloniale", "Nouvelles Annales des Voyages", esta principalmente.

o perigo de despertar um interesse prejudicial à nossa soberania. O que escreveram os de lá de fora, isso sim, foi mais prejudicial. Porque fantasiou, criando um estado d'alma que podia conduzir à estruturação de projetos contrários à nossa segurança, despertando apetites.[2] Vejamos, porém, alguns desses viajantes na literatura que elaboraram e documentaram as nossas afirmações.

Comecemos pelo inglês Henrique Lister Maw, oficial da marinha britânica, que penetrou a Amazônia vindo do Peru, em 1827. Partindo de Lima, atravessou os Andes e alcançou o Amazonas. De Tabatinga, onde foi recebido pela autoridade militar e pela eclesiástica, encaminhou-se à cidade da Barra, hoje Manaus. Em Santarém, onde encontrou patrícios que comerciavam, padeceu a pena de prisão por parecer suspeito ao comandante militar local. Solto, atingiu Belém. A colônia inglesa não era numerosa, mas de alta expressão no particular das operações mercantis. De Belém partiu para a Inglaterra. Ali publicou o livro **Journal of a Passage from the Pacific to the Atlantic, crossing the Andes in the northern Provinces of Peru and descending the great River Maranon or Amazon**, em que fez a descrição de sua aventura. Nesse livro, que teve edição em português, em 1831, tradução feita sob a alegação de que se fazia necessário dar, aos próprios brasileiros uma noção sobre o que representava a região, Lister Maw indicava a Amazônia nas suas características físicas mais visíveis, mas, principalmente no que significavam como empório de matéria-prima de fácil e rendoso intercâmbio. Ao lado do pitoresco, do exótico do ambiente, que propôs nos seus aspectos mais variados, o oficial inglês deu ênfase àqueles da importância econômica.[3]

Outro inglês, em 1834, o capitão W. Smith, da marinha de Sua Majestade Britância, partindo também de Lima, atingiu a Amazônia brasileira entrando por Tabatinga, sem o menor obstáculo. Visava proceder ao reconhecimento de uma ligação ou passagem entre o Pacífico e o

---

(2) Há hoje na literatura histórica brasileira, um interesse particular pelo que escreveram os viajantes que percorreram o Brasil. Afonso de Taunay e Melo Leitão já nos deram um vasto acervo de informações a respeito. Nenhum deles, no entanto, viu o que realmente estavam fazendo esses viajantes. Detiveram-se nas impressões que eles comunicaram sem penetrar no fundo delas, isto é, naquilo a que serviam.

(3) Em 1989, por iniciativa da Associação Comercial do Amazonas, publicou-se em Manaus uma reedição fac-similar da obra de Lister Maw, da edição portuguesa de 1831. (N. da R.)

Atlântico pela região amazônica. Na viagem demorou oito meses e dez dias. Como Lister Maw, Smith fez as mesmas observações sobre usos e costumes, acidentes fisiográficos, paisagem natural, diferença entre tipos humanos do Peru e da Amazônia brasileira. Como o outro, porém, não deixou um só momento de fixar, atenta e minudentemente, a importância do potencial econômico que a região representava e a possibilidade ou necessidade de seu aproveitamento. Tanto o livro de Lister Maw como o de Smith provocaram interesse. A Amazônia, percorrida de leste a oeste, era proposta na sua extensão física e na grandeza de suas perspectivas materiais.[4]

Em 1860, era a vez de um francês curioso. Referimo-nos a S. de Belmar, que, depois de ter visitado o litoral brasileiro, passou à Amazônia, que percorreu, ao contrário dos dois ingleses, ao arrepio da corrente, isto é, subindo do Atlântico. O livro em que registrou as suas impressões, editado em Londres, em 1861, era **Voyage aux Provinces Brésiliennes du Para et des Amazones en 1860, precedée d'un rapide coup d'oeil sur le litoral du Brésil**. Obra menos entusiástica, ou mais realística, além do descritivo das emoções que o meio físico lhe proporcionou, apresentava um levantamento sereno para o bem estar humano, se convenientemente utilizada. E nem por ser menos entusiástica, Belmar deixou de escrever: "Dans ce pays favorisé de la nature et sans cesse ranimé par la pluie on n'a que confier des graines à la terre pour les voir pousser instantanément et former des végetaux de grandeur colossale".[5]

Nesse mesmo ano de 1861, circulava em Londres **A voyage up the river Amazon, including a residence at Pará**, da autoria de William H. Edwards. Tratava-se, agora, de um norte-americano, que descrevia as suas jornadas na Amazônia, de Belém ao rio Negro e ao rio Branco. Neste descritivo, passava em revista a vida local no seu pitoresco, no seu cotidiano, nos seus modos de vida, nas atividades materiais. E ao terminar não esqueceria de lembrar a conveniência de adotar-se uma política de imigração visando à ocupação e à exploração econômica, e à circulação,

---

(4) O autor não menciona o título do livro de W. Smith, que, aliás não figura em nenhum dos livros sobre estrangeiros que escreveram sobre o Brasil (N. da R.)

(5) Um excerto da obra de Belmar referente ao Ceará encontra-se publicado na "Revista do Instituto do Ceará, vol. XII, de 1898 e reproduzido com comentários em o nº 85, desta publicação, out. de 1977. (N. da R.)

no rio, de barcos a vapor que pusessem a Amazônia em comunicação direta com o mundo, encerrando a fase da porta fechada que o governo imperial insistia em manter como orientação. Dizia, então, Edwards: "Where Para a free and independent state, its vast wilds would in a few years be peopled by millions, and its products would flood the world..."[6]

Barwington Brown e William Lidestone, em 1873, a serviço da "The Amazon Steam Navigation Company Limited, de Londres, companhia que sucedera às de Mauá e de Alexandre de Paula Brito Amorim, um operando no campo da pesquisa geológica e o outro como engenheiro civil, também visitaram a Amazônia, desse contacto deixando um livro interessantíssimo **Fifteen Thousand miles on the Amazon and its tributaires**, Londres, 1878. Descreveram-nos. O Purus e o Juruá, por exemplo, estavam começando a ser penetrados, ocupados e explorados. Foram, assim, testemunhas do "rush" gomífero naqueles dois rios, como do que ocorria em outros distritos avivados pelo ciclo da borracha.

O depoimento que legaram é um depoimento sereno. Mas nem por isso está desligado dos outros que integram a literatura de viagens, que divulgava criando interesse, muito interesse. Porque fixava a Amazônia justamente naquela fase em que ela se projetava pelo seu comparecimento nos mercados internacionais com a sua produção florestal, em particular a borracha.

Marcel Monier, francês, entre 1886 e 1887, repetiu a façanha de Smith e Maw. Veio do Pacífico do Peru para alcançar o Atlântico. Escreveu **Des Andes au Pará**, Paris 1890. Observador, bom escritor, muito mais escritor que os outros viajantes, não se lhe pode atribuir qualquer intenção política no relato de sua viagem. O que sucedeu com ele é que, pela sensibilidade com que sentia a região, os efeitos de seu livro para atrair a atenção sobre ela, necessariamente leva a situá-lo naquele quadro de viajantes que se fizeram de "inocentes úteis", como se dirá hoje.

Já não sucede o mesmo com Auguste Plane, em sua **L'Amazone**, Paris, 1903; Paul Walle, em **Au pays de l'or noir**, Paris, e J. Orton Kerbey em **An American Consul in Amazonia**, New York, 1911: Todos três livros pragmáticos. Não se deslumbraram seus autores com a visão da paisagem.

---

(6) Talvez haja, aqui, um engano do autor. Rubens Borba de Moraes dá a obra de Edwards como publicada, em duas edições, em 1847 (N. da R.)

O que lhes interessava fundamentalmente era o complexo econômico local. A Amazônia vivia suas grandes horas de trabalho, criação de riqueza. Inventariando-a, indicando a participação de franceses e de outros estrangeiros nessa tarefa, em especial os ingleses, os dois franceses não simularam interesse distante. Ao contrário, deixaram claro um entusiasmo especial pelo que ela significava como área rica e perspectivas que ofereciam. Plane, por exemplo, comparando a Amazônia com a África, assinalava que constituiam "uma grande reserva para o futuro", evidenciando-se, porém, a superioridade da região brasileira pela facilidade de acesso criada pelas vias naturais de comunicação. A Amazônia, em seu entender, estava aberta aos meios e às grandes empresas. E o europeu era decididamente o homem capaz para realizá-los...

Para Walle "nenhum região do mundo era mais favorecida que o vale amazônico pelo extraordinário valor dos produtos naturais". As riquezas, nesse particular, eram sem conta e permaneciam negligenciadas. Nenhuma dificuldade havia para penetrá-la. Brasileiros e estrangeiros viviam e prosperavam. Os capitalitas, os industriais e os negociantes franceses encontravam a melhor acolhida. O campo de ação local era considerável. E como em seu parecer o capital não devia ter nacionalidade, no interesse de todos, cabendo-lhe procurar a melhor estabilidade da sua aplicação, onde ela pudesse existir, a Amazônia apresentava-se como a área ideal - "pays de consommation ou de production de la matière première".

Quanto ao norte-americano, mais exaltado que os dois franceses, foi ao exagero de imaginar, como Edwards, a Amazônia compreendendo um império: "Just as the Amazon is the greatest river in the world, its valleys will some day be the seat of the greatest empire of the world". E isso porque "in all the world there is no valley so riotons in fertility as that of the Amazon waters..."

É dessa fase a formulação mais positiva de certos princípios políticos ligados à obra da expansão capitalista das grandes nações. Ao lado de uma campanha que atingia os próprios meios governamentais contra o colonialismo, campanha que não tinha êxito, tomou proporções a preocupação de criar áreas coloniais, onde exercer a função civilizadora que a Europa se atribui, revelar as aptidões das raças fortes, superiores, que ela possuísse e cristianizar as populações ainda distantes das verdades

religiosas do Ocidente. O que ocorria, porém, na verdade, ou o que tudo isso escondia era o apetite desenfreado às matérias-primas que existiam em estado de natureza nos trópicos úmidos e secos. Na execução de seus programas de desenvolvimento econômico, na base de um comércio a longa distância, na identificação e na organização de impérios no ultranar, as potências dominadoras iam cristalizando projetos de ampliação de seu campo de atividades. A obtenção a qualquer preço da matéria-prima indispensável àquele mesmo desenvolvimento tornou-se uma mística. A história econômica do século XIX está marcada fundamentalmente por esse processo político a que se vem atribuindo a denominação de imperialismo.[7]

A execução dos programas, essenciais a uma melhor estruturação daqueles países, compreendia, como era natural, o conhecimento prévio das regiões cujos mercados precisavam ser conquistados, ou cuja posse física garantiria riquezas em matérias-primas que assegurassem continuidade aos empreendimentos econômicos e potencialidade aos seus realizadores. E com esse conhecimento prévio, a preparação psicológica da opinião pública que, através da literatura de viagens, poderia ir sendo conquistada.

A literatura de viagens exerceu, por isso, um grande papel da obra da expansão política e econômica de poderosas nações do Velho e do Novo Mundo. A conquista de mercados e, mais que isso, a conquista de territórios, foi em grande parte realizada sob o amparo de uma divulgação que se fez sem cessar e produzir frutos magníficos. A literatura de viagens, inocente na aparência, elaborada para euforia dos espíritos, servia a objetivos menos espirituais. Revelava novas humanidades, novas riquezas, novas regiões, novas possibilidades. E levava ao desejo de possuir tudo aquilo que parecia imediatisticamente apenas exótico, mas, na realidade, podia servir ao desenvolvimento mais veloz e mais rendoso da máquina industrial. Essa literatura constituía, como sucedeu no século XVI, quando revelou o Novo Mundo, a Índia, a China, nova atração. Coleções na França e na Inglaterra foram lançadas, com êxito surpreendente. As revistas que as resumiam tinham circulação sensacional.

---

[7] A bibliografia a respeito é imensa. Para uma idéia, o vol. 6 de Robert Schnerb, **Le XIX siècle**, da "Histoire Générale des Civilisations", Paris, 1955.

A tese do espaço vital, para os interesses da humanidade, mas na realidade para o interesse das grandes potências, é dessa fase. Enganam-se os que a imaginam de hoje ou de um ontem muito próximo. Ao formulá-la, pensou-se em que as áreas inocupadas ou cuja densidade demográfica fosse inexpressiva, deviam passar às mãos dos mais capazes, isto é, dos que podiam, por tradição ou operosidade atual, possuí-las, utilizando-as em bem da coletividade. Sua ocupação seria efetiva, sua exploração seria realizada com técnica, capitais fartos e utilização imediata e proveitosa.

Já vimos que, a propósito da navegação do Amazonas, ingleses e norte-americanos revelaram-se na posse de projetos que, se podiam parecer humanitários, na verdade eram utilitários, e eles os beneficiários imediatos.Desbaratadas aquelas iniciativas, como se teriam comportado daí por diante?

A Amazônia continuava a ser um pomo cobiçado. Os projetos de expansão maciça parece que encerraram com a providência governamental da abertura do Amazonas. A conquista do mercado que ali se constituiu, essa, porém, ao contrário, foi empresa a que logo se lançaram. Essa conquista processada com a abertura de agências bancárias, linhas de navegação, casas aviadoras, estabelecimentos comerciais de toda espécie, obtenção de serviços públicos, inversão de capitais em seringais e outros tipos de propriedade fundiária.

Mediante concessão feita em 1900 a B. Bymkeiwicz era construído o porto de Manaus; mediante concessão feita a Percival Farquhar, em 1906, o porto de Belém. Nessa cidade e em Manaus, os serviços de luz, bondes, águas e esgotos eram atribuídos, também por concessão, a companhias estrangeiras. O capital para todos esses melhoramentos era inglês e norte-americano. A penetração estrangeira através de investimentos de capitais não se cifrava, porém, às obras materiais e serviços públicos por concessão. Em 1903, por exemplo, Auguste Plane encontrou em pleno funcionamento na Amazônia seringais que eram movimentados por empresas francesas. O mais sério estava no fato das chamadas firmas exportadoras serem na sua quase totalidade estrangeiras, com a agravante de funcionarem também como agências bancárias, de financiamento da produção gomífera.

Belém e Manaus, em meio à transformação urbana que se acelerava, mercê dos recursos que o "rush" da borracha proporcionava,

distinguiam-se, no panorama do Brasil, não apenas pelo progresso material, mas, principalmente, pelo que começavam a significar no campo das operações econômicas. Não havia, para o mundo, unicamente a África e o Oriente a assegurar conteúdo à competição mercantil e industrial. A Amazônia, inclusive nas áreas que não nos pertencem, eram um desses campos que garantiam vitalidade à competição. A Amazônia, então, comparecia com uma contribuição sensível, positiva, extraída à sua floresta com uma sofreguidão que revelava a insensibilidade de seus autores, pelos métodos em uso, ante a natureza, que lhes proporcionava todas aquelas utilidades em estado de ser. Contribuindo para o bem-estar humano, ao fornecer aos parques industriais do exterior muito do essencial para as suas novas condições existenciais em criação, a Amazônia constituia-se numa fonte que parecia inesgotável. A economia que nela se realizava, era, no entanto, uma economia predatória.

O intercâmbio com esse mesmo exterior operava-se sob bandeiras estranhas. O Brasil não levava aos Estados Unidos, à Inglaterra, à França uma só pele de borracha, uma tonelada de castanha, um toro de madeira. Tudo se exportava nos navios ingleses, norte-americanos, franceses, alemães, italianos e portugueses. O Brasil cobrava impostos. Tributava. Não consumia o que quer que fosse da produção florestal da Amazônia. Tudo isso, como é fácil de perceber, poderia gerar uma tal intimidade como o exterior, que os próprios laços da unidade nacional viessem a sofrer.

Queixosa, a região, de que o governo central não lhe dava atenção devida, ignorando-a, depreciando-a, relegando-a a uma subalternidade incrível, nela começara a elaborar-se um estado de consciência prejudicial à sua manutenção como parte da nacionalidade, consciência prejudicial que o elemento estrangeiro explorava muito bem, como já ficou evidenciado em outras passagens deste livro.

(...) Julgando-se menosprezada pelo poderes centrais do país, intensamente ligada aos interesses mercantis do exterior, a Amazônia corria perigo. Porque o espírito de secessão bem poderia desenvolver-se. Na mesma época, e como conseqüência de tais intimidades, que geravam facilidades, o turismo se fazia na Europa. E com o turismo, a educação da mocidade. Ninguém mandava seus filhos para estudar nas escolas especializadas do Brasil. A formação realiza-se lá fora. Rapazes e moças

saíam dos seringais diretamente para o Velho Mundo. E lá se realizavam espiritualmente. Manaus e Belém, por tudo isso, cresciam em função de sua ligação com o exterior. Comia-se, bebia-se, vestia-se o que vinha de lá. As duas cidades adotavam hábitos de cidades européias. A política de empréstimos, processada no exterior, valia como outra ligação perigosa à integridade brasileira na área amazônica.

(A Amazônia e a cobiça internacional, 130-143. 3ª edição. Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1968)

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

358. "EM ASSIS, FOMOS TODOS PIONEIROS!"

Em nossa longa e freqüente convivência com o médico e historiador Lycurgo de Castro Santos Filho (1910-1998), falou-nos ele diversas vezes de sua intenção de escrever um livro sobre Assis, a cidade da Alta Sorocabana onde ele viveu alguns anos depois de formado em medicina, mas que já a freqüentava desde muito antes, quando ainda estudante, pois nela morava seu pai, também médico, e que na então pequenina cidade desempenhou numerosas funções, não só no exercício de sua profissão, mas também na vida social e política, chegando a prefeito da cidade. Muito conservamos sobre seu projetado trabalho, trocando idéias não propriamente sobre Assis, que mal conhecemos, pois por ali passamos uma só vez em viagem mais extensa que nos levou ao Pontal do Paranapanema, mas sobre o povoamento da região, assunto que chegamos a ventilar quando estudamos a rede ferroviária paulista.

Mas, nada tivemos a oferecer-lhe. Ao contrário, foi ele quem nos ofereceu o que hoje sabemos sobre a região. O que não nos ficou claro em nossas muitas conversas foi a natureza do trabalho que o saudoso amigo pretendia elaborar: uma monografia histórica, complementando e às vezes até corrigindo o que Arruda Dantas, Adriano Campanhole e outros já haviam escrito? ou um livro de memórias de sua vivência na cidade que ele praticamente viu nascer?

Lycurgo, ao que supomos, não teve o prazer de ver seu livro, publicado por seus familiares numa edição particular, fora do comércio, mas do qual tivemos o prazer de receber um exemplar e foi ele quem nos sugeriu estas notas. Lycurgo abrangeu as duas áreas: um certo e bem documentado apanhado histórico, especialmente das origens e povoamento da cidade, que esclarece muitas coisas e sugere várias outras para futuras pesquisas; e um memorial que revela enorme vivência com a cidade, dados os laços familiares que o prendiam a ela.

Seu pai, como já foi dito, foi levado a trocar a então Capital Federal pela cidade ainda pequenina do interior paulista, por influência de seu cunhado, Dr. Vasco Joaquim Smith de Vasconcelos, que, em 1919 foi designado para instalar a nova comarca de Assis, tornando-se seu primeiro Juiz de Direito, função que exerceu até 1928, quando foi transferido para Campinas.

Ao dedicar o livro ao pai, à madrasta, aos tios e aos irmãos, teve Lycurgo uma frase feliz, que tomamos para título desta nota: "Em Assis, fomos todos pioneiros!". Realmente, o pioneirismo é a nota dominante do livro, a começar pelo subtítulo: "Um instantâneo de seus pioneiros". Dedicou extenso capítulo aos "antigos moradores", aqueles que, procedentes de diversas regiões, contribuiram para o desenvolvimento da cidade. Louve-se a segurança das informações que nos transmite sobre esses pioneiros. Segurança que deve ter-lhe custado enormes pesquisas para o aclaramento de dados, tão raros de se encontrar na maior parte das cidades brasileiras.

O fato de seu pai ter sido chefe político do velho PRP permitiu-lhe traçar um retrato muito feliz da vida política de Assis nos seus primeiros tempos, semelhante, por certo, ao de muitas outras cidades surgidas na mesma época. Como também da vida social, de que o autor foi participante, aproveitando ao máximo o que pudesse haver de "social" na cidade: clubes, festas, cerimônias... o que pudesse dar lustre à cidade. Assim também no seu aspecto religioso, pois ao seu tio, o juiz, se deveu a criação do bispado e a construção da respectiva catedral.

Esperamos que seu livro chegue a ser distribuído em Assis. Muita gente - considerando-se que a cidade é hoje sede de uma das mais dinâmicas unidades do grande complexo da UNESP, e com a vantagem de possuir cursos de História - poderá servir-se dele quase como um guia para

novas pesquisas em torno da história da cidade. Poucas localidades do Brasil (podemos falar com certo conhecimento de causa) podem se orgulhar de ter um livro como o que Lycurgo de Castro Santos Filho nos legou. 18-3-2000

359. UM GRANDE ALMEIDA PRADO

O falecimento, há pouco, de Décio de Almeida Prado, noticiado com destaque justo e merecido pela imprensa paulistana, notadamente pelo "O Estado de S. Paulo", jornal ao qual esteve ele ligado por muitos anos, fez-nos recordar com carinho e simpatia uma das mais expressivas figuras da intelectualidade de São Paulo e do Brasil. Tive o privilégio de tê-lo como colega numa das primeiras turmas da então novel Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, naquele já bem longínquo início de 1936.

Lembro-me bem de quando bati pela primeira vez à porta do belo palácio da Faculdade de Medicina, à Avenida Doutor Arnaldo, onde, no seu início, funcionou a Faculdade de Filosofia. Coincidentemente, Décio e eu comparecemos no mesmo momento para a inscrição ao vestibular. E enquanto aguardávamos a vez de ser atendido pela figura amiga e simpática de Ruy Bloem, secretário da Instituição, não sei o que me levou a perguntar a Décio quem era o diretor da Faculdade que pretendíamos cursar. Sua resposta, inesperada, me surpreendeu: "É meu pai...". Fiquei realmente surpreso só em pensar que, se fosse aprovado, teria como colega nada menos que o filho do diretor. De fato, seu pai, grande médico e professor da Faculdade de Medicina e, sem dúvida alguma, uma das figuras mais significativas com que São Paulo contava na ocasião, ituano de velhos troncos, ele próprio nascido em Itu, foi o segundo diretor com que contou a Faculdade, substituindo a Teodoro Ramos e dirigindo-a por cerca de dois anos. Nos seus primeiros anos, não tendo ainda a novel Faculdade congregação efetiva, não podia eleger seus diretores. Estes eram tirados de outros institutos universitários e com certa instabilidade, pois durante meus três anos de curso tive quatro diretores. Só em 1939, teve a Faculdade seu primeiro diretor tirado da própria congregação, na pessoa de Alfredo Ellis Júnior.

Não tive oportunidade de convívio com Décio de Almeida Prado, pois matriculamo-nos em cursos diferentes. Mas, ao longo de todos esses anos, desde os tempos de estudante, e nas mais diversas atividades a que nos dedicamos, sempre acompanhei com a maior simpatia a trajetória de Décio. Apenas numa ocasião tivemos maior contacto, isso ao tempo do saudoso Suplemento Literário de "O Estado de S. Paulo", de que ele era o diretor e eu modesto embora freqüente colaborador.

Ao lado de várias outras atividades, Décio teve no Teatro o centro maior de todas as suas realizações, não só como crítico teatral justamente considerado o melhor do Brasil, mas também como historiador do Teatro, o que lhe propiciou produzir excelente bibliografia, cujo valor foi devidamente ressaltado nas notícias de seu falecimento. Quando da publicação de seu livro sobre João Caetano (1972), tive oportunidade de lembrar, em nota publicada na imprensa, que "dificilmente alguém que não fosse Décio de Almeida Prado escreveria tal livro". E assim justifiquei a frase. "Sua tríplice formação filosófica, literária e artística, aliada à sua vivência como crítico de teatro e grande conhecedor da história da arte dramática, resultou numa obra que, longe de ser simples biografia ou apreciação sobre os lances principais da carreira de nosso maior ator, representa uma excelente contribuição à história da cultura brasileira no século passado".

Registre-se, para encerrar, sua participação no grupo da revista "Clima" (década de 40) que revelou a São Paulo e ao Brasil figuras expressivas, embora na época ainda bastante jovens, mas que tiveram profunda influência na vida cultural de então: Alfredo Mesquita, Lourival Gomes Machado, Paulo Emílio Sales Gomes, Décio e Antônio Cândido, este, merce de Deus, o único sobrevivente e merecidamente honorificado, mais de uma vez, como a mais alta expressão cultural do Brasil dos nossos dias. Também companheiro dos primeiros tempos da Faculdade de Filosofia, e cuja evocação me faz recuar à década de 30, quando vivemos em Poços de Caldas... (4-3-2000)

360. DANTE DE LAYTANO (1908-2000)

Nosso excelente amigo e colega do Porto Alegre, Professor Astrogildo Fernandes, freqüentemente nos presenteia com preciosas

cartas pondo-nos a par do que se passa em seu Estado em matéria de atividades culturais, notadamente na área da História, que também é a sua. Sua última carta trouxe-nos, contudo, a triste notícia do falecimento de Dante de Laytano, nosso prezadíssimo amigo e uma das figuras mais representativas da cultura do Rio Grande do Sul. Tivemos por muito tempo um excelente relacionamento e muito lhe ficamos devendo em matéria de conhecimento de temas relativos à história de seu Estado. Há alguns anos, a propósito de seu livro de memórias, publiquei artigo a propósito, não só pelas memórias, mas pelo imenso trabalho por ele realizado. Dante de Laytano parece ter gostado do que escrevi, pois teve e delicadeza de transcrevê-lo em diversos jornais do Rio Grande.

Dante de Laytano, que faleceu aos 92 anos, no dia 18 de fevereiro do ano em curso, viveu sempre no Rio Grande e para o Rio Grande. Tudo o que escreveu - e foi muito - tem essa bem acentuada marca do regionalismo, tomada aqui a palavra no bom sentido do termo. Mas, observamos isso no comentário às suas memórias, seu gauchismo não o isolou no quadro brasileiro; ao contrário, teve sempre um excelente relacionamento em todos os Estados do Brasil e seu livro de recordações pessoais é verdadeiro testemunho de seu espírito, aberto, franco, leal, sempre voltado para a verdade e a seriedade nos trabalhos que empreendeu.

Participou ativa e intensamente de vida cultural do seu Estado. Nem se admitiria uma reunião dedicada a estudos sul-riograndenses a que ele não comparecesse. Sua maneira fidalga, quase sempre bem humorado e sobretudo disposto a servir, era um apanágio que o fazia bem quisto e admirado por todos os que dele se aproximassem.

Um dos recortes da imprensa noticiando seu falecimento e que o Professor Astrogildo gentilmente nos enviou, da cidade de São Gabriel, trouxe carinhoso artigo assinado por Osório Santana Figueiredo, do qual permitimo-nos transcrever tópico que bem assinaríamos:

"Identificava-se nele a humildade arrebatadora do homem erudito que só os grandes de espírito superior sabem tê-la para espargir saber com uma bondade de infinitude luminosa. Com suas palavras amáveis, seus ditos graciosos, seu linguajar apurado, encantava pelo que dizia, pelo que sabia, pelo que falava. E como escritor de inspiração fenomenal, tanto escrevia como falava, como um verdadeiro mestre, ensinando, atraindo simpatia e fazendo amizades e admiradores incontáveis

(...) Deixou, ao Rio Grande do Sul e ao Brasil, um legado de conhecimentos imperecíveis, fontes de sabedoria inesgotável, que o levará para o futuro como um fanal de esplendorosa imortalidade".

Dante de Laytano presidiu por muitos anos a Academia Sul-Riograndense de Letras e a ele devemos nosso ingresso, como correspondente, nesse egrégio sodalício de Porto Alegre, um dos títulos que mais prezamos em nosso modesto currículo. Pertenceu ao Instituto Histórico do Rio Grande do Sul e, como correspondente, ao Instituto Histórico Brasileiro e diversos Institutos Históricos estaduais, inclusive o de São Paulo.

Sua obra merece uma apreciação, que, se Deus o permitir, talvez ainda façamos. Dante Laytano entendia a História como uma somatória de tudo quanto lhe pudesse trazer alguma contribuição. Daí, ter abordado em sua produção, a literatura, a arte, o folclore, a sociedade e muitas manifestações culturais. (6-5-2000)

361. PERDE MOGI DAS CRUZES SEU MAIOR HISTORIADOR

E com Mogi das Cruzes perderam as letras históricas nacionais figura deveras representativa com a morte há pouco mais de um mês (13 de abril), de Isaac Grinberg, nosso preclaro confrade da Academia Paulista de História. Podemos imaginar como a cidade há de ter pranteado a perda de seu filho tão ilustre e de tanta participação na comunidade para a qual sempre viveu e sobre a qual tanto escreveu. Dez livros pelo menos, deixou ele evocando sua cidade; a um deles, tivemos o privilégio de prefaciar, por nímia gentileza e delicadeza de seu autor. Sua produção historiográfica já nos propiciou escrever sobre ela, num artigo em que insistimos na circunstância de haver ele escrito tanto e tão bem sua cidade. Parece que Isaac Grinberg apreciou o que escrevemos, pois teve a delicadeza de transcrever nosso modesto "rabisco" em jornal de Mogi das Cruzes.

Numa evocação à sua memória, lembraremos o que então escrevemos: "Excetuado o caso de Afonso de Taunay com relação à capital paulista, não sabemos de ninguém que haja escrito dez livros sobre uma mesma cidade, como o fez Isaac Grinberg com relação à sua Mogi das Cruzes. Ou, invertendo os termos, não sabemos de nenhuma cidade

brasileira (afora o exemplo citado) que tenha merecido dez livros de um mesmo autor". E depois de passar em revista tudo quanto produzira sobre sua cidade, só nos restou concluir: "Felizes as cidades que têm quem lhes evoque a memória com tanta dedicação e proficiência".

E no prefácio que escrevemos para um de seus livros, procuramos salientar alguns traços significativos de seus trabalhos: "O empenho e a dedicação com que Isaac Grinberg vem se consagrando à história de sua cidade é, até certo ponto, um desmentido à idéia tão generalizada e tão criticada quanto ao desinteresse pela história local, notadamente no Estado de São Paulo. Os livros que já publicou sobre Mogi das Cruzes bem o demonstram. Pesquisador consciente (e paciente...) tanto das fontes impressas como das manuscritas, expositor criterioso de suas conclusões, espírito aberto às indagações e peculiaridades que ocorrem necessariamente em seu campo de trabalho, seus livros primam por externarem as características que apontei em seu comportamento social e intelectual".

Nos seus livros não ficou nas questiúnculas meramente factuais que, de um modo geral, caracterizam nossas histórias urbanas. Issac Grinberg soube tratar seus assuntos com clarividência. Interessou-se igualmente pela evolução da cidade, sua morfologia, sua cultura, seu folclore, enfim o cotidiano de sua terra, tudo marcado com muita vivência, muita dedicação, muito amor, mas também muito conhecimento.

Isaac Grinberg integrou, merecidamente, o quadro de titulares de duas importantes entidades dedicadas a estudos históricos: o já centenário Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a Academia Paulista de História. Neste, ocupava acadeira nº 30, que tem como patrono Brasílio Machado e fora, anteriormente, ocupada pelo saudoso José Pedro Leite Cordeiro. Foi deveras lamentável que suas condições de saúde obrigaram-no a um afastamento de suas atividades acadêmicas, pois ele era sempre esperado, nas últimas quartas-feiras do mês para nossas reuniões da Academia Paulista de História.

Cumpre-nos observar que, embora a pesquisa histórica fosse a atividade mais marcante de Isaac Grinberg, dedicou-se ele a inúmeras atividades em sua cidade, particularmente na vida universitária, como um

dos reitores da universidade Braz Cubas, entidade pela qual demonstrou sempre um carinho todo especial, que o levou a contribuir para que ela se tornasse uma das entidades universitárias mais renomadas do país. (20-5-2000)

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I - INSTITUTOS

1. Instituto e Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II - FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III - INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

a) Biblioteca Central
b) Centro de Ensino
   Colégio de Aplicação "Pio XII"
c) Centro de Processamento de Dados
d) Museu Universitário

Composição e Impressão:
Deptos. de Composição e Gráfica da PUC-Campinas